

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Leda Nardi**

**RESILIÊNCIA DE IDOSOS:**  
**Memórias sobre a enchente de 2010 em São Luiz do**  
**Paraitinga**

**Taubaté – SP**

**2018**

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**

**Leda Nardi**

**RESILIÊNCIA DE IDOSOS:  
Memórias sobre a enchente de 2010 em São Luiz do  
Paraitinga**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação.

Linha de Pesquisa: Contextos, Práticas Sociais e Desenvolvimento Humano.

Orientador: Profa. Dra. Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão.

**Taubaté – SP  
2018**

**Ficha Catalográfica elaborada pelo  
SIBi – Sistema integrado de Bibliotecas – UNITAU**

N223r Nardi, Leda

Resiliência de idosos: memórias sobre a enchente de 2010  
em São Luiz do Paraitinga - SP. / Leda Nardi. - 2018.

132f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté,  
Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação.

Orientação: Profa. Dra. Marluce Auxiliadora Borges  
Glaus Leão, Departamento de Psicologia.

1. Desenvolvimento Humano.
  2. Resiliência psicológica.
  3. Idosos.
  4. Evento crítico.
  5. Memória.
- I. Título.

**LEDA NARDI**

**RESILIÊNCIA DE IDOSOS:**

**Memórias sobre a enchente de 2010 em São Luiz do Paraitinga**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação.

Linha de Pesquisa: Contextos, Práticas Sociais e Desenvolvimento Humano.

Orientador: Profa. Dra. Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão.

Data: \_\_\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. MARLUCE AUXILIADORA BORGES GLAUS LEÃO Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

Profa. Dra. RACHEL DUARTE ABDALA Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

Profa. Dra. VERA M. A. TORDINO BRANDÃO

Pontifícia Universidade Católica-SP

Assinatura \_\_\_\_\_

“[...]  
*Versos... Não*  
*Poesia... Não.*  
*Um modo diferente de contar velhas estórias.”*

**Cora Coralina, 1985.**

Dedico este trabalho ao povo da minha cidade, luizenses que formam uma família ligada por laços sociais, culturais, afetivos... Um amor que transpassa os laços biológicos... E que só agora comecei a entender...

## AGRADECIMENTOS

Dizem que a escrita é algo individual, solitário...

Mas nesse processo pude contar com um grande número de apoios para que este trabalho se tornasse realidade:

Maurício PascuetPregnoatto, o Mau – meu bem – meu companheiro, meu ombro amigo, que segurou tantas broncas para que a nossa casa e a nossa família não desmoronassem durante esta caminhada;

Minha mãe, Irayde de Almeida, figura forte e exemplo, mesmo com sua aparência tão dócil e frágil... Faltam palavras para tamanha gratidão;

Minha filha, Alice Nardi Pascuet, que precisou exercitar sua generosidade tão intensamente, dividindo a atenção da sua mãe com livros e computador durante estes meses;

Meus irmãos, Iliana Nardi, Anísio Carlos de Almeida Nardi, Carlos Alberto de Almeida Nardi, que sempre acreditaram na minha capacidade e me respaldaram de diversas maneiras durante estes meses... Nunca estivemos tão próximos!;

NeusPascuet, que respaldou minha família – nossa família – para que este projeto se tornasse realidade;

Fernando e Regina Pregnoatto, que financiaram grande parte desta jornada, com tamanha generosidade que eu jamais poderia esperar;

À turma MDH 2016, especialmente à Paula do Valle, Fernanda Aquino e Vivian Campos, que sempre forneceram apoio quando busquei, afinal, eram as pessoas que mais compreendiam as pedras que se impunham no caminho, pois caminhávamos lado a lado;

Aos funcionários da secretaria do Programa de Mestrado, sempre solícitos;

Aos sujeitos desta pesquisa, que tão prontamente dedicaram seu tempo, suas lembranças e sentimentos, compartilhando comigo suas vivências de maneira generosa;

Aos meus alunos, que tiveram uma professora pela metade durante esta caminhada, mas sempre me motivaram a continuar, acreditando na minha capacidade;

AMIGOS! São tantos e ajudaram das mais diferentes formas... Luana Novaes, sempre presente, me ouvindo, me acalmando, cuidando da Alice para que eu tivesse condições de fazer outras coisas: nosso laço se tornou ainda mais estreito; Juliana Leite de Moraes e Thiago Saraiva, parceiros da família toda, sempre socorrendo meus fins de semana, entretendo e alimentando a Alice para que eu pudesse produzir; Camila Gauditano, que me escreveu uma linda carta, fazendo com que eu recuperasse a crença em mim mesma; Daniela Coura, que me ouviu nos momentos de angústia e me acalmou com sua sabedoria; Aline Ferreira, minha

amiga no cotidiano do trabalho que me falava todos os dias que as coisas têm solução e que nós, mulheres, somos fortes; Miriam Garrido, que chegou na biblioteca quando eu estava pegando os primeiros livros para escrever o projeto que viria a se transformar nesta dissertação e me fez pegar “Memória e Sociedade – Lembrança de Velhos”, da Ecléa Bosi, livro que me fez mudar a forma de ver o mundo e estruturou a presente pesquisa; Cibele Neder, que me acudiu clinicamente quando o mundo parecia desabar e eu precisei dela mais do que como amiga; Nathália Mello, que na parte final fez os ajustes necessários à Língua Portuguesa; Prof. Zé Roberto, com sua generosidade sem limites...

Aos membros da banca de qualificação – Profa. Dra. Vera Maria Antonieta Tordino Brandão e Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala – pela prontidão em aceitar o convite e contribuições para o crescimento deste estudo.

À Profa. Dra. Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão, que, por meio de sua sábia orientação, me levou ao mundo dos idosos e da resiliência, promovendo em mim Desenvolvimento Humano.

Certamente faltou citar alguém, mas no meu coração a gratidão floresceu durante esta jornada, e generosidade foi a palavra-chave. Vi que tenho amigos com quem contar!



## RESUMO

No início de 2010 a cidade de São Luiz do Paraitinga, no Vale do Paraíba Paulista, foi atingida por uma grande enchente que afetou quase toda sua população. Parte-se do pressuposto de que este evento, além dos impactos socioculturais e históricos, teve implicações individuais na vida dos envolvidos, exigindo-lhes uma adaptação do potencial de resiliência psicológica. Por resiliência entende-se aqui a capacidade que o ser humano tem de enfrentar e responder de forma positiva às experiências com elevado potencial de risco para sua saúde e desenvolvimento. O objetivo deste estudo foi compreender de que maneira este evento repercutiu na vida pessoal e no cotidiano de um grupo de idosos habitantes deste município e que estratégias utilizaram para retomar suas vidas após a enchente. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas individuais, do tipo história de vida focal, com 10 idosos, independentemente de gênero, escolaridade, classe social e que vivenciaram a enchente, escolhidos a partir da técnica *Snowball*. Realizou-se a análise de conteúdo dos relatos e discussão à luz dos constructos teóricos de Resiliência, Envelhecimento, Memória Individual e Coletiva, Eventos de Vida Críticos. Foram entrevistados sete mulheres e três homens, com média de idade de 75 anos. Os resultados geraram os seguintes eixos temáticos: Cotidiano de vida antes da enchente, que se refere a como viviam os sujeitos da pesquisa nos períodos anteriores à enchente; Desafios da Enchente de 2010, sobre como foi para cada um dos sujeitos viver o evento aqui analisado; Estratégias de Enfrentamento, como cada um enfrentou a situação vivida; Vida após a enchente, que narra as mudanças e continuidades nas vidas dos sujeitos em decorrência desse evento. Constatou-se que os desafios foram o medo e as incertezas durante a enchente, as dificuldades cotidianas no município e o restabelecimento das vidas. Os fatores de riscos foram experiências de vida com dificuldades, riscos à saúde e instabilidade do ambiente; como fatores de proteção, a saúde, regulação emocional, estabilidade do ambiente, religiosidade, rede social. Considera-se que a “Grande Enchente de 2010” assumiu para os sujeitos características de evento crítico e que a resiliência desse grupo de idosos centrou-se, principalmente, na religiosidade e rede de apoio presente na coletividade deste município, características tipicamente caipiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Humano. Resiliência Psicológica. Idosos. Evento Crítico. Memória.

## ABSTRACT

At the beginning of 2010, the city of São Luiz do Paraitinga, in São Paulo's Paraíba valley, was affected by a great flood that displaced most of its population. It is considered that this event had implications on the lives of the individuals involved, as socio-cultural and historical impacts, requiring them an adaptation of their psychological resilience potential. Resilience is understood here as the ability that the human being has to face and respond in a positive way to the experiences that have high potential of risk to his health and development. This research aims to understand how this event impacted the personal life and the everyday lives of a group of elderly inhabitants of this municipality and which strategies were used for them to restart the control of their lives after it. It is a qualitative research, exploratory type. The data have been collected through individual semi-structured interviews, focal life history type with ten elderly people, regardless gender, schooling and social class, who have experienced the flood, chosen through the Snowball technique. Content analysis of the reports and discussion was carried out under the light of the theoretical constructs of Resilience, Aging, Individual and Collective Memory and Critical Life Events. Seven women and three men, with mean age of 75 years, were interviewed. The results have generated the following thematic axes: Day by day (routine) life before the flood, which is related to how the subjects of the research used to live before the flood; Challenges of the flood of 2010, considering how each individual who is part of the research has experienced the event analyzed; Coping strategies that considers how each one has faced the experience; Life after the flood, which reveals the changes and what remained in the subjects' lives as a result of the Great Flood of 2010. The risk factors were life experiences with difficulties, health risks and instability of the environment; as protective factors were found the health, emotional regulation, environmental stability, religiosity, social network. It is being considered that the great flood of 2010 has been perceived by the subjects as a critical event and the resilience of this group of senior citizens has focused, specially, on religiosity and the social networks present in the collective of the municipality, typical of the rural culture.

**Keywords:** Human Development. Psychological Resilience. Elders. Critical Event. Memory.

## LISTA DE SIGLAS

BIREME/BVS	-	Biblioteca Virtual em Saúde
CONDEPHAAT	-	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CEP/UNITAU	-	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	-	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OMS	-	Organização Mundial de Saúde
ONU	-	Organização das Nações Unidas
SCIELO	-	<i>Scientific Eletronic Librely Online</i>
SISAP Idoso	-	Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamentos de Políticas do Idoso
TCLE	-	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNITAU	-	Universidade de Taubaté

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 Objetivos .....	19
1.1.1 Objetivo Geral .....	19
1.1.2 Objetivos Específicos .....	19
1.2 Delimitação do Estudo .....	19
1.3 Relevância do Estudo .....	21
1.4 Organização da pesquisa .....	23
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA - RESILIÊNCIA E MEMÓRIA: ASPECTOS CONCEITUAIS .....</b>	<b>24</b>
2.1 O envelhecimento e seus aspectos sociais.....	24
2.2 Memória Individual e Memória Coletiva.....	32
2.3 Eventos de vida e eventos críticos.....	43
2.4 O constructo Resiliência Psicológica .....	49
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>57</b>
3.1. Tipo de Pesquisa .....	58
3.2. Participantes .....	59
3.3. Instrumentos.....	61
3.4. Procedimentos para Coleta de Dados.....	62
3.5. Procedimentos para Análise de Dados .....	63
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: MEMÓRIAS DA “GRANDE ENCHENTE DE 2010” .....</b>	<b>65</b>
4.1 Eixo Cotidiano de vida antes da enchente.....	66
4.2 Eixo Desafios da Enchente de 2010.....	74
4.3 Eixo Estratégias de Enfrentamento .....	107
4.4 Eixo Vida após a enchente .....	127
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>143</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>147</b>
<b>ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>153</b>
<b>ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....</b>	<b>156</b>
<b>APÊNDICE I – ROTEIRO DA ENTREVISTA .....</b>	<b>159</b>

## 1 INTRODUÇÃO

São Luiz do Paraitinga é um município situado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo que devido suas particularidades culturais recebeu o título de “último reduto caipira do Estado de São Paulo”, pois seus habitantes ainda preservam traços culturais do caipira, semelhantes aos apontados por Candido (2001), caracterizando-se como uma Estância Turística. Desde então, o turismo vem se consolidando como uma alternativa econômica à sua população, que conta com pouco mais de 10 mil habitantes. Desses, cerca de 1600 são idosos, configurando a média de 15%, aproximadamente, de acordo com os dados disponibilizados pelo último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2010). Também devido às suas peculiaridades, o município vem sendo procurado por diversos pesquisadores, das mais variadas áreas, configurando-se um laboratório de pesquisas, sobretudo em Ciências Humanas.

Em janeiro de 2010, prestes a receber o tombamento como Patrimônio Histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a cidade foi parcialmente destruída pela maior enchente de que se têm notícias na sua história. A população ficou desabrigada e desolada ao perceber, conforme as águas baixavam, que casas e prédios de uso coletivo desabaram, submersos pelas águas do rio Paraitinga. Nos anos subsequentes ao evento, enquanto os prédios aos poucos eram reconstruídos e as atividades cotidianas retomadas, observou-se a morte de muitos idosos residentes no município. A associação entre esses dois fatos, enchente e mortalidade dos idosos, embora de difícil comprovação científica, foi aventada por olhos e corações mais sensíveis. A enchente alterou as configurações espaciais e sociais há tanto tempo constituídas, levando consigo memórias e recordações do cotidiano e grandes eventos da vida dessas pessoas, deixando um cenário de destruição e tristeza, com poucas certezas de como reverter a situação. Bodstein et al.(2014) corroboram a ideia de que a elevação dos óbitos neste município no período subsequente à enchente foi efeito dessa. Em estudos internacionais indexados pelos autores, observou-se um crescimento da mortalidade de idosos após catástrofes naturais, fato atrelado às mudanças ocasionadas pelos eventos, que alteraram as rotinas de cuidados, bem como seus espaços físicos, impactando diretamente na saúde dos idosos, inclusive com repercussões psicológicas.

No curto prazo de tempo, entre horas a alguns dias [após um desastre], se produzem a maior parte dos registros de feridos leves e graves e mortalidade, incluindo como resposta as ações de resgate e urgência. Um segundo

momento, se dá no período entre dias a semanas, caracterizando-se pela ocorrência de algumas doenças transmissíveis [...] Num espaço maior de tempo, entre meses e anos, os impactos na saúde se relacionam às doenças não transmissíveis, especialmente, os transtornos psicossociais e comportamentais, as doenças cardiovasculares, desnutrição e a intensificação de doenças crônicas (FREITAS et al., 2014, p. 3647).

Foram realizados alguns estudos como o de Moradei (2016), Neves (2016), Santos (2015) e Santos (2016) sobre o mesmo fato histórico no município, mas se desconhece algum que tenha investigado os impactos desse evento sobre as pessoas, especificamente sobre idosos e suas vidas. Tendo em vista que, ainda hoje, a população idosa do município é em torno de 15%, e que ela vivenciou a enchente e seus desdobramentos, esta pesquisa se propôs a ouvir como foi para ela esse evento, pelas vulnerabilidades por ele reativadas. Parte-se do pressuposto que isso permite a atribuição de sentido à experiência e contribua no âmbito da saúde, numa perspectiva mais ampla, além do aspecto biológico.

As Ciências Sociais contribuem com a construção do conceito de vulnerabilidade, uma vez que mudam o foco da análise do indivíduo para a estrutura na qual ele está inserido. Portanto, aliado à percepção da saúde pública, na qual este conceito ganhou abrangência; falar em vulnerabilidade hoje envolve considerar “aspectos individuais, contextuais e situacionais, inclusive, os serviços de saúde” (MALAGÓN-OVIEDO; CZERESNIA, 2014).

*A vulnerabilidade é uma marca fundamental que não pode ser superada; uma realidade manifesta e atualizada permanentemente em toda ordem biológica e simbólica da vida humana, que se exprime como uma inquietação permanente na existência, por vezes mais sutil, por vezes mais evidente e incontestável, que notifica nossa finitude. Explorar a experiência de vulnerabilidade diz respeito a “algo” que desafia a capacidade de o vivente afirmar-se no mundo (MALAGÓN-OVIEDO; CZERESNIA, 2014, p. 242, grifo do autor).*

Por sua vez, o conceito de vulnerabilidade, remete a considerar a questão da resiliência social, definida como “a capacidade dos indivíduos ou grupos para garantir resultados favoráveis em novas circunstâncias e, se necessário, por meios diferentes” (PNUD, 2014, p. 16). Assim, tanto a vulnerabilidade, quanto a resiliência ficam sujeitas aos fatores sociais e são dependentes das condições presentes na sociedade na qual o indivíduo está inserido, culminando no fenômeno da resiliência social.

Além do cenário de vulnerabilidades múltiplas, como o que este estudo comporta, o constructo teórico da resiliência psicológica, na sua vertente individual, mostra-se pertinente para articular os desafios reativados por esse evento. Nesse caso, para os idosos, em relação a quais foram os fatores de risco e de proteção que estiveram presentes, possibilitando-lhes ou

não adaptação. Por resiliência, entende-se a capacidade que o ser humano tem de enfrentar e responder de forma positiva às experiências que possuem elevado potencial de risco para sua saúde e desenvolvimento, podendo ser encarada tanto como a manutenção de um desenvolvimento normal quanto à recuperação de traumas (STAUDINGER; MARSISKE; BALTES, 1995). Para tanto, a memória atuou como vetor e método que favoreceu a análise das vivências do grupo interrogado.

Segundo Leão (2005, p. 55), trabalhar com a memória, especialmente a memória afetiva, favorece a regulação emocional. Em se tratando de idosos, cumpre distintas funções, como:

[...] transmissão da herança cultural, melhoria da auto-estima, cumprimento de papéis sociais e de tarefas etárias, como exemplo, de conselheiro, modelo e mentor; aumento das oportunidades de contato; integração e reconhecimento social; alívio de ansiedade, culpa, vergonha, ressentimento e outros sentimentos negativos; possibilidade de melhoria no autoconhecimento e na auto-avaliação; estabelecimento de uma perspectiva de futuro e de um ponto de vista sobre a finitude.

Esse processo psicológico, portanto, contribui para a constituição do *Self*<sup>1</sup> do indivíduo, que ao ouvir seus depoimentos e os relatos de outros, dá mais crédito à sua própria memória, valorizando-se nesse processo, e construindo a memória coletiva.

Todavia, segundo Halbwachs (1990), não existe memória individual que não seja composta de elementos externos, pois os indivíduos são formados por correntes sociais de pensamento que interferem na sua memória, portanto, trata-se de algo construído socialmente. Bosi corrobora essa ideia dizendo que:

Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige, passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação [...] (BOSI, 1994, p.408 - 411).

A memória coletiva só pode ser construída por meio das narrativas dos indivíduos, ou seja, a memória social é marcada pelos traços coletivos, culturais e sociais. Nesse sentido, a História Oral tem papel fundamental na construção destes conceitos, pois, ao ouvir os

---

<sup>1</sup> Numa acepção geral, entende-se por *self* aquilo que define a pessoa na sua individualidade e subjetividade, isto é, a sua essência. Ao mesmo tempo, o *self* é constituído por várias partes que se unem desde uma direção interior para uma exterior no curso do funcionamento do processo de desenvolvimento e maturação, ajudado pelo meio ambiente que apoia e facilita esta integração. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$self-\(psicologia\)](https://www.infopedia.pt/$self-(psicologia)).

indivíduos “invisíveis” da sociedade estudada dá voz à memória individual e reflete as crenças e valores desta sociedade, como defende Thompson (1992, p. 25):

No sentido mais geral, uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão. A história oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte muito semelhante à autobiografia publicada, mas de muito maior alcance. [...] os historiadores orais podem escolher exatamente a quem entrevistar e a respeito de que perguntar.

Quanto mais pessoais, menos fugidias são as lembranças, portanto, compartilhar lembranças e memórias as torna mais concretas e difíceis de perderem. Pode-se dizer que a memória individual é percebida e se torna social quando expressada verbalmente, ou seja, compartilhada com o outro; enquanto a memória coletiva é partilhada por membros de determinado grupo e formada por versões tão diversas quanto as pessoas que compõem este grupo. A memória é constituída de experiência própria (aquilo que se viveu), experiência ouvida de outras pessoas (apreende-se os elementos narrados e toma para si a experiência ouvida), dos personagens que constituem a memória e dos lugares de memória (museus e outros locais que despertam lembranças).

Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é até ser capaz de sair das determinações atuais. Aturada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição (BOSI, 1994, p. 81).

Além disso, no capítulo Documento/Monumento, Le Goff (1982) discorre acerca da historiografia e dos diferentes usos que faz dos documentos a que tem acesso. Como Monumento, Le Goff (1982) refere-se aos que tenham sido construídos de maneira mais espontânea, para eternizar momentos gloriosos ou tristes de determinada sociedade. O documento é definido pelo autor como algo produzido intencionalmente pelo historiador, escrito, dotado de um recorte que tem um objetivo. Quando a historiografia passou pela Revolução Documentária, novas fontes foram aceitas para a construção historiográfica e a memória coletiva ganhou destaque:

[...] em lugar do fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória progressiva, ela privilegia o dado, que leva à série e a uma história descontínua. [...] A memória coletiva valoriza-se, organiza-se em patrimônio cultural (LE GOFF, 1982, p. 109).



O documento se transforma em monumento à medida que o historiador lhe confere sentido e significado, pois escolher este documento eleva-o à categoria de monumento, que perpetua determinada informação da sociedade estudada, servindo a interesses de dominação. Nessa perspectiva, o presente estudo teve como intuito transformar em monumento também o que foi esquecido pelos seus sujeitos, mediante a importância que tais esquecimentos assumem.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, fez-se uso de constructos teóricos da História, da Psicologia e das Ciências Sociais, que contribuem para a construção e manutenção da memória coletiva, pois realizam a articulação da memória individual com o que é social, de maneira interdisciplinar, para fortalecer assim a memória coletiva da sociedade analisada.

Nesse processo interdisciplinar, precisamos aprender a separar as perguntas intelectuais das existenciais. As primeiras conduzem o homem a respostas previsíveis, disciplinares; as segundas transcendem o homem e seus limites conceituais, exigem respostas interdisciplinares (FAZENDA, 2002, p. 17).

Privilegiou-se aqui investigar o processo de resiliência de um grupo de idosos que vivenciou a enchente; cada sujeito da pesquisa foi ouvido, pois, suas memórias individuais, emoções e sentimentos facilitam a compreensão de valores e lembranças de seu período e de sua comunidade. Utilizou-se uma questão norteadora para elucidar as repercussões individuais desse determinado evento social, a “Grande Enchente de 2010”, como referido por Moradei (2016), e favorecer a ressignificação de suas vivências.

A lembrança de certos momentos públicos (guerras, revoluções, greves...) pode ir além da leitura ideológica que eles provocam na pessoa que os recorda. Há um modo de viver os fatos da história, um modo de sofrê-los na carne que os torna indelévels e os mistura com o cotidiano, a tal ponto que já não seria fácil distinguir a memória histórica da memória familiar e pessoal (BOSI, 1994, p. 464).

Em se tratando de desastres naturais, considerou-se ainda o alerta de Albuquerque (2008) de que esses são eventos complexos que devem ser analisados por diferentes ângulos posto abarcarem variadas esferas sociais, ambientais, econômicas. Portanto, requerem uma análise interdisciplinar para aproximação da solução dos problemas derivados por eles.

Neves (2016), ao analisar o mesmo fato histórico da presente pesquisa, o categorizou como evento crítico. Afirma que o acontecimento deixou a cidade desestruturada e a população abalada econômica e psicologicamente, pois todas as suas posses foram levadas pelas águas da enchente, inclusive seus objetos de memória, como fotos e outras lembranças. Configurou um evento crítico que gerou demandas de negociação entre a população e o poder

público. Destacou também que a compreensão que os indivíduos têm sobre o evento é influenciada pela sua veiculação midiática, que ouvir as vítimas da enchente permitiu confrontar o discurso oficial sobre ele e compreender a organização social do local. Esse autor utilizou-se do conceito de descontinuidade de Michel Foucault<sup>2</sup> para analisar a situação de São Luiz do Paraitinga, já que toda a estrutura foi modificada, descontinuando a situação de vida estabelecida até então. Em sua análise, ressaltou que apesar das mudanças realizadas pelo poder público, não se constatou melhorias nesses serviços, portanto, tal descontínuo acentuou a sensação de insegurança e incertezas entre a população luizense (NEVES, 2016).

A escolha do tema em pauta deve-se à pesquisadora ser natural do município em questão e ter como objetivo contribuir com o desenvolvimento humano de sua cidade. A compreensão de que o desenvolvimento acontece até o último dia de vida do indivíduo contribuiu com a escolha deste grupo de indivíduos idosos para as entrevistas, investigando-se as eventuais influências do evento no cotidiano dos mesmos.

Sabe-se que as configurações espaciais da cidade foram alteradas, o comércio destruído, os locais de convívio social, como praça, mercado e igreja reduziram-se a escombros. Sobre isso, lembra-se o conceito de “objetos biográficos”, que Bosi (1994) traz de Violette Morin, relacionando a importância da manutenção do meio para que o indivíduo se sinta acolhido e seguro, sobretudo na velhice, e definido como:

[...] algo que desejamos que permaneça [*sic*] imóvel, ao menos na velhice: o conjunto dos objetos que nos rodeiam. [...] A ordem desse espaço povoado nos une e nos separa da sociedade: é um elo familiar com sociedades do passado, pode nos defender da atual revivendo-nos outra. Quanto mais voltados ao uso cotidiano, mais expressivos são os objetos: os metais se arredondam, se ovalam, os cabos de madeira brilham pelo contato com as mãos, tudo perde as arestas e se abrandam (BOSI, 1994, p.441).

Pode-se transferir esses objetos de memória individuais e privados para o espaço social, posto não ser esperado que a cidade se transformasse tão profundamente, sobretudo num espaço tão curto de tempo. Todas as faixas etárias da comunidade sofreram com estas transformações e perdas, mas partiu-se do pressuposto que os idosos representam a população que mais precisa de estabilidade do ambiente em que vive para que suas lembranças tenham em que se apoiar. Portanto, o evento da enchente merece ser narrado pelas vozes dos idosos de São Luiz do Paraitinga para que a ele atribuam um significado e compreendam seu sentido em suas vidas, configurando uma valoração de sua história.

---

<sup>2</sup> Descontinuidade é um fato que promove uma ruptura na linearidade histórica que estava estabelecida. (NEVES, 2016).

Mediante este quadro sócio-histórico, cultural e pessoal, a questão deste estudo derivou os objetivos que seguem, que se referem a como tal catástrofe atingiu a vida e o cotidiano dos idosos; de que forma vivenciaram os desafios impostos por esse evento; como foi possível reconstruírem suas vidas e os espaços individuais e, além disso, com que tipo de apoio contaram para continuarem suas trajetórias individuais e coletivas.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Investigar o processo de resiliência de um grupo de idosos que vivenciou a enchente de 2010 em São Luiz do Paraitinga e o significado atribuído a esse evento.

### **1.1.2 Objetivos Específicos**

- Conhecer como era para um grupo de idosos a vida cotidiana em São Luiz do Paraitinga antes da enchente;
- Conhecer como esses idosos vivenciaram o momento e o período que se seguiu à enchente, os desafios e formas de lidar com esses;
- Identificar os eventuais impactos desse evento nesse grupo de idosos;
- Discutir o papel da memória individual e coletiva na compreensão da história de eventos naturais considerados catastróficos;
- Discutir o processo de reconstrução de vida dos sujeitos a partir de suas narrativas da enchente.

## **1.2 Delimitação do Estudo**

São Luiz do Paraitinga situa-se na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo, às margens do rio Paraitinga. Sua fundação remete ao século XVIII, período em que o Brasil era uma colônia, o que nos é permitido constatar ao observarmos suas características de arquitetura tipicamente colonial. O município abriga uma população de aproximadamente 10.731 pessoas, segundo estimativa do censo demográfico de 2015 e informações acessadas no endereço eletrônico do Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamentos de Políticas do Idoso (SISAP-Idoso) do Ministério da Saúde.

Constata-se que em São Luiz do Paraitinga reside uma população de 1600 idosos, sendo que destes, 801 são do sexo masculino e 800 do feminino, compondo 15,39% da população do município, percentual esse que deve ser atingido no Brasil somente no ano de 2020. Ou seja, o município já atingiu, 10 anos antes, o percentual estimado de envelhecimento da população no país, fator que justifica a escolha pelo segmento a ser considerado nesta pesquisa.

As análises a respeito da “Grande Enchente de 2010” em São Luiz do Paraitinga constataram que o rio Paraitinga se elevou de 12 a 13 metros a partir de seu nível normal, configurando uma enchente muito grande, apresentada pelo pesquisador local João Rafael Coelho Cursino dos Santos da seguinte maneira:

[...] o ano de 2010 começou de maneira totalmente diferente. A cidade de São Luís do Paraitinga foi abalada, logo no dia 1º de janeiro, pela grande enchente do Rio Paraitinga, que subiu 12 metros acima de seu leito e ocupou todo o Centro Histórico, deflagrando um novo processo na história da cidade: o dia em que toda a população urbana moradora de suas margens foi colocada em extremo risco de vida e seu patrimônio histórico, preservado por séculos, estava completamente submerso e em risco de se perder. A zona rural, de forma idêntica, havia sido muito afetada. A partir do dia 2 de janeiro, toda a população luizense acompanhou as tristes marcas da destruição de parte de seu patrimônio histórico, representado pelos casarões históricos, em estilo colonial. A queda da imponente Igreja Matriz foi a principal marca do episódio. [...] dos 426 imóveis tombados, cerca de 18 imóveis foram totalmente arruinados, 65 imóveis foram parcialmente arruinados e 343 imóveis estavam aparentemente íntegros. Todavia, a destruição de imponentes casarões, da Igreja Matriz e de casas térreas junto ao quadrante de imóveis da praça Dr. Oswaldo Cruz, determinara expressivas perdas e referências do povo com sua cidade (SANTOS, 2015, p. 86-87).

Tudo indica que um evento desta amplitude deixa marcas na população, ou seja, assume a característica de evento crítico. Portanto, um estudo sobre os impactos na vida de um grupo de idosos do município mostra-se necessário como estratégia de valorização das suas vivências e saberes, utilizando o substrato da memória e visando o bem estar subjetivo desta categoria de luizenses. Assim como as narrativas bíblicas e das comunidades de tradição oral, escolheu-se esse evento da natureza para datar os acontecimentos da vida dos sujeitos da pesquisa, dando-lhes voz, para ressignificação na vida pessoal e social.

### 1.3 Relevância do Estudo

Como São Luiz do Paraitinga abriga uma população com elevado percentual de idosos, considera-se que os aspectos individuais desses sujeitos podem traduzir a heterogeneidade de vivências desse grupo do município.

Segundo diversos pesquisadores, em consonância com a Organização Mundial de Saúde (OMS), um envelhecimento bem sucedido é aquele que equilibra os diferentes aspectos que compõem o processo de envelhecimento e mantém a funcionalidade do idoso (FARIAS; SANTOS, 2012). O texto da OMS é muito abrangente quando faz referência ao envelhecimento ativo e bem sucedido, releva o bem-estar físico, social e mental, indicando as características do termo “ativo” que:

[...] refere-se à participação engajada e contínua nas questões de ordem econômica e socioculturais de modo geral, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho (GALVANI; SILVEIRA, 2016, p. 423).

Considera-se que esta pesquisa apresenta relevância social pois, ouvir pessoas, no caso aqui, alguns idosos do município, segundo o modelo de saúde integrado, promove a saúde mental da pessoa, fator inerente ao processo de Desenvolvimento Humano.

As ideias de promoção de saúde preconizadas pela Carta de Otawa, em 1986, também não devem ser esquecidas, por vislumbrarem o conceito de saúde como bem-estar global que transcende estilos de vida saudáveis e responsabilidade exclusiva do setor de saúde. Conduzem-nos a pensar em estratégias de promoção de saúde em que as pessoas e as comunidades tenham oportunidade de conhecer e controlar os fatores determinantes da sua saúde, como acesso à informação, habilidades para viver melhor e oportunidades para fazer escolhas mais saudáveis (LEÃO, 2005, p. 36).

Alguns teóricos, como Thompson (1992), salientam que, ao fazer uma reflexão sobre sua história, o idoso pode atribuir sentido à sua caminhada, valorizando-se como indivíduo e acreditando mais em si mesmo. Para Neri (2013, p. 26), falar sobre si “ajuda os idosos a encontrar sentido na vida e na morte e a ganhar em ajustamento pessoal”.

A escolha do tema deve-se ao fato de a pesquisadora ser historiadora e natural do município estudado, portanto, segundo Bosi (1994), faz parte da comunidade de origem e de destino como seus entrevistados. Dentro de uma perspectiva de História Oral, ouvir os relatos de quem viveu a História pode enriquecer demasiadamente a análise do evento e, ouvir um

grupo de idosos, permite que ocorra a integração de experiências para alcançar a ressignificação do presente e uma projeção saudável de futuro.

Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolher de outra época o alento. O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância (BOSI, 1994, p. 82).

O estudo ganha relevância ao ressoar as falas dos idosos sobre o evento que dividiu a história do município, permitindo compreenderem os fatos vividos e sua importância na memória coletiva deste momento histórico.

Um projeto de história oral, mais do que lhes [aos idosos] propiciar novos contatos sociais e, às vezes, levar a amizades duradouras, pode prestar-lhes um inestimável serviço. Muito frequentemente ignoradas, e fragilizadas economicamente, podem adquirir dignidade e sentido de finalidade ao rememorem a própria vida e fornecerem informações valiosas a uma geração mais jovem (THOMPSON, 1992, p. 33).

Para Thompson (1992) a entrevista com idosos subsidiou a organização de museus, sobretudo na Inglaterra, cujo objetivo é aproximar as gerações mais jovens das experiências vividas por seus ascendentes, o que pode vir a ser um meio eficaz de combate ao ageísmo<sup>3</sup>. Ainda sob a inspiração de Thompson (1992), ouvir os relatos dos idosos permite que seja composto um retrato biográfico de seu círculo social, ampliando a compreensão de seu meio e permitindo interferências mais significativas para a promoção do Desenvolvimento Humano.

[...] ações integradas entre comunidade e universidade são fundamentais para que os efeitos dos desastres de causas naturais sejam minimizados, e alegam que os conhecimentos produzidos na academia devem ser repassados à sociedade, que, de forma organizada, deve utilizá-los nos projetos preventivos. Num contexto local, sugerem a criação de grupos comunitários capacitados para agir antes, durante e depois do evento, auxiliando assim os órgãos gestores de defesa civil (BODSTEIN et al., 2014, p. 164).

Assim, este estudo atende objetivos sociais, históricos e culturais, pois, ao identificar os desafios experimentados por esta comunidade e suas formas de enfrentamento, subsidia-se o traçado de políticas que amenizem os impactos de futuros desastres naturais no município, uma vez conhecidas as necessidades dos sujeitos.

---

<sup>3</sup> Conceito com origem no inglês, *ageism*, que significa preconceito em relação à idade.

#### **1.4 Organização da pesquisa**

Na primeira seção desta pesquisa, constam a introdução, a descrição do problema, os objetivos, a justificativa, a delimitação do estudo e a organização do projeto.

A segunda, ocupa-se da Fundamentação Teórica, tratando dos constructos teóricos Envelhecimento e seus aspectos sociais, Memória Individual ou autobiográfica e Memória Coletiva, Eventos críticos e Resiliência.

Na terceira seção é apresentado o método escolhido para alcançar os objetivos definidos. A trajetória metodológica procurou responder aos problemas norteadores a partir do tipo de pesquisa escolhida, o local, a população e a amostra selecionada, bem como o instrumento utilizado, além dos procedimentos para coleta e análise de dados.

Na quarta, constam os resultados e a discussão dos dados, articulados à teoria.

À guisa de conclusão, a quinta seção apresenta as considerações possíveis como fruto da articulação entre a fundamentação teórica e os dados da pesquisa.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **RESILIÊNCIA E MEMÓRIA: ASPECTOS CONCEITUAIS**

Considerou-se importante abordar como tópicos-chave para sustentação da análise, questões sobre o envelhecimento e seus aspectos sociais; o constructo de Memória Individual e de Memória Coletiva; os Eventos Críticos e o Constructo de Resiliência Psicológica.

#### **2.1 O envelhecimento e seus aspectos sociais**

“A coisa mais moderna que existe nessa vida é envelhecer...” (Arnaldo Antunes)

Percebe-se que a sociedade contemporânea passa por uma fase de quebra de paradigmas em relação à etapa da vida velhice, como o músico acima faz alusão em sua canção intitulada Velhice, lançada em 2009.

Do ponto de vista da teoria do Evolucionismo, os dados revelam que os diferentes tipos de Homo viviam poucos anos e que, portanto, envelhecer é parte do processo evolutivo, pois somente os Homo Sapiens atingiram esta fase da vida. Nessa linha de raciocínio, a velhice deve ser contemplada e desejada, pois é fruto do desenvolvimento humano, uma conquista e não algo degradante. É um evento biológico e natural da vida, já que o indivíduo está fadado ao envelhecimento a partir do nascimento (BUENO; CANINEU, 2016). Envelhecer não significa se aproximar da morte, pois a morte acompanha todos os seres humanos vivos, independentemente da idade.

O envelhecimento, ou senescência, é um processo universal, determinado geneticamente para os indivíduos da espécie, motivo pelo qual é também chamado de envelhecimento normal. [...] sob condições ótimas de influência da genética, do ambiente e dos comportamentos ao longo de toda a vida, os indivíduos podem envelhecer bem. Podem apresentar as mudanças normativas da senescência, mas com pequenas perdas funcionais, poucas e controladas doenças crônicas e manutenção da atividade e da participação social. Convencionou-se chamar esse desfecho positivo de velhice bem-sucedida, ótima, ativa, saudável ou produtiva [...] (NERI, 2013, p. 20).



O sujeito idoso pode até realizar atividades diferentes das efetivadas pelos jovens, pois seu organismo apresenta déficits, mas sua mente deve manter-se ativa, segundo as orientações da OMS apresentadas por Farias e Santos (2012, p. 168), configurando o envelhecimento ativo como uma ideologia

[...] que se aplica tanto a indivíduos quanto a grupos populacionais, permitindo que as pessoas percebam o seu potencial, participem da sociedade de acordo com as suas especificidades, além de lhes propiciar proteção, segurança e cuidados adequados, quando necessários.

De acordo com a cartilha do Envelhecimento Ativo, de 2015, são quatro os pilares do envelhecimento ativo, e não três como constam no documento de 2005: Saúde, Aprendizagem ao longo da vida, Participação, Segurança e Proteção, dando um sentido mais amplo ao conceito.

Ao compilar os conhecimentos e experiências adquiridas ao longo da vida, o idoso pode ter um discernimento maior do que os jovens.

Outra dimensão de extrema relevância, quando nos referimos ao envelhecimento ativo, são os aspectos psicológicos, que incluem a inteligência e a capacidade cognitiva. Esses aspectos se reportam à habilidade para resolver problemas e se adaptar a mudanças e perdas que se constituem indícios fortes de envelhecimento ativo que fortalecem a vida longa (GALVANI; SILVEIRA, 2016, p. 425).

Constata-se que a sociedade ocidental contemporânea dedica-se a desenvolver tecnologias capazes de prolongar a vida, pois valoriza a juventude como se fosse eterna. Nesse raciocínio, a grande contradição é que as pessoas não querem morrer jovens, mas também não querem envelhecer.

O envelhecer hoje constitui uma nova e promissora fatia do mercado, com produtos e serviços especializados, desenhados para atender suas necessidades específicas. Os velhos podem aprimorar-se continuamente, física e intelectualmente. Podemos encontrar, em quantidade, opções para cuidados na velhice (ou seria contra a velhice?) (HARARI; LOPES, 2016, p. 118).

Ao mesmo tempo em que ocorrem processos de empoderamento feminino<sup>4</sup> e empoderamento negro<sup>5</sup>, refletidos na aparência dos cabelos afro sendo assumidos e valorizados como belos, observa-se o início de um processo no qual os cabelos brancos e

<sup>4</sup> O movimento de empoderamento feminino visa “empoderar as mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia” (ONU-Mulheres, 2016).

<sup>5</sup> Segundo Mattos (2015), o empoderamento negro é um movimento de ressignificação da estética negra e uma tentativa de reparação dos elementos identitários anteriormente negados, visando promover a equidade racial.

grisalhos começam a ser aceitos como bonitos, simbolizando que a cabeça que os carrega está tomada por vivências e experiências, que os mais jovens, com cabelos com maior teor de melanina, não podem ainda ter experimentado. Importante salientar que a liberdade de escolher a aparência de seus cabelos deve se sobrepôr às questões políticas que esses possam representar. Deve-se aceitar que um idoso lute por sua valorização como tal e opte por pintar seus cabelos, bem como o negro continue sendo negro, lutando pela igualdade de raças e alise seus cabelos, se assim desejar. Ou seja, assinala-se uma mudança de padrão de beleza, indicando que a sociedade passa a valorizar, quiçá, mais o Ser do que o Ter ou a capacidade de produzir, de forma que as marcas do tempo poderão ser sinônimo de beleza.

O conceito de envelhecimento na sociedade contemporânea não considera somente os efeitos da idade; fatores que compõem o cotidiano das pessoas também devem ser levados em conta, como: dieta alimentar, consumo de álcool, tabagismo, circunstâncias de trabalho, ausência de políticas de saúde, condições habitacionais, dentre outros (GALVANI; SILVEIRA, 2016, p. 422).

No Brasil, refletindo um fenômeno que ocorre em todo o mundo, observa-se um processo de envelhecimento populacional, devido à diminuição nas taxas de natalidade e melhorias nas condições de vida e acesso à saúde, conforme apontam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Harari e Lopes (2016) ressaltam o fato de que os seres humanos não somente envelhecem em maior quantidade, mas vivem velhos por mais tempo e em grandes contingentes. Ressaltam ainda que os idosos são um grupo muito heterogêneo, não só pelos aspectos sociais e culturais, mas há sensíveis diferenças na forma de envelhecer entre os idosos que têm entre 60-70 anos, dos que tem entre 70-80 e dos idosos centenários, que também vêm crescendo entre a população brasileira.

A longevidade não é sempre desejada, pois implica maior possibilidade de perdas como sinônimo de doença, e doença como sinônimo de dependência. Essas percepções levam a importantes questionamentos, como: quem e como cuidarão de mim? Terei recursos financeiros que garantam meu acesso aos avanços tecnológicos e outros cuidados? Serei um ônus para minha família? (HARARI; LOPES, 2016, p. 127).

Neste processo de envelhecimento da população, constata-se a ocorrência de diferentes fenômenos sociais, como o convívio entre diferentes gerações e a ineficiência das políticas públicas direcionadas aos idosos, aqui entendidos como:

[...] indivíduos assim denominados em um dado contexto sociocultural, em virtude das diferenças que exibem em aparência, força, funcionalidade, produtividade e desempenho de papéis sociais primários em comparação com adultos não idosos (NERI, 2013, p.18-19).

Os pesquisadores atentam-se ao fato de ser necessário ouvir os idosos para que as políticas públicas a eles direcionadas de fato atendam suas necessidades e anseios. Os idosos são duplamente excluídos na nossa sociedade, já que, grande parte, não avançou nos estudos formais, critério socialmente relevante, o que reflete em baixas aposentadorias, colocando-os no patamar de baixo poder aquisitivo.

Entender a velhice como categoria socialmente construída através do entendimento do percurso de vida permitirá a construção da identidade e singularidade da população idosa, respeitando gênero e cultura (RODRIGUES; MERCADANTE, 2016, p. 165).

Cabe ressaltar, que as preocupações políticas com os idosos são recentes, da década de 1970 do século XX. No Brasil, as primeiras normas neste sentido são datadas do início da década de 1980, entretanto, a maior atenção foi dada no século XXI, com a sanção do Estatuto do Idoso em 2003.

O Estatuto do Idoso surgiu como um instrumento legal que visa a garantir direitos e estipular deveres a fim de proteger a população acima de 60 anos. Ele foi demarcado por amplas pressões sociais que explicitam o amadurecimento político da população e, em decorrência disso, das políticas públicas. [...] Reconheceu-se, então, a importância dessa população bem como sua fragilidade. Portanto, apesar da demora, o idoso finalmente ocupa hoje um lugar de destaque nas discussões políticas, econômicas e sociais (COUTO, 2005, p. 4).

Entretanto, observa-se ainda uma postura de preconceito e de discriminação para com os idosos, denominada de ageísmo, segundo Couto (2005), por tratar-se de discriminação em relação à idade.

Observamos preconceito por parte dos jovens e dos próprios idosos. Trata-se de um problema cultural de uma sociedade que sempre cultuou a juventude e considerou o velho como inativo, porém não percebeu ainda que o idoso de hoje é diferente, em decorrência de um mundo globalizado, em que há novos recursos para manutenção da saúde e principalmente quanto aos anos que o indivíduo viverá (ARAÚJO; CÔRTE, 2016, p. 158).

Pode-se supor que esta postura se deve à falta de conhecimentos sobre este segmento da população, já que o processo de envelhecimento é um fenômeno recente, carente de estudos e comportando vivências tão heterogêneas, dificultando ainda resultados consistentes nas pesquisas.

A velhice é frequentemente descrita como um período caracterizado por uma diminuição das reservas, em virtude das múltiplas perdas que ocorrem simultânea ou sucessivamente no decorrer de um curto período de tempo. [...] De fato, alguns eventos raros ou não normativos nas fases anteriores (por exemplo, doenças) tornam-se relativamente normativos na velhice (FORTES; PORTUGUEZ; ARGIMON, 2009, p. 456).

No entanto, cada vez mais os estudos lembram que:

Para muitas culturas, o velho foi, e ainda é, a figura que detém a tradição e tem a missão de transmiti-la aos mais jovens, na intenção de conservar a própria história e a de sua comunidade enquanto ser coletivo (COLLUS; TÓTORA, 2016, p. 183).

Sobre isso, Mirabelli e Fonseca (2016, p. 412) questionam: “Quem sabe abrindo espaço para que os velhos ocupem a posição de ensinar (trazendo à luz seu saber intuitivo) não se pode alcançar de maneira mais eficaz a meta de desmistificar a velhice no seio social”. Podemos relativizar este saber intuitivo ressaltando que o saber dos idosos é decorrente de suas vivências, formando uma sabedoria vivida e não somente intuitiva.

Segundo os quatro pilares do Envelhecimento Ativo (OMS, 2015, p. 46), o Estado tem como obrigação fomentar políticas que protejam o idoso, mas os idosos precisam conhecer e reivindicar seus direitos, demonstrando-se cidadãos ativos. A velhice deve ser vista como um direito, já que só chegam à velhice aqueles que sobrevivem às fases anteriores da vida, muitas vezes resultado de políticas públicas de proteção à infância, juventude, saúde, educação e outros direitos prolongadores do ciclo vital.

As sociedades industrializadas tendem a desvalorizar seus idosos, pois estes já não são produtores e têm um baixo poder de consumo, tratando-os como um peso social, como se velhice fosse doença. Entretanto, Bosi (1994, p. 80) argumenta que “não se deve confundir senilidade, que é um fenômeno patológico, com senescência, que é um estado normal do ciclo de vida”; questionando “se a senilidade é um efeito da senescência ou um produto artificial da sociedade que rejeita os velhos”.

Nota-se, na fala de Bosi (1994), que o tratamento dispensado aos idosos dentro da sociedade é uma questão cultural, já que em outras comunidades conhecidas como tradicionais, os idosos ocupam lugar de destaque, sendo reconhecidos como os guardiões do saber e dos conhecimentos de vida. Portanto, os responsáveis pela continuidade da comunidade em questão, ideia conhecida como geratividade, que segundo Laranjeira (2007), é a preocupação que o idoso tem em deixar um legado intelectual e/ou espiritual para seus descendentes.

É fato que a sociedade ocidental contemporânea impõe aos sujeitos padrões de comportamento para que se enquadrem nos conceitos de envelhecimento saudável, ativo e bem-sucedido, desconsiderando as singularidades que compõem cada indivíduo. Assim, os idosos têm poucas chances de escolher como viver sua velhice, por conta dos padrões socioculturais tentando moldá-los. Essa perspectiva lembra uma ditadura do envelhecimento, e encontra eco no que Brandão (2011, p. 105) diz:

[...] devemos abordar o ciclo de vida em sua diversidade e complexidade, indicando as múltiplas possibilidades de investigar e compreender as interfaces existentes na multidimensionalidade da vida humana. Não temos respostas ou fórmulas simples e prontas diante deste “nó” de inter-relações físicas, psíquicas, sociais, econômicas, políticas e existenciais, inerentes às sociedades humanas.

A sociedade boicota os impulsos de criatividade das pessoas para que se enquadrem em padrões estéticos, éticos, comportamentais, facilitando, com isso, o escoamento da produção industrial em larga escala e fomentando o consumismo, que é base do capitalismo, em que o “ter” se sobrepõe ao “ser” (HARARI; LOPES, 2016).

Nesse contexto, os idosos detentores de menor poder aquisitivo, são tratados com menosprezo.

Acrescentemos a essa proposição a velhice e a fragilidade. Quando o processo de envelhecimento é apenas associado a perdas e à doença, a velhice, conclusão inevitável, só poderá ser uma velhice que cedo ou tarde será frágil e, portanto, também dependente, o que, por decorrência, leva-nos a submissão do sujeito àqueles que são responsáveis por seu cuidado. Assim, em algum lugar se perde o sujeito que envelhece (HARARI; LOPES, 2016, p. 121).

Assim, perceber a velhice como uma dádiva pode ser considerado sinal de velhice bem sucedida, saudável ou ativa, já que morrer cedo não é o desejo da grande maioria dos indivíduos; o desejável é viver bastante e bem. E, quem vive bastante, geralmente envelhece tendo a oportunidade de ver a família crescer, prosperar, renovar-se através de netos e bisnetos. Essa alegria em ver seus descendentes corrobora o conceito de geratividade, pois é a conscientização de que suas atitudes estão sendo passadas a outras gerações. “Nesse sentido, embora seja fenômeno comum a todo ser humano, a velhice é uma construção que ocorre no encontro de cada pessoa e a cultura a qual pertence, e se expressa singularmente (HARARI; LOPES, 2016, p. 129)”.

Os estudos apontam esta fase da vida humana como heterogênea, já que o desenvolvimento dos indivíduos é marcado pelos fatos vividos por ele e, portanto, cada pessoa que alcança a fase idosa apresenta um histórico único. Importante salientar também

que as mudanças observadas nos idosos nem sempre são só biológicas, mas sociais e culturais.

Além de ser um destino do indivíduo, a velhice é uma categoria social. Tem um estatuto contingente, pois cada sociedade vive de forma diferente o declínio biológico do homem. A sociedade industrial é maléfica para a velhice. Nas sociedades mais estáveis um octogenário pode começar a construção de uma casa, a plantação de uma horta, pode preparar os canteiros e semear um jardim. Seu filho continuará a obra (BOSI, 1994, p. 77).

Tanto a estabilidade da sociedade quanto o tratamento recebido pelos idosos são questões discutíveis na atualidade. Da mesma forma que Ariés (1981) narra a história da infância em variadas sociedades, demonstrando os diferentes tratamentos recebidos pelas crianças em cada contexto, o idoso também está suscetível aos tratamentos a ele dispensados de acordo com seu contexto: em sociedades onde a produtividade é determinante do valor do indivíduo, o idoso é desvalorizado; em sociedades onde o valor do indivíduo está no conhecimento que ele acumulou ao longo da vida, o idoso é exaltado.

Para Gil e Mercadante (2016), envelhecer é um processo de adaptação biopsicosocial. A solidão aproxima-se pelo distanciamento dos filhos e pelo afastamento do trabalho. Os idosos percebem, e se incomodam, com as perdas funcionais cerebrais. Precisam que seu interlocutor seja sensível às suas necessidades e torne mais fácil para eles a conversa, pois sentem dificuldades em ouvir, compreender e memorizar as informações, mas sentem-se intimidados pelas exigências sociais de infalibilidade, de eficácia, de rapidez. A capacidade de isolar estímulos para focar a atenção em um só ponto é reduzida com o envelhecimento, bem como a capacidade de realizar duas tarefas simultaneamente.

Halbwachs (1990) e Messy (1999) (apud FONSECA, 2016) fundamentaram a ideia de que a capacidade do indivíduo de enfrentar o envelhecimento depende da sociedade em que estiver inserido, visto que cada sociedade encara este processo de uma maneira diferente, trabalhando com uma normatividade social própria. Messy (1999) (apud FONSECA, 2016) defende ainda que a capacidade de aquisição da normatividade está em constante reelaboração no interior dos sujeitos, já que viver significa equilibrar novos sentimentos e sensações a cada momento. Já Beauvoir (1970) também defende a ideia de equilíbrio, ressaltando que tal equilíbrio é incentivado ou boicotado socialmente.

É pertinente ressaltar que o estímulo dos idosos ao convívio social e o combate ao preconceito em relação a essas pessoas são cruciais para mudar a percepção social da velhice como período de invalidez e incapacidades. É fundamental a valorização da convivência entre várias faixas etárias e entre esses com os diversos profissionais da saúde (GIL; MERCADANTE, 2016, p. 70).

Beauvoir (1970) trabalhou com a ideia do envelhecimento como metamorfose, que pode ser compreendida como uma adaptação à nova realidade e não como a transformação de um ser em outro. Cabe questionar se os idosos nessa fase da vida se transformam em razão de mudanças na personalidade ou como consequência dos novos padrões comportamentais e de saúde que vem sendo socialmente estabelecidos, e, se não se enquadrarem em tais padrões, são categorizados com patologias, incorrendo inclusive em consumidores de remédios e tratamentos médicos.

A definição de um envelhecimento bem-sucedido, portanto, segue na direção de encarar como naturais as perdas próprias do processo de envelhecimento, proporcionando oportunidades para que a pessoa seja a mais autônoma possível e tenha suas necessidades e preferências respeitadas, de maneira a manter o desempenho de papéis sociais compatíveis com sua atual condição biopsicológica. Afinal, como citam Araújo e Côrte (2016, p. 136):

Somos seres dependentes durante muito tempo de nossas vidas, encaramos de forma natural a infância, a adolescência ou início da vida adulta, mas não aceitamos ser dependentes na velhice, situação que pode ser um agravante para a saúde e bem-estar da família.

Desse modo, o envelhecimento não pode ser simplesmente compreendido como algo positivo ou negativo, atua de maneira singular e, numa sociedade como a atual, que valoriza a juventude sobre o conhecimento e o líquido (BAUMAN, 2006) sobre o sólido, é necessário transpor paradigmas e reverter preconceitos para o alcance de um reconhecimento dos valores e contribuições que os idosos podem trazer.

Isso posto, apresenta-se o constructo Memória, que reflete as vivências da pessoa e envolve elementos sociais e culturais do seu entorno, visando manter os laços entre passado, presente e futuro.

## 2.2 Memória Individual e Memória Coletiva

Denomina-se memória de longa duração a função que retém as informações no cérebro, que podem ser consultadas posteriormente por meio da recordação, compreendida como um dos atributos da memória, que faz uma ponte entre o passado, o presente e o futuro (BRANDÃO, 2016).

A memória é um assunto que deve ser estudado à luz de diferentes ciências, por tratar-se de um conceito complexo, que envolve aspectos biológicos, bioquímicos, linguísticos, sociais, exigindo uma análise interdisciplinar.

Sob o escopo das Ciências Biológicas, a memória fisiológica é descrita por Izquierdo et al. (2013) como a capacidade de aprender e utilizar tal aprendizagem em benefício próprio ou de outrem. Gil e Mercadante (2016) observam que, dentre os tipos de memória, a de curta duração, que permite reter uma informação de segundos a minutos, se mantém nos idosos e que alguns aspectos de memória de longo prazo além de se conservarem, se aperfeiçoam, já que os idosos não deixam de aprender. Todavia, é comum as pessoas não se sentirem bem devido aos lapsos de memória que eventualmente os acometem durante o processo de envelhecimento. Tais lapsos são explicados por Izquierdo et al. (2013) como um mecanismo de defesa cerebral, pois seus estudos apontam que a memória tem um limite de armazenamento e os esquecimentos servem para que este limite não seja transposto, ou seja, é necessário esquecer para que não se perca a capacidade de lembrar. Para esse autor, o processo de envelhecimento é responsável pela “superlotação” da memória, portanto, o esquecimento funciona como mecanismo de defesa para evitar um transbordamento dessa capacidade, já que a cada minuto a pessoa recebe novas informações que são armazenadas pelo cérebro, em sua memória.

O esquecimento também é componente da memória, pois, como defende Izquierdo (2004b), esquecer é uma arte, sendo necessário esquecer para ter espaço para lembrarmos o que nos é mais importante, mais significativo. Na composição de nossas memórias, o que é esquecido é tão importante quanto o que é lembrado, pois “Nada somos além do que recordamos, mas também do que esquecemos, sejam as lembranças silenciadas, voluntária ou involuntariamente, seja dos não ditos” (BRANDÃO, 2016, p. 21).

Na perspectiva histórica, as perturbações



[...] devem em muitos casos ser esclarecidas também à luz das ciências sociais. Por outro lado, a nível metafórico, mas significativo, a amnésia não só é uma perturbação no indivíduo, como determina perturbações mais ou menos graves e do mesmo modo da personalidade, a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações pode determinar perturbações graves da identidade coletiva. (LE GOFF, 1982, p. 11).

Neste sentido, a memória se forma através das modificações que ocorrem no cérebro a partir da aquisição de novas informações, conforme apontam os estudos de Izquierdo (2004a apud BRANDÃO, 2016). Ainda segundo os autores, o processo de aquisição de memória ocorre da seguinte maneira: os órgãos dos sentidos recebem a informação, que é direcionada ao cérebro para ser codificada e armazenada em diferentes áreas para depois serem transformadas em lembranças permanentes que podem ser recuperadas, ou não, a partir de um gatilho externo ou de uma motivação interna, subjetiva, que, por vezes, pode passar despercebida.

De fato, a formação de uma memória de longa duração, e que podemos também chamar de memória autobiográfica, envolve uma série de processos metabólicos; que ocorrem nas diferentes estruturas cerebrais; que compreendem diversas fases; e que requerem entre três e oito horas para se completarem (BRANDÃO, 2016, p. 18).

Izquierdo et al. (2013) citam que as memórias de curta e longa duração são independentes, uma vez que, apesar de usarem as mesmas células cerebrais, utilizam enzimas diferentes. A emoção é responsável pela manutenção do fato na memória, pois a memória só registra o que consideramos significativo, portanto, os seres humanos não são capazes de aprender o que não interessa, ficando, no máximo, como memória de curta duração.

Nesse sentido, Gonçalves e Fonseca (2016) mencionam autores que defendem a memória como parte do inconsciente<sup>6</sup>, apresentando os esquecimentos como mecanismos de defesa<sup>7</sup> cujo objetivo é evitar sofrimentos e lembranças negativas. Lembram que para Freud, por exemplo, o esquecimento ou a distorção tem tanto ou mais valor do que o lembrado, o memorizado, pois podem representar dores com as quais a pessoa que esquece não sabe lidar. Esta ideia é corroborada por Thompson (1992, p. 18), quando diz que “O que interessa em história oral é saber por que o entrevistado foi seletivo, ou omissivo, pois essa seletividade com certeza tem seu significado”. Os não ditos são tão importantes, ou mais, nas narrativas das memórias, pois o que se esquece, ou não se fala sobre, pode indicar elementos muito

<sup>6</sup> Segundo Freud (apud ANSARA; DANTAS, 2015), a mente é dividida em camadas ou níveis e o que está abaixo do nível da consciência está no inconsciente.

<sup>7</sup> Mecanismo de defesa é uma denominação dada por Freud para as manifestações do Ego diante das exigências de outras instâncias psíquicas (Id e Superego).

significativos na construção das memórias de um indivíduo. Mesmo na construção da memória coletiva, esse silêncio pode representar algo inaceitável pela sociedade da qual o indivíduo participa ou algo não aceito por ele.

[...] “a memória é tudo”. É tudo porque somos o que conscientemente lembramos; mas também o que não lembramos (somos o nosso inconsciente, como assinalou Freud). Conclusão que fala a favor da indiscutível dupla face da memória: lembrar e esquecer (GONÇALVES; FONSECA, 2016, p. 235).

Leão (2005) ao apresentar uma retrospectiva do conceito memória, da antiguidade à contemporaneidade, assinala as diferentes abordagens que esse conceito assume em cada uma das ciências que o estuda e faz o seguinte apontamento:

Na segunda metade do século XX houve um incremento aos estudos da memória (principalmente os relativos ao envelhecimento da memória humana, florescendo no campo da gerontologia e geriatria), investigando questões do seu declínio e alterações cognitivas nos idosos. Em linhas gerais, no cenário internacional, os estudos da memória em psicologia, abrangem a vertente da memória subjetiva (crenças, percepções e afetos) e da memória objetiva (desempenho cognitivo) (LEÃO, 2005, p. 50).

Do ponto de vista dos estudos sobre o funcionamento do cérebro realizados até o momento as informações não utilizadas pela memória são descartadas, o que indica que os idosos devem se manter ativos para evitar perdas significativas, vivenciando os processos de aprendizagem ao longo da vida, um dos quatro pilares do Envelhecimento Ativo de acordo com o Centro Internacional de Longevidade Brasil (2015). Diferentes correntes científicas divergem em suas explicações sobre a memória, mas convergem num ponto quando explicitam a memória como algo construído a partir de associações e fragmentos, se construindo de modo a dar sentido à sua narrativa, de maneira associativa, por meio de elementos que têm conexão entre si e que, utilizados conjuntamente, formam este sentido.

Para Leão (2005), incrementar os aspectos psicológicos que compõem a memória é fundamental para compensar as perdas biológicas causadas pelo processo de envelhecimento, já que essa pode ser compreendida como as recordações individuais e únicas de uma pessoa sobre sua história de vida, composta de aspectos subjetivos e coletivos.

Outrossim, Halbwachs (1990) denomina de diferentes maneiras a memória individual e a memória coletiva, ressaltando que a memória individual é mais específica e pessoal, revelando mais de quem a detém, enquanto a memória coletiva é mais ampla e abrangente, lembrando-se dos fatos mais gerais e com menos especificidades.

[...] as impressões afetivas elas mesmas tendem a se manifestar em imagens e representações coletivas. Em todo o caso, se se puder, com durações individuais, reconstruir uma duração mais ampla, e impessoal, na qual estão compreendidas, é porque elas mesmas se destacam sobre o fundo de um tempo coletivo ao qual emprestam toda a sua substância (HALBWACHS, 1990, p. 100).

A memória reflete os elementos psíquicos, intelectuais e a vivência do indivíduo resultante dos elementos sociais e culturais do seu entorno. Tem como objetivo manter os laços entre passado, presente e futuro para que as rupturas, essenciais no processo de desenvolvimento humano, sejam bem aceitas pelos sujeitos, para que não haja prejuízos à saúde psicológica.

O que se recorda não vem como um roteiro pronto e acabado, mas como possibilidades reconstrutivas naquele momento acionadas, e as interligações se fazem entre *flashes* do projetado, do vivido, do imaginado. A narrativa constrói uma história meio realidade meio ficção, verdade que emerge como possível no presente narrativo – o que nos passa (BRANDÃO; CÔRTE, 2016, p. 517).

Desse modo, a memória individual é construída coletivamente, sendo possível pensar que seria o mesmo que lembrança, pois é carregada de sentimentos e emoções; essas lembranças se transformam em atividade cerebral, pois não se constituem imediatamente da maneira como chegam: são processadas e conectadas às emoções para então serem assimiladas.

Conhecemos a tendência da mente de remodelar toda experiência em categorias nítidas, cheias de sentido e úteis para o presente. Mal termina a percepção, as lembranças já começam a modificá-la: experiências, hábitos, afetos, convenções vão trabalhar a matéria da memória. Um desejo de explicação atua sobre o presente e sobre o passado, integrando suas experiências nos esquemas pelos quais a pessoa norteia sua vida. O empenho do indivíduo em dar um sentido à sua biografia penetra as lembranças com um ‘desejo de explicação’ (BOSI, 1994, p. 419).

A memória coletiva se forma de comportamentos compartilhados de maneira quase instintiva entre as pessoas da mesma sociedade. Os esquecimentos também são compartilhados e são considerados mecanismos de controle.

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta pelo poder conduzida pelas forças sociais. Apoderar-se da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória colectiva [*sic*]. (LE GOFF, 1982, p. 12).

Le Goff (1982) refuta o conceito de memória coletiva para as sociedades que dominam a escrita, pois considera que memória coletiva seja as recordações da História ideológica. Essa narra sobretudo os mitos fundadores das sociedades orais, baseados na grandiosidade dos feitos antepassados que não podem ser comprovados, somente são reproduzidos oralmente, com o objetivo de ligar os povos atuais a um passado coletivo comum, confundindo realidade com mito. Nas sociedades orais, os mitos são transmitidos em sua essência, não havendo preocupação em decorar palavra por palavra, permitindo uma atuação da criatividade. Le Goff (1982) problematiza que durante a passagem das sociedades da oralidade para a forma escrita decidiu-se por eternizar os grandes feitos, e não os aspectos cotidianos. Estes continuaram a ser transmitidos oralmente.

Baseando-se na mitologia greco-romana, Brandão (2016, p. 16) define a memória como a arte da expressão, arte da narrativa, já que ela permite que um sujeito recontar sua trajetória, narrando suas experiências. Se não houvesse memória, recordar o passado, o vivido e o não-vivido, seria impossível. A memória, portanto, tem o papel social de ressignificação do vivido, que constantemente liga o passado com o presente e projeta um futuro, analisando o que já se viveu e dando sentido a trajetória de vida de cada sujeito.

Para Halbwachs, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém a ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo (BOSI, 1994, p. 413).

Quando os gregos fazem da memória uma deusa e atribuem a ela uma capacidade de rever o passado, elevam-na a uma categoria mística, parecendo que somente os iniciados têm o direito de acessar suas memórias. Em outro momento da História grega, a memória adquire características técnicas, de organização, apoiando-se no ambiente para que seja eficaz.

Na medida em que as ciências compreendem que a memória é constituinte do sujeito e dos grupos, permite a compreensão de seus sujeitos, pois “Cada vez mais os especialistas em envelhecimento têm reconhecido que entregar-se a reminiscências pode ser uma maneira interessante de os idosos manterem o sentimento de sua identidade em um mundo em mudança” (THOMPSON, 1992, p. 40).

Segundo Halbwachs (1990), não existe memória individual dissociada da memória coletiva, no sentido de que tudo o que o indivíduo recorda é composto de aspectos externos a ele, pois os indivíduos são formados por correntes de pensamentos sociais que interferem na sua memória, portanto, trata-se de algo construído socialmente, por mais íntima que seja a

lembrança, apresenta elementos de seu entorno sociocultural. Bosi desenvolveu seu pensamento baseando-se em Halbwachs e corrobora essa ideia dizendo que:

As lembranças grupais se apoiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência (BOSI, 1994, p. 414).

Como contraponto, Le Goff (1982) argumenta que a invenção da escrita não contribuiu com a memória, pelo contrário, contribuiu para a perda dela e para o empobrecimento das almas que, no lugar de buscarem suas memórias internamente, recorrem aos textos onde é possível recordar elementos escolhidos para serem rememorados. Depreende-se aqui que a escrita configura-se um importante suporte de memória, desde que não se percam as narrativas, não se desvalorize a escuta e as relações humanas. Esse ponto faz sentido, pelo ritmo acelerado da sociedade contemporânea muitas vezes prejudicar o processo de aprendizagem, pois a velocidade e o excesso de informações suprimem a experiência, que é a assimilação de uma nova vivência, e interferem nas relações interpessoais. A velocidade com que se julga conhecer uma pessoa na contemporaneidade e a quantidade de pessoas com as quais se podem interagir virtualmente, nas redes sociais, alteram as relações físicas, pois esta velocidade, por vezes, é transferida para o plano físico, tornando as relações interpessoais mais frágeis. Uma vez mediadas pelos aparelhos tecnológicos, as aprendizagens passam a ser mais distantes e frias: encurtam distâncias, permitindo que o indivíduo tenha relações com localidades distantes, mas também fragilizam os laços de pertencimento local, gerando insegurança e instabilidade. Nesse processo, a memória cumpre importante papel, já que lembramos somente o que aprendemos. Todavia, na fase da velhice da vida:

A memória, grande legado do viver e do envelhecer, entra no mesmo circuito de descartabilidade. Memória esta entendida como sustentáculo da subjetividade. Não se trata de atualizar experiências por meio da memória, mas de refazer, a todo o momento, nosso sentido de tempo. O impacto na construção do sujeito, na manutenção da singularidade se faz sentir com força (HARARI; LOPES, 2016, p. 114 – 115).

A memória é instrumento de aprendizagem, pois é através da memorização que se torna possível recorrer às experiências vividas para utilizá-las como recursos de aprendizagem e alcançar um novo nível de desenvolvimento. “É a memória que ilumina o fluxo e refluxo das lembranças, desencadeando movimentos subjetivos de presentificar o passado,

atualizando seu significado e refazendo a complexa trama dos fios da vida. É a memória como argamassa da construção do vivido” (LEÃO, 2005, p. 68).

Brandão (2016, p. 23) propõe que a memória seja a âncora que dá segurança às pessoas diante desta sociedade líquida, como denomina Bauman (2006), pois é ela que permite refletir quem somos e resistir culturalmente às influências externas que sofremos.

O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o domínio das relações de dinheiro sobre outros vínculos sociais. Ter um passado, eis outro direito da pessoa que deriva de seu enraizamento. Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças (BOSI, 1994, p. 443).

A memória coletiva pode ser considerada como um mosaico, em que as memórias individuais se unem para formar uma imagem maior, composta dessas individualidades. Quanto maior o sentimento de pertença ao grupo, maior a influência deste sobre a memória individual. Por sua vez, as memórias autobiográficas são subjetivas e socioafetivas, compostas de elementos culturais e pessoais. Ouvi-las permite compreender nossa comunidade. “Essa história que é nossa, e dos grupos aos quais pertencemos nos diz quem somos, auxilia e fortalece nossa identidade, ilumina nosso caminho na busca de sentidos para se estar no mundo” (BRANDÃO, 2016, p. 24).

Estes pressupostos indicam que a memória é recheada de elementos culturais, trazendo consigo não só as lembranças das vivências individuais, mas experiências coletivas, que atingiram o grupo do qual a pessoa faz parte. No contexto em que vivemos, a memória é composta de uma quantidade grande de estímulos, que englobam as vivências locais e mundiais, com repercussões múltiplas sobre as pessoas, tornando-as, inclusive, produtoras de informações, já que as tecnologias permitem que o indivíduo esteja sempre apto a registrar e divulgar qualquer evento que presencie.

O que se passa marca tão fortemente o cotidiano que, muitas vezes, não nos atentamos com o que nos passa, como se o mundo externo e suas demandas nos anestesiasse e privasse dos sentidos e, assim, da reflexão crítica, intimamente pessoal (BRANDÃO; CÔRTE, 2016, p. 511).

Em relação à questão do tempo, para Brandão (2016), esse é indissociável da memória, já que é formada pelas experiências passadas que são transportadas para o presente, e consideram ainda o tempo pessoal de cada um – *kairós* - que pode ser compreendido como o tempo vivido, passível de mudanças e reinterpretações, reversível, já que é subjetivo. A

memória tem diversas versões, umas às vezes em disputa, já que ao mesmo tempo em que serve para recordar ela permite esquecimentos com o objetivo de proteção. É importante ressaltar também que o tempo influencia na memória. Quem fala e de onde fala também são pontos importantes a se considerar na escuta de uma narrativa de memória.

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais frequentemente em contato com ele. Quando àquelas que concernem a um pequeno número e algumas vezes a um só de seus membros, embora estejam compreendidas em sua memória, - já que, ao menos por uma parte, elas se produzem dentro de seus limites - passam para último plano (HALBWACHS, 1990, p. 45).

As memórias, na contemporaneidade, têm a capacidade de ser “fonte e reserva das culturas e identidades dos grupos humanos” (BRANDÃO, 2016, p. 39), pois diante da fragmentação e fluidez das relações elas servem de referências culturais.

A memória das sociedades antigas apoiava-se na estabilidade espacial e na confiança em que os seres da nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituíam-se valores ligados à práxis coletiva como a vizinhança (*versus* mobilidade), família larga, extensa (*versus* ilhamento da família restrita), apego a certas coisas, a certos objetos biográficos (*versus* objeto de consumo). Eis aí alguns arrimos em que sua memória se apoiava (BOSI, 1994, p. 447, grifos do autor).

Contudo, há que cuidar para não supervalorizar o papel da memória e do passado como os responsáveis pela manutenção da identidade de um grupo, pois, como afirma Halbwachs (1990), toda lembrança é única e o indivíduo compartilha elementos do contexto, elaborados por outros membros do grupo do qual ele faz parte. A memória coletiva se forma a partir de lembranças, mas também de esquecimentos, elementos componentes da identidade de um grupo.

Reconstruímos o passado a partir dos quadros sociais do presente - a memória está no grupo - por meio das lembranças conscientes, em um tempo socialmente referido, e no lugar social que ocupamos no momento do relato. Então, cada grupo humano e cada indivíduo inserido em sua cultura tem, sobre a memória e seu uso, uma visão que lhes é própria (BRANDÃO, 2016, p. 43).

A memória traz em si a possibilidade de reorganizar o passado, através de sua ressignificação e organização no presente. A identidade de um sujeito também se afirma por meio de suas memórias, pois ele é o que se lembra de ter feito, vivido, sentido, presenciado: “somos aquilo que lembramos, realizamos, amamos e esquecemos, afirmação que nos traz as

dimensões das culturas, dos tempos, das identidades e dos projetos” (BRANDÃO, 2016, p. 46).

Lembra-se também, que a Língua e a palavra, são fundamentais para a memória, pois somente com o estabelecimento de símbolos e signos comuns ao narrador e ao ouvinte é que as recordações tornam-se significativas, pois se não houver compreensão e entendimento do que é narrado, a comunicação da memória torna-se irrelevante.

Essa perspectiva [que estamos inseridos numa cultura que dialoga com o passado e com o futuro] nos confere uma responsabilidade que ultrapassa nosso tempo de vida, já que somos parte da humanidade a caminho! E nos engaja na busca da compreensão e entendimento, de respeito e ética, na busca de uma cultura de Paz (BRANDÃO, 2016, p. 71).

Le Goff (1982) inicia seu trabalho com uma retrospectiva sobre o conceito de memória nas diferentes ciências, enfatizando que para as Ciências Humanas este constructo se compõe sobretudo de aspectos sociais e coletivos.

A memória, como capacidade de conservar certas informações, recorre, em primeiro lugar, a um conjunto de informações psíquicas, graças às quais o homem pode actualizar [*sic*] impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas. (LE GOFF, 1982, p. 9).

Le Goff (1982) organiza a ideia de outros autores das Ciências Humanas que consideram que a memória seja fruto de aspectos sociais, pois depende da linguagem para se concretizar, e a linguagem é estritamente social. Antes mesmo de ser falada ou escrita, a memória se organiza internamente por meio de símbolos socialmente construídos. Tais símbolos permitem a eternização das memórias, pois essas podem ser compartilhadas.

A memória é um relato quase real do que se viveu, pois é permeada de novas significações aos fatos vividos e, além do narrador, quem ouve também tem suas representações e significados sobre a narrativa: ou seja, quem fala e quem ouve influencia o que é dito e ouvido, podendo transformar a narrativa de diferentes formas.

Os outros podem precisar, mas também podem confundir nossas lembranças. As versões alheias podem interferir, alterando e turvando uma impressão cristalina que gostaríamos de guardar. Se nos traçarem um quadro onde esquecemos nossa atuação, podemos reconstruí-lo, aceitar nossa parte nele, mas não nos enxergamos no fundo desse espelho embaçado. Queremos sondá-lo e ele não devolve nosso rosto (BOSI, 1994, p. 414).



Neste processo, portanto, diferentes situações geram “diferentes possibilidades narrativas e, assim, interpretações diversas, e divergentes, a respeito de inúmeras experiências e fatos vividos – histórias de cada um – pois os relatos autobiográficos são sempre uma ‘auto interpretação’ ou ‘auto ficção’ de si” (BRANDÃO, 2016, p. 84). Relembrar é um ato, por vezes, considerado banal, pois acontece em variados momentos, sobre indeterminados assuntos, podendo ser disparado por um motivo externo ou por um motivo interno, que passe despercebido. “Mas o que faz em nós despertar, involuntariamente, lembranças tristes, alegres ou engraçadas? Tanto as memórias voluntárias como as involuntárias, são resultado desses trabalhos de busca que, consciente ou inconscientemente, a memória realiza” (BRANDÃO, 2016, p. 90).

Apropriar-se da sua história é um elemento que fomenta o empoderamento, pois os indivíduos que se reconhecem socialmente através das narrativas de suas memórias compreendem seu papel social e saem fortalecidos. Essa ideia vai ao encontro das colocações de Bosi (1994, p. 411): “Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso e pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum”.

Nessa perspectiva, para o desenvolvimento desta pesquisa, considerou-se fazer uso de constructos teóricos da História e das Ciências Sociais, que contribuem para a construção da memória coletiva, pois realiza a articulação da memória individual com o que é social, construindo assim a memória coletiva da sociedade analisada.

Acontece, com efeito, que uma ou várias pessoas, reunindo suas lembranças, possam descrever muito exatamente os fatos ou os objetos que vimos ao mesmo tempo que elas, e mesmo reconstituir toda a seqüência de nossos atos e de nossas palavras dentro das circunstâncias definidas, sem que nos lembrássemos de tudo aquilo. É, por exemplo, um fato cuja realidade não é discutível (HALBWACHS, 1990, p. 27).

Outra ideia que reforça este processo de construção da memória coletiva através dos depoimentos individuais é que o indivíduo, ao ouvir os relatos de outros, acredita mais na sua própria memória, valorizando-se neste processo. “Ao lembrar o passado ele não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida” (BOSI, 1994, p. 60).

Relembrar fatos do passado facilita o entendimento de pertencimento a um grupo social e valoriza a própria vivência, pois abre a possibilidade de refletir sobre práticas anteriores e compreender melhor o que já se viveu.

Na realidade, o espírito não passa em revista todas essas imagens, das quais aliás nada indica que elas subsistem. É no tempo, tempo este que é aquele de um determinado grupo, que ele procura encontrar ou ainda reconstituir a lembrança e é no tempo que ele se apoia. O tempo e só ele pode desempenhar esse papel à medida em que o representamos como um meio contínuo que não mudou e que permaneceu o mesmo hoje como ontem, de maneira que podemos encontrar ontem dentro de hoje (HALBWACHS, 1990, p. 120).

Segundo Brandão (2016), a memória tem potencial transformador para a sociedade e para o indivíduo, já que ao relembrar e falar de sua história, o sujeito, além de se empoderar de sua vida, pode tomar as rédeas que a sociedade retira das mãos das pessoas que envelhecem.

Queremos dizer com isso que o cérebro é suporte e não causa de haver memória. Antes de tudo, a memória é resultado de discursos que se entrecruzam na formação das histórias singulares/destinos de cada ser humano (GONÇALVES; FONSECA, 2016, p. 230).

Ouvir os relatos das memórias traz humanidade aos fatos históricos, pois as pessoas colocam sentimentos nas suas falas, suas fragilidades e fortalezas sobressaem ao discurso, dando vida ao evento estudado. A memória é contraditória, e isto é sua riqueza. Observar as diferentes visões sobre o mesmo evento possibilita uma compreensão mais ampla e uma problematização mais consciente, permitindo apontar diferentes soluções para o objeto analisado, sendo necessário tal apontamento.

Brandão (2016) defende que as narrativas autobiográficas podem ser recheadas de fatos imaginários, mas que isso é elemento essencial para conhecermos o narrador, nosso sujeito, pois ele revela-se inclusive por meio dessas verdades possíveis. Defende também que conversar significa trazer à tona emoções expressas por meio da linguagem, ideia já defendida por Bosi.

O instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual. Os dados coletivos que a língua sempre traz em si entram até mesmo no sonho (situação limite da pureza individual) (BOSI, 1994, p. 56).

Sintetizando, a memória individual é composta de diferentes elementos sociais, mas processada por um indivíduo, portanto, única, já que suas experiências anteriores e sentimentos em relação ao evento em questão são exclusivamente seus. Porém, ao relatar tal memória, formada da intersecção de todos esses elementos, o sujeito torna sua memória

individual em algo social, já que faz uso da linguagem – elemento socialmente constituído – para expressar-se, contribuindo com a construção da memória coletiva, uma vez que as influências do entorno foram por ele absorvidas na concepção de sua própria memória.

### 2.3 Eventos de vida e eventos críticos

Os Eventos de Vida, considerados como situações socialmente esperadas, são definidos por Neri (2013, p. 38) como:

[...] acontecimentos que determinam e dão sentido histórico ao curso da vida de grupos etários e de indivíduos. No âmbito individual, os eventos de vida são marcadores que dizem respeito à trajetória individual de desenvolvimento e de envelhecimento.

Para compreender o impacto do evento estudado – a “Grande Enchente de 2010”, foram ouvidos os relatos dos idosos do município em estudo, para averiguar o valor que lhe atribuem, se o consideravam como evento crítico, na medida em esses se configuram:

[...] processos que se desdobram no tempo, têm alta saliência emocional, desafiam o ajustamento preexistente entre a pessoa e o ambiente e conduzem a comportamentos de enfrentamento que têm como objetivo restabelecer o ajustamento entre a pessoa e o ambiente. Eles ocorrem na presença de antecedentes representados pela experiência prévia da pessoa com eventos críticos, pelo grau de sucesso de suas iniciativas de enfrentamento e pelas experiências de socialização antecipatória proporcionadas pelo contexto microssocial. Entre estas, figuram, por exemplo, experiências religiosas e educacionais que visam preparar as pessoas para o enfrentamento de eventos de vida (NERI, 2013, p. 39-40).

A atribuição do significado de evento crítico é do indivíduo, que ao relatar sua vivência frente a uma determinada situação, a define, mesmo que subjetivamente, como algo que marcou sua trajetória, positiva ou negativamente. Portanto, sua análise deve sempre ser qualitativa, por tratar-se de um dado subjetivo. Narrar um evento de vida permite atribuir-lhe, através dos mecanismos de memória, o sentido de crítico ou não, mas considera-se que haverá mudança no curso de vida a partir dele, ou, como chama Neves (2016), haverá a promoção do descontínuo.

Alguns autores, principalmente na Sociologia e na Educação, utilizam o conceito Incidente Crítico, aqui entendido como equivalente a evento crítico, a despeito de algumas considerações contrárias, como a de Woods (1993 *apud* ALMEIDA, 2009). Este autor estabelece uma diferença entre eventos críticos e incidentes críticos, defendendo que um

evento crítico é intencional, enquanto o incidente crítico seria mais subjetivo, incontrollável, acontecendo como um *flash* que altera a postura do sujeito mediante seu surgimento. Portanto, neste trabalho, optou-se pela denominação Evento Crítico, tomando-os como sinônimos, pois ambos se referem ao mesmo tipo de experiências. Trata-se de uma reflexão que merece aprofundamento, sendo apontada como um campo frutífero de análises interdisciplinares, não se pretendendo nesse espaço discutir as idiossincrasias desses conceitos.

Um evento crítico é uma situação em que é possível observar o resultado da ação do sujeito, indica um caminho traçado para que sua existência seja significada, alterando suas atitudes em função desse evento, promovendo resultados observáveis, sejam esses positivos ou negativos.

Erbolato (2000) trabalha o conceito Eventos de Vida como as atividades esperadas dentro do ciclo vital, por exemplo, em determinada idade espera-se que o indivíduo entre na escola, em outro momento espera-se que comece a namorar, em outro, que inicie a carreira profissional e assim sucessivamente. Portanto, os eventos de vida são fatos socialmente esperados para acontecer naquela fase da vida. Esses eventos podem também ser negativos e a autoestima impacta a forma como o sujeito resolve esses eventos de vida.

É possível dizer que a satisfação que acompanha o final de uma meta aumente e reforce o autoconceito e a auto-estima. Essa satisfação pode existir durante toda a vida, mesmo em pessoas muito idosas. Fazer uma retrospectiva da própria vida, fazer um balanço daquilo que se planejou e das próprias realizações pode trazer alegria e sentimentos de plenitude, de ‘missão cumprida’ (ERBOLATO, 2000, p. 43).

Para Goldstein (2000) a ideia de ter controle sobre os eventos de vida é essencial para a autoestima elevada do sujeito que envelhece, ainda que este evento de vida seja indesejado, como por exemplo, a morte do cônjuge “essas perdas, associadas a eventos de vida indesejados e a experiências desagradáveis, podem transformar o envelhecimento em uma experiência difícil para muitos indivíduos” (GOLDSTEIN, 2000, p. 56).

Por sua vez, os grupos de suporte social são estratégias utilizadas para a superação de eventos críticos vivenciados pelos idosos, principalmente se forem formados por indivíduos da mesma coorte, pois permite trocas intrageracionais que aumentam o significado pessoal das experiências particulares. Atividades individuais também têm seu valor ao contribuir com a compreensão do significado de existência do sujeito. “As percepções do adulto sobre o seu Eu, desempenham um papel central em suas posturas face aos eventos de vida” (DEPS, 1993, p. 64). Ou seja, a maneira como a pessoa se vê, sua percepção a respeito de suas capacidades,

vão interferir na maneira como ela resolve – inclusive se resolve – os problemas existentes em sua vida. A manutenção das atividades interfere positivamente nesta autoavaliação.

Os eventos são críticos porque se apresentam como uma crise, espera-se que haja mudança de comportamento ou, ao menos, de entendimento após sua ocorrência, ou seja, os eventos críticos promovem mudanças, o que, dentro da perspectiva do desenvolvimento humano e da aprendizagem ao longo da vida, pode significar crescimento, desenvolvimento, melhoria ou não do indivíduo. Assim, o evento crítico é uma descontinuidade, como apontado por Neves (2016), pois, a partir dele, uma nova postura do indivíduo diante da vida é esperada, enquanto os eventos de vida são situações esperadas pelo sujeito e sociedade ao longo do curso de vida, por exemplo, o casamento, o ingresso no mercado de trabalho, a aposentadoria, assim por diante.

A meia-idade e o envelhecimento trazem consigo o reconhecimento de que muitos eventos de vida são fortuitos, resultantes de sorte, acaso, destino ou coincidência. Muitos eventos considerados negativos são rotulados como ‘acidentes’, e raramente são vistos como resultantes de qualquer influência sujeita ao controle humano. Muitos dos atributos que anteriormente eram objeto de ‘orgulho’ – tais como capacidade mental, força física, beleza ou saúde – agora em declínio, passam a ser interpretados como incontroláveis, e como características que, embora genéticas, são também distribuídas com base na ‘sorte’ (GOLDSTEIN, 2000, p. 64).

Conforme refere Meller (2015), com base na OMS, podem ser tomados como incidentes críticos situações de desastre e emergência, incluindo desastres ambientais, guerras, acidentes e incêndios, como no presente estudo, que colocam os indivíduos em risco, tirando deles a capacidade de reagir, seja por uma desestruturação social ou por limitações físicas. Abalos psicológicos podem ser observados nos indivíduos que passam por essas situações, prejudicando suas estratégias de enfrentamento.

Um desastre natural resulta da combinação de quatro fatores importantes para a Saúde Coletiva, que são: 1) a ocorrência de uma ameaça natural; 2) uma população exposta; 3) as condições de vulnerabilidade social e ambiental desta população; 4) insuficientes capacidades ou medidas para reduzir os potenciais riscos e os danos à saúde da população. Esses eventos envolvem simultaneamente processos naturais e sociais, que impactam a sociedade a partir do padrão de interação entre os eventos de origem natural e a organização social (FREITAS et al., 2014, p. 3646).

O campo da Psicologia alerta que não são só as necessidades médicas e materiais que devem ser supridas durante e após as situações de desastre, mas as urgências individuais devem ser atendidas para colaborar na manutenção da saúde mental dos envolvidos. Alguns órgãos internacionais utilizam manuais para instruir as pessoas, não somente os psicólogos, de

como agir na ajuda a vítimas de desastres, como: aproximar-se cuidadosamente dela a fim de criar laços sem desrespeitá-la; encaminhá-la para locais que ofereçam maior segurança, de preferência onde ela possa satisfazer suas necessidades fisiológicas; promover estabilidade por meio de informações sobre o desastre ou apenas ouvindo os relatos desse indivíduo; coletar informações sobre a eficiência da assistência; conectá-lo com sua rede social para que consiga mais apoio; informar sobre mecanismos de enfrentamento e resiliência, inclusive serviços de saúde mental continuada. “A função primária da união entre os indivíduos na configuração de instituições é a proteção” (MALAGÓN-OVIEDO; CZERESNIA, 2014, p. 246).

Barbosa, Oliveira e Oliveira (2015) relatam que as inundações são processos dinâmicos que dependem de circunstâncias ambientais e que vêm causando cada vez mais prejuízos financeiros e humanos no mundo. Definem como grande enchente as que apresentam água com nível acima de 6 metros a partir do nível do rio. Os eventos críticos são, na maioria dos casos, tratados depois de ocorrerem, todavia, já existem estudos que procuram compreender a frequência com que acontecem, como exemplo, enchentes e secas, para que sejam implementadas políticas de prevenção desses episódios.

É fato que um dado evento crítico carrega consigo inúmeras vulnerabilidades. Nesse sentido, Sousa e Erdmann (2015) fazem um levantamento sobre o conceito de vulnerabilidade, distinguindo-o de situação de risco e atrelando-o ao de resiliência, utilizado nesta pesquisa. O conceito de vulnerabilidade reúne atributos representados em categorias como atividades e deficiências, aquele seriam os aspectos positivos com os quais o indivíduo pode contar, este são as faltas, os aspectos que lhe são subtraídos. Lembra-se de que a vulnerabilidade é mutável, pois o indivíduo pode estabelecer mecanismos para reagir à situação de vulnerabilidade e revertê-la.

Há de ressaltar que durante o levantamento do referencial teórico nesta pesquisa, os estudos encontrados a respeito desse conceito tratavam, sobretudo, dos aspectos profissionais da vida dos sujeitos, ou seja, relacionando os eventos críticos (ou incidentes críticos) à trajetória profissional. O artigo de Bodstein, Lima e Barros (2014) foi o único estudo encontrado, investigando esta perspectiva mais pessoal, aplicando esse conceito a outras áreas da vida dos indivíduos.

Em relação aos desastres, Albuquerque (2008) refere serem eventos complexos que devem ser analisados por diferentes ângulos, já que abarcam variadas esferas sociais, ambientais, econômicas, para que esta análise interdisciplinar se aproxime da solução dos problemas advindos de tal evento.

Quanto mais pobre ou pouco desenvolvido é o país ou região, maior é a vulnerabilidade daquela população aos diversos tipos de agentes causadores de desastres. [...] Além deste aspecto, a recuperação das condições econômicas e a restauração da qualidade de vida da população após estes eventos também têm uma correlação positiva com o desenvolvimento econômico do país ou região onde ocorreram. Mais uma vez, os ricos se recuperam mais facilmente que os pobres (ALBUQUERQUE, 2008, p. 222).

O desastre enquanto evento que acontece numa comunidade e exige esforços para manter os recursos sociais de existência, está estreitamente associado ao apontado por Albuquerque (2008, p. 223), de que “a percepção do risco do desastre é matéria de fundamental importância na sua mitigação”.

A percepção social é algo há bastante tempo estudado pelos psicólogos. Sabe-se da sua influência no comportamento e na formação de crenças e valores. Assim, a maneira que uma determinada comunidade percebe o risco a que está exposta, é bastante diferente da percepção de um técnico ou mesmo de outra pessoa estranha àquela comunidade. Um trabalho com percepção do risco pode ser fundamental para o salvamento de vidas e o desenvolvimento de comportamentos pró ativos na superação de situações de desastres. Por pouco crível que possa parecer, é frequente a existência de um hiato entre a percepção de risco ou de necessidades de uma determinada comunidade pré ou pós-desastre, e a visão ou percepção que as instituições governamentais ou mesmo a população afastada do problema desenvolve (ALBUQUERQUE, 2008, p. 224).

Sobre o conceito de vulnerabilidade, lembra-se de que esse adentrou a área de saúde pública na década de 1990, quando a epidemia de HIV/AIDS se espalhava pelo Brasil. Por ser um conceito amplo, permite aplicação em diferentes ciências, mas norteia ações de prevenção em saúde pública. Malagón-Oviedo e Czeresnia (2014) realizam uma análise das publicações com o descritor de vulnerabilidade, constatando que, por vezes:

A abordagem mais característica da vulnerabilidade procura desvendar como dinâmicas sociais e culturais mais abrangentes, em conexão com aspectos individuais, criam condições que acrescentam a possibilidade de certos perigos e ameaças concretizarem-se (MALAGÓN-OVIEDO; CZERESNIA, 2014, p. 240).

A vulnerabilidade pode ser compreendida como insegurança social, mas na saúde pública, “Enxergar os fenômenos estruturantes que medeiam processos específicos de saúde doença [*sic*], levando em conta condições e capacidades de agência dos próprios indivíduos e grupos, é a especificidade dos estudos sobre vulnerabilidade” (MALAGÓN-OVIEDO; CZERESNIA, 2014, p. 240).

Existe uma linha de análise que considera a vulnerabilidade como a intersecção de aspectos micro com aspectos macroambientais. Ou seja, o sujeito está inserido num contexto desfavorável e tem atitudes que ampliam a sua vulnerabilidade, portanto, a vulnerabilidade não é somente ambiental, mas também é a postura da pessoa diante da situação em que vive.

Mesmo sendo aceito que existem relações entre vulnerabilidade e iniquidade, tomar uma pela outra pode ser enganoso. Sob uma perspectiva pragmática, nem sempre uma situação de vulnerabilidade corresponde a uma estrutura de iniquidade. Por exemplo, perfis característicos de saúde associados à idade ou situações de vulnerabilidade relacionadas a redes sociais de apoio muito fracas não podem ser imputadas, em qualquer caso, a uma iniquidade. Aliás, vulnerabilidade e iniquidade são categorias de origem diferente, a primeira empírico/analítica, a segunda, de fundamento moral (MALAGÓN-OVIEDO; CZERESNIA, 2014, p. 239).

Malagón-Oviedo e Czeresnia (2014) ao fazerem uma análise filosófica sobre vulnerabilidade indicam que viver é uma constante oposição a morrer, na qual os sujeitos vulneráveis já não se importam com o conflito entre essas duas esferas.

É postura comum relacionar *a priori* doença, velhice, deficiência etc. com seres *vulneráveis*. Apenas quando declina a capacidade normativa do vivente, como uma constante, pode-se falar em instituir ou acrescentar uma situação de *vulnerabilidade* e, por conseguinte, um processo de fragilização biológica, existencial e social (MALAGÓN-OVIEDO; CZERESNIA, 2014, p. 243, grifos do autor).

Carências nas relações sociais criam vulnerabilidades nas pessoas, sejam estas relações de ordem primária ou secundária (família e relações de trabalho, nesta ordem). Todo indivíduo é frágil, porque sabe da sua mortalidade, mas fatores sociais e biológicos contribuem com a evidenciação da vulnerabilidade, por exemplo, pela presença de uma doença ou de algum risco social, como uma guerra, ou, no caso do estudo aqui presente, o evento crítico de ordem natural: a enchente.

O que faz com que as pessoas reajam diferentemente às situações de vulnerabilidades às quais estão expostas é a resiliência. Nem todos vivenciam as mesmas consequências a respeito do mesmo fato ou evento, pois os aspectos individuais, psicológicos e biológicos, levam a reações diferentes.

Portanto, a vulnerabilidade no plano social se refere à existência de relações que limitam a capacidade de atuação das pessoas e que retiram os suportes institucionais de segurança social, ou seja, situações que negam o exercício efetivo de direitos e, portanto, insegurança presente e evanescência de projetos futuros (MALAGÓN-OVIEDO; CZERESNIA, 2014, p. 246).



Apesar de não ter sido o objetivo do estudo de Malagón-Oviedo e Czeresnia (2014), no trabalho consultado, indicam que para o enfrentamento da vulnerabilidade o importante é a resiliência da pessoa, conceito discutido a seguir.

No presente estudo, compreende-se vulnerabilidade como situações pré-determinadas que foram agravadas pela “Grande Enchente de 2010”, como a idade avançada, residir próximo ao rio Paraitinga e outros elementos que surgiram ao longo das análises das entrevistas apresentadas adiante.

## **2.4 O constructo Resiliência Psicológica**

Primeiramente, procurou-se identificar a produção científica mais recente em língua portuguesa, referente à resiliência de idosos, já que o processo de envelhecimento populacional é notório no mundo todo, sendo mais evidente ainda nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Um levantamento nas bases de dados *online* da SCIELO (*Scientific Electronic Librely Online*), BIREME/BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e SCOPUS, foi feito com os seguintes descritores: Velhice e Resiliência; Idosos e Resiliência; Envelhecimento e Resiliência. Para a pesquisa na Scopus foi necessária a utilização dos mesmos descritores em língua inglesa: *old age and resilience*; *elderly and resilience* e *aging and resilience*. A pesquisa foi realizada entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017. Utilizaram-se como critério de inclusão artigos escritos em língua portuguesa, publicados nos últimos 10 anos, de 2006 a 2016.

Como resultado, encontrou-se 34 artigos através do descritor “resiliência”, combinado com outros descritores, distribuídos da seguinte maneira: na base de dados SCIELO, encontrou-se 6 artigos com o descritor Velhice e Resiliência, dos quais três foram descartados por já terem sido selecionados através de outro descritor. Com o descritor “idosos e resiliência” foram 21 artigos, considerados na totalidade por atenderem aos critérios de inclusão aqui estabelecidos. Com o descritor “envelhecimento e resiliência” foram identificados 4 artigos, dos quais somente um foi selecionado, pois os demais apareceram nos outros descritores.

Na base de dados BIREME/BVS, com o descritor “idosos e resiliência” encontrou-se 39 resultados, dos quais 21 foram dispensados por já constarem na base de dados consultada anteriormente. Com o descritor “velhice e resiliência”, identificou-se 9 artigos, também

repetidos. Com o descritor “envelhecimento e resiliência” emergiram 16 artigos, novamente todos dispensados por repetição.

Na base de dados internacional SCOPUS, não se encontrou nenhum artigo em língua portuguesa indexado pelos descritores “velhice e resiliência - *old age and resilience*”. Com o descritor “idosos e resiliência - *elderly and resilience*” – foi encontrado um artigo em língua portuguesa, já selecionado anteriormente. Com o descritor “envelhecimento e resiliência - *aging and resilience*” – foram acessados 6 artigos em língua portuguesa, dos quais quatro foram descartados por pertencerem à área das Ciências da Natureza, e dois à Psicologia, mas que não foram incluídos uma vez que já haviam sido selecionados em outras bases.

Este quadro mostra que a literatura sobre o tema aponta a resiliência como constructo cada vez mais usado, especialmente com idosos. O conceito surgiu a partir de estudos da Física para caracterizar materiais que retornam à sua forma original mesmo após serem submetidos à tensão, sendo utilizado como uma metáfora da capacidade humana de resistir, superar ou se adaptar às mudanças. Esta ideia é compartilhada por diversos autores, como Coimbra e Morais (2015) que questionam na introdução de sua obra se ser “resiliente” é simplesmente lutar pela sobrevivência ou se é a emancipação.

A definição que podemos propor para *resiliência* é simples: o processo intersubjetivo que se organiza como uma das possíveis respostas após um traumatismo, mas com a peculiaridade de levar a retomada a *algum* tipo de desenvolvimento. Contudo, compreende-se que o mais difícil a se descobrir são as condições que permitem essa retomada (CYRULNIK; CABRAL, 2015, s/p, grifo do autor).

Oliveira (2015), após um levantamento de dados sobre resiliência, aponta que a concepção do conceito para analisar o desenvolvimento dos idosos é fundamental, pois a idade avançada traz situações que exigem uma constante adaptação e que indivíduos “resilientes” são capazes de passar por esse processo de maneira positiva.

[...] na avaliação da população geral, constata-se que o nicho sensorial – que envolve todo sujeito em formação – que favorece um estilo de vinculação seguro com o mundo tende a desencadear, de forma mais expressiva, processos de resiliência (CYRULNIK; CABRAL, 2015, s/p).

A resiliência desenvolve-se no idoso quando esse se sente cuidado e respeitado na sua independência, podendo ocupar-se de si mesmo quando for capaz, permitindo que os fatores de proteção, como humor, iniciativa, independência e criatividade se sobreponham aos fatores de risco, como pobreza extrema, privação e estresse continuado.

O que é experimentado como dúvida ou perplexidade no plano da vida social encerra um paradoxo que comporta a condição do ser humano. Fragilidade e capacidade resiliente coexistem. É o mesmo ser humano quem as experimenta. Uma opera como condição de possibilidade da outra; as duas pertencem ao mesmo nível de realidade. A resiliência implica persistir, provar variantes, afirmar-se, sem deixar de reconhecer a fragilidade que é inerente à condição do ser vivo. Ela só pode se explicar pela característica normatividade do vivente; por contraponto, fragilização significa decréscimo dessa característica [...] Talvez uma abordagem que considere o paradoxo existente entre fragilização e resiliência como unidade conceitual e metodológica possa resultar em um caminho promissor para superar essa limitação (MALAGÓN-OVIEDO; CZERESNIA, 2014, p. 245).

Observa-se assim, que o conceito de resiliência encontra-se ainda em construção, portanto, o aprofundamento dos estudos sobre tal constructo é relevante. Segundo Fortes et al. (2009, p. 456), o conceito originou-se no hemisfério norte, na Inglaterra e nos Estados Unidos, estendendo-se pela Europa, chegando mais tarde na América Latina:

[...] onde foram estabelecidos importantes grupos de investigação e numerosos projetos específicos. Segundo esses autores existiriam três bases teóricas de estudos a respeito: a norte-americana, essencialmente pragmática e centrada no individual; a europeia, com maiores enfoques psicanalíticos e uma perspectiva ética; e a latino-americana, de enfoque comunitário, voltada para o social como resposta lógica aos problemas vivenciados naquela sociedade, tais como violência, marginalidade, vulnerabilidade etc.

As Ciências Humanas consideram que a resiliência seja a capacidade da pessoa em tirar bom proveito até mesmo das situações mais difíceis, aprender diante dos obstáculos impostos pela vida.

A resiliência não é uma qualidade que nasce com o indivíduo e, ainda, é muito mais do que uma simples combinação de condições felizes. Devem ser levados em conta as qualidades do próprio indivíduo, o ambiente familiar favorável e também as interações positivas entre esses dois elementos (PINHEIRO, 2004, p.73).

Etimologicamente, constam as seguintes definições do latim *resiliens*, “significa saltar para trás, voltar, ser impelido, recuar, encolher-se, romper. Pela origem inglesa, *resilient* remete à ideia de elasticidade e capacidade rápida de recuperação” (PINHEIRO, 2004, p. 68).

Portanto, pode-se considerar que resiliência seja a elasticidade, a plasticidade, a maleabilidade do sujeito diante de situações estressoras, seja a capacidade de olhar para trás e aprender com os erros, equilibrar fatores protetores com fatores de risco, recuar e ressurgir com novos paradigmas, com novos objetivos e novas forças para continuar a vida, desenvolvendo-se, sendo que “o desenvolvimento não é um processo linear, mas apresenta uma dinâmica que envolve ganhos e perdas concorrentes, implica constantes recorrências a

condições passadas e envolve considerável variabilidade intra e interindividual” (NERI, 2013, p. 24).

Na medida em que o envelhecimento é compreendido como parte do desenvolvimento humano, na sociedade ocidental contemporânea esta fase vem geralmente acompanhada de patologias, fazendo com que o indivíduo idoso se sinta sem autonomia, limitado. Para enfrentar positivamente estas questões, os idosos recorrem a um conjunto de assistências, como serviços médicos, relações familiares e atividades que favorecem a manutenção e elevação da autoestima, caracterizados como fatores de proteção, que se constituem em:

[...] características potenciais na promoção de resiliência, uma vez que podem minimizar os eventuais efeitos negativos ou disfuncionais na presença do risco, além da possibilidade de modificar, melhorar ou alterar a resposta pessoal diante de um perigo qualquer (FERREIRA; SANTOS; MAIA, 2012, p. 329).

Ferreira, Santos e Maia (2012) relacionam a resiliência à auto-estima, defendendo a ideia de que tal característica não é inata, nem tampouco adquirida, sendo construída a partir de uma conjunção de fatores biológicos, sociais e psicológicos. Seus estudos apontam, ainda, que a resiliência aumenta conforme a pessoa envelhece.

Mas para compreender como ocorre a resiliência após um evento de vida, é necessário considerar os fatores protetores, os fatores de risco e as formas de enfrentamento, portanto, o conceito é construído sócio-historicamente, já que considera o contexto do grupo ou indivíduo que está sendo pesquisado. Só pode ser verificado *à posteriori*, ou seja, somente após a vivência pode-se avaliar o processo de resiliência por parte dos sujeitos envolvidos no evento.

[...] três componentes essenciais que devem estar presentes no conceito de resiliência: 1. a noção de adversidade, trauma, risco ou ameaça ao desenvolvimento humano; 2. a adaptação positiva ou superação da adversidade; 3. o processo que considera a dinâmica entre mecanismos emocionais, cognitivos e socioculturais que influem no desenvolvimento humano (INFANTE, 2005, p. 26).

Atrelados ao conceito de resiliência, os fatores de risco e proteção sugerem o equilíbrio, conforme questionado por Pinheiro (2004, p. 72), já que “a resiliência é um processo psicológico que vai se desenvolvendo ao longo da vida, a partir do binômio fatores de risco X fatores de proteção. Tratar-se-ia de um equilíbrio entre risco e proteção”? Todavia, Laranjeira (2007) defende a ideia de que um fator de proteção, em determinado contexto, pode se apresentar como fator de risco em um outro, como exemplo, as relações familiares, que, sendo de qualidade, são consideradas fator de proteção, mas se forem instáveis e

inadequadas, tornam-se fator de risco. Outro fator formativo da resiliência é o bem-estar percebido, ou seja, como o idoso se vê. Os idosos que se veem em melhores condições sociais e com saúde, tendem a apresentar maior resiliência. Além disso, as políticas públicas também podem contribuir com atitudes de resiliência.

Na velhice, a prevalência de incapacidade funcional, de déficit cognitivo, de doenças crônicas e de sintomas depressivos é maior entre os indivíduos mais velhos, as mulheres e os idosos com nível mais baixo de renda e de escolaridade. O apoio social informal e a maneira como o idoso percebe a própria saúde apresentam-se como recursos protetores que facilitam a adaptação dos idosos às perdas associadas ao envelhecimento (RODRIGUES; NERI, 2012, p. 2130).

Na área da Psicologia, o conceito inicial de resiliência remetia à ideia de invulnerabilidade e invencibilidade, mas notou-se que essas qualidades não eram suficientes para explicar muitos fenômenos, já que “resiliência se refere à habilidade de superar adversidades, o que não significa que não ocorram mudanças no indivíduo, como sugerem os termos invulnerabilidade e invencibilidade” (OLIVEIRA et al., 2008, p. 756).

Resiliência, então, passou a ser adotada para explicar essa adaptação positiva do sujeito diante de situações adversas:

[...] a resiliência não depende de traços e disposições pessoais apriorísticos, nem se manifesta apenas a partir da superação de fatores de risco predeterminados. A resiliência corresponde, nesse sentido, a um processo normativo da adaptação, presente na espécie humana e aplicável ao desenvolvimento em ambientes favoráveis ou adversos. Pertence, portanto, a todos os seres vivos essa capacidade para o desenvolvimento saudável e positivo (FERREIRA; SANTOS; MAIA, 2012, p. 333).

Conforme apontam Gurgel et al. (2013), os estudos sobre resiliência estão crescendo, mas as técnicas de avaliação ainda são limitadas e não comprovadas, havendo pouca produção científica sobre a resiliência de idosos. Relata que a maioria das pesquisas é sobre a população feminina - apesar de a literatura não apontar diferenças entre a capacidade de resiliência de homens e mulheres, constatando diferenças apenas sobre os fatores que geram a resiliência.

O termo tem sido associado a indicadores de envelhecimento bem-sucedido, baixa probabilidade de doença relacionada à incapacidade, capacidade cognitiva e funcionalidade física e engajamento com a vida; boa qualidade de relacionamentos, integração à comunidade, alto uso de enfrentamento adaptativo e enfrentamento relacionado ao desenvolvimento (FONTES et al., 2015, p. 8).

A resiliência pode ser considerada como a capacidade de sair-se bem frente a fatores estressantes, já que o indivíduo compensa internamente os fatores de risco e os fatores de proteção para alcançar novamente uma posição equilibrada, como considera Fortes et al. (2009), conquistando inclusive o desenvolvimento, ou, como chamam Resende e Neri (2009), senso de ajustamento psicológico.

Conforme Oliveira (2015, p. 18), a resiliência também pode ser compreendida como característica de um grupo ou comunidade, e não somente do indivíduo. “A tarefa evolutiva central da velhice é a redefinição da identidade face às perdas e alterações que ocorrem no domínio biológico, psicológico e social”. Cita, ainda, que pesquisas realizadas com idosos apontam que as pessoas que viveram mais em função de si mesmas, com poucas preocupações com a geratividade, tendem a uma velhice menos saudável, mais isolada e apresentam menor resiliência diante desse processo de envelhecimento.

Ao que tudo indica, a resiliência auxilia o indivíduo no enfrentamento das perdas que advém do processo de envelhecimento, não se restringindo somente a essa definição; é constituída por meio de reservas que o indivíduo compila durante a vida, talvez essa seja uma explicação para a resiliência ser mais evidente em indivíduos de idade mais avançada, já que esses têm maiores reservas (OLIVEIRA, 2015).

Envelhecer não é um fator de risco, pois há evidências de que as pessoas mais velhas tornam-se mais eficazes no uso de processos adaptativos, tendem a apresentar boa capacidade para compreender a relação entre as relações que definem o que é possível, ou não, e aplicar tal conhecimento em seu desenvolvimento pessoal e em sua adaptação (FREIRE, 2000, p. 27).

Nesse sentido, “Fatores de risco como pobreza extrema, privação e estresse continuado tornam-se menos prejudiciais quando são observados fatores reconhecidos como promotores de resiliência: humor, iniciativa, independência e criatividade” (OLIVEIRA, 2015, p. 16).

Lembra-se, contudo, de que o contexto social pode influenciar o controle no envelhecimento; um ambiente que superprotege o indivíduo geralmente resulta num sujeito passivo e dependente.

Existe um consenso virtualmente universal de que o controle é preferível ao não-controle. E parece que predomina o controle primário, isto é, os indivíduos parecem preferir o controle primário ao secundário<sup>8</sup>. Porém, quando são ameaçados com uma perda do controle primário, eles recorreriam ao controle secundário. Esse tipo de estratégia serviria para manter ou ultrapassar o nível anterior de controle, ou para minimizar sua perda. Assim, o controle secundário não seria um fim em si mesmo, mas um meio de minimizar a perda de controle (GOLDSTEIN, 2000, p. 62).

Oliveira (2015) defende a ideia de que a promoção da resiliência é complexa, já que o conceito engloba diversos fatores de proteção, como saúde física e psicológica, recursos sociais, como família e escolaridade, além da religiosidade, sobretudo em relação às mulheres. O *coping*, ou seja, a habilidade que a pessoa tem em equilibrar os fatores externos para manter seu equilíbrio, também é formado pela avaliação que a pessoa faz dos problemas pelos quais está passando.

A análise dos conceitos de resiliência, capacidade de reserva e plasticidade sugere que a resiliência pode ser considerada como um tipo de plasticidade. Embora em princípio a plasticidade possa ser vista como algo que abrange o potencial para qualquer mudança na capacidade adaptativa (incluindo aumento, manutenção e diminuição), a resiliência diz respeito ao potencial para a manutenção e a recuperação dos níveis de adaptação normal; isto é, resiliência é um subtipo do amplo espectro de mudanças possíveis na capacidade adaptativa englobadas na plasticidade. Como a capacidade de reserva, a resiliência implica na presença de recursos latentes que podem ser ativados. Diferente da resiliência, a capacidade de reserva não é relevante apenas à manutenção ou à recuperação dos níveis *normais* de adaptação. A capacidade de reserva também refere-se aos fatores e recursos que promovem o crescimento para além do nível normal de funcionamento (STAUDINGER; MARSISKE; BALTES, 1995, p. 198-9, grifo do autor).

Estes autores alertam para o fato de ser pretensioso estudar a resiliência das pessoas, sendo mais adequado considerar a resiliência sobre determinado aspecto do curso de vida. Portanto, a resiliência pode ser encarada tanto como a manutenção de um desenvolvimento normal quanto recuperação de traumas.

Staudinger, Marsiske e Baltes (1995) defendem que a resiliência consiste em reconhecer suas limitações e não se deixar abater por elas, como exemplo, narram a dificuldade encontrada por um idoso para subir escadas, que pode ser vencida por meio do uso de elevador. Ter condições de fazer adaptações como esta sem se deixar abalar é sinal de resiliência.

---

<sup>8</sup> Controle primário são os esforços que o indivíduo empreende para adaptar o ambiente às suas necessidades, enquanto o controle secundário são os esforços para se adaptar ao ambiente. (KHOURY; GUNTHER, 2009).

Do nosso ponto de vista, resiliência é uma forma de plasticidade que diz respeito à evitação [*sic*] de patologia e à manutenção do desenvolvimento normal. Sugerimos manter o conceito de resiliência separado do movimento em direção ao desenvolvimento ótimo em si mesmo [...] resiliência é definida como um tipo de plasticidade que permite o desenvolvimento normal (não o ótimo), a despeito da presença de ameaças e riscos. (STAUDINGER; MARSISKE; BALTES, 1995, p. 228).

Assim, a resiliência ativa as habilidades de  *coping*  da pessoa; é a responsável pelo início do processo de adaptação pelo qual ela precisa passar naquele determinado momento.

Pode ser que as condições ambientais, sobretudo na infância, interfiram na resiliência: pessoas que sofreram mais perdas na infância se mostram com menores capacidades de resiliência na vida adulta. Faz pressupor que a resiliência aumenta com o passar dos anos e que os idosos apresentam características de maior resiliência do que os adultos jovens. Nessa direção, após um estudo das publicações sobre resiliência e envelhecimento, Oliveira (2015, p. 48) define a concepção de resiliência com a qual trabalha: “A resiliência no envelhecimento é uma característica socialmente adquirida e construída em todo o ciclo de vida que possibilita ao ser humano ajustar-se em face das adversidades peculiares desta fase”. Uma rede de apoio social intensa é item propulsor da resiliência, bem como co-habitar e/ou conviver com pessoa de relacionamento significativo.

Quanto maior a percepção de suporte social, maior o número de afetos positivos experimentados e o apoio social manifestado pela ajuda em momentos de dificuldades enfrentados pelos idosos trazem ainda mais benefícios. Receber suporte auxilia as pessoas mais velhas a ter senso de pertença, a sentirem-se parte do grupo, identificando-se com o mesmo, encontrando motivação; traz senso de propósito e significado na vida. Trata-se de um processo recíproco que gera efeitos positivos tanto para o sujeito que recebe como também para quem oferece o apoio, permitindo que ambos tenham mais sentido de controle sobre suas vidas. Desse processo emerge a compreensão de que as pessoas necessitam umas das outras (OLIVEIRA, 2015, p. 50).

Experiências anteriores de dificuldade podem contribuir com atitudes de resiliência. A resiliência evolui ao longo da vida, podendo ser incentivada por situações de isolamento ou de amparo social, condições de restrição econômica ou de amparo econômico, ou seja, não é possível determinar quais os fatores que a promovem. As evidências das pesquisas são de que é algo aperfeiçoado com o passar dos anos, portanto, as experiências pessoais indicam a maneira como a pessoa vai lidar com as adversidades presentes no momento. Pensar no futuro também pode ser considerado como fator de resiliência.

Mediante os pressupostos apresentados, foi delineada a trajetória metodológica deste estudo, conforme segue.



### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

A abordagem escolhida foi a pesquisa qualitativa, que, segundo Denzin (2006), tem por finalidade contribuir na constituição de uma sociedade mais democrática e livre, já que os sujeitos interferem diretamente na sua construção. Diz respeito a

[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p.26).

Portanto, a opção pela pesquisa qualitativa permite ouvir os sujeitos em seu ambiente natural, respeitando-os quanto ao que falam e como falam, além de ser possível considerar elementos que vão além dos textuais na análise a ser feita, como os gestuais e até mesmo o local escolhido para a concessão da entrevista. Assim, nesta pesquisa, o local indicado para realização das entrevistas ficou a critério dos sujeitos e englobou a própria residência, local de trabalho e local público.

Foi proposto ao entrevistado ser acompanhado por alguém de sua confiança na entrevista, porém, nenhum dos dez sujeitos quis acompanhamento. Pode-se inferir que a dispensa de acompanhantes se deva à proximidade dos sujeitos com a pesquisadora, que reside no mesmo município. Vale citar que as relações de familiaridade tangenciam o cotidiano local e podem ser ilustradas, por exemplo, com a fala de um dos sujeitos que, após o fim da entrevista, ao perceber que o gravador foi desligado, passou a perguntar à pesquisadora informações atualizadas sobre sua família, deixando clara esta relação de intimidade.

Portanto, a construção do conhecimento científico se faz de maneira mais sistematizada, e acontece durante o processo de análise dos dados, conforme critérios cientificamente reconhecidos.

### 3.1. Tipo de Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa exploratória, que apresenta como objetivo a formulação de questões ou de um problema com as seguintes finalidades: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno e clarificar conceitos. Esta pesquisa é uma combinação de procedimentos exploratórios com descritivos:

Pesquisa Exploratória: objetiva a maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito, ou à construção de hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p.28).

A escolha da entrevista permitiu a compreensão do impacto da “Grande Enchente de 2010” sobre os sujeitos entrevistados e aumentou a familiaridade da pesquisadora e dos sujeitos com o objeto de estudo, para maior compreensão do fato vivido e impactos sobre suas vidas.

Bédarida (2006) lembra que durante muito tempo o historiador teve um compromisso com a objetividade, mas, apesar desta postura positivista ter sido questionada permitindo-se certas liberdades para o trabalho em História, o escopo interdisciplinar da presente pesquisa entre História, Psicologia e Ciências Sociais facilitou alcançar as subjetividades dos sujeitos. As informações obtidas por meio das entrevistas são uma narrativa histórica, ou seja, quando os sujeitos contam como vivenciaram a “Grande Enchente”, constroem uma narrativa única a partir das experiências individuais.

Para Thompson (1992), as memórias individuais transmitidas por meio dos relatos orais para os historiadores são repletas de elementos culturais, coletivos, pois os seres humanos, até mesmo os que não se enquadram socialmente, absorvem e transmitem os elementos que compõem sua sociedade, cabendo ao historiador compreendê-los.

Desse modo, pretendeu-se descrever os fatos vividos pelos narradores, respeitando e interpretando seus silêncios e esquecimentos.

### 3.2. Participantes

Foram 10 idosos que vivem em São Luiz do Paraitinga, com 60 anos ou mais, independentemente de gênero, escolaridade, classe social, ou estado civil, domiciliados na cidade e que vivenciaram o evento da enchente de 2010 no município.

Apresenta-se de forma sucinta o perfil de cada um dos entrevistados. A número um foi uma mulher, Larissa, de 84 anos, que reside sozinha, recebendo em casa esporadicamente um filho e sua esposa, quando eles alugam a chácara onde moram para festas e eventos. Ela é evangélica, viúva e mantém sua autonomia, expressa inclusive no fato de dirigir seu automóvel, indo e vindo das diferentes cidades onde seus filhos residem. Tem um elevado poder aquisitivo, apesar da aparente pouca escolarização.

A segunda entrevistada, Vilma, tem 76 anos e reside com seu marido, o entrevistado número três, Luiz Hugo, que tem 82 anos, num casarão histórico que compõe o conjunto arquitetônico dos arredores da Praça Dr. Oswaldo Cruz. Ambos são católicos, ocupam uma posição socioeconômica privilegiada na cidade, aposentados de carreiras públicas – ela professora, ele funcionário do judiciário. Mantêm a autonomia, sendo o apoio um do outro nos momentos de dificuldades. Luiz Hugo já deu depoimento sobre este assunto para outros pesquisadores.

A quarta entrevistada, Tatiana, tem 67 anos e reside sozinha, seu estado civil é divorciada. É aposentada e leva uma vida um pouco mais isolada do convívio social, restringindo seus contatos aos familiares. Falou pouco, demonstrou-se incomodada pela entrevista, mas estava satisfeita em poder participar com seu depoimento. Fato curioso é que foi a única entrevistada que não teve sua residência diretamente atingida pela enchente, pois sua casa localiza-se na parte alta da cidade, o que nos fez inferir que foi o motivo pelo qual não utilizou a primeira pessoa gramatical no seu depoimento, relatando o evento como espectadora.

A entrevistada número cinco, Neia, é a mais jovem, com 62 anos, ainda não era uma idosa quando o evento “Grande Enchente de 2010” ocorreu, segundo a definição adotada pela presente pesquisa, que considera idosa a pessoa com 60 anos ou mais, conforme explicitado anteriormente. É professora aposentada, solteira, reside com sua irmã e foi a única que relatou tomar remédios psiquiátricos, mas não associa o uso ao fato aqui estudado.

A sexta entrevistada, Maíra, é a mais idosa deste grupo de entrevistados, com 88 anos, é viúva e reside com uma filha e uma neta, que cuidam dela, pois apresenta dificuldades de locomoção, que atribui ao contato com a água da enchente. Não realiza sozinha as “atividades

de vida diária”, mas mantém a lucidez necessária para relatar o vivido. Demonstrou muita tristeza pela forma que vive nos dias atuais.

A sétima entrevistada, Mariana, é casada, reside com seu marido e uma filha, com quem divide as atividades domésticas. Evangélica, demonstra controle sobre seus descendentes e muita energia para encarar as dificuldades da vida. Reside bem próximo ao rio Paraitinga, portanto, convive de perto com o risco de novas enchentes. Não revelou sua idade, que é próxima dos 80 anos.

A oitava entrevistada, Camila, é comerciante aposentada, apesar de não exercer mais atividades de cozinha no seu restaurante, passa seus dias no local, recebendo os clientes e vendo de perto o andamento das coisas. Reside com uma família extensa, composta de filhos, netos, marido e agregados. Seus problemas de saúde surgiram depois da enchente e a impedem de trabalhar, mas organiza tudo com “mãos de ferro”, segundo ela. Tem 68 anos e já concedeu entrevista sobre este mesmo assunto a outros pesquisadores.

O entrevistado número nove, Tavares, tem 72 anos, é professor universitário aposentado, reside com sua esposa num casarão próximo à área central do município e é descendente de uma das famílias fundadoras de São Luiz do Paraitinga. Tem grande prestígio na cidade e também já foi entrevistado sobre esse assunto em outros momentos, por outros pesquisadores.

O décimo entrevistado, Lúcio, é comerciante aposentado, cujo comércio ainda é o sustento de sua família. Reside com sua esposa nos fundos de sua loja e tem 82 anos.

As entrevistas foram realizadas a partir da técnica de *Snowball* (Bola de Neve), em que o primeiro entrevistado indicou o segundo e assim sucessivamente. Ao atingir 10 entrevistados, observou-se a saturação dos dados, pela repetição das histórias mesmo na presença de diferentes tonalidades que assumiam para os sujeitos: expectador, vítima ativa por seu salvamento, vítima passiva etc. O critério de escolha do primeiro entrevistado foi a acessibilidade, em virtude de a pesquisadora conhecer uma idosa atingida em sua residência e comércio pela “Grande Enchente de 2010”. Mesmo essa não tendo aceitado dar depoimento, indicou uma outra, que contemplava os pré-requisitos para ser entrevistada, dando início ao processo *Snowball*.

[...] o método RDS (*Respondent Driven Sampling*) faz parte da família de métodos de amostragem “bola de neve”, que utilizam cadeias de referência para o recrutamento. Diferente das técnicas tradicionais de amostragem, que buscam a independência entre os elementos da amostra, esse tipo de técnica faz uso justamente das relações entre as pessoas. Em poucas palavras, no processo de recrutamento RDS cada participante da amostra recebe um

número limitado (previamente definido pelos pesquisadores) de convites e é estimulado a trazer os próximos participantes que farão parte da amostra, através da entrega desses convites (ALBUQUERQUE, 2009, p. 12, grifos do autor).

Nesta pesquisa, a próxima indicação deveria surgir, preferencialmente, de maneira espontânea durante o relato, mas quando isso não ocorria, a pesquisadora perguntou ao final quem o sujeito indicaria para ser o próximo entrevistado. Tal pergunta, inclusive, suscitou argumentos relevantes para a análise aqui proposta.

### **3.3. Instrumentos**

A entrevista se mostrou o instrumento mais adequado para obter as informações relevantes ao recorte da pesquisa, sendo definida como:

[...] um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 195).

O modelo adotado foi a entrevista semiestruturada, que segundo Lakatos e Marconi (2003) possui as seguintes vantagens: pode ser aplicada em qualquer segmento da população; fornece uma amostragem melhor da população geral; tem maior flexibilidade, garantindo a compreensão do entrevistado; oferece maior oportunidade para avaliar condutas, atitudes, reações e gestos; permite obter dados que não se encontram em fontes documentais e que será realizada individualmente com cada idoso, em local escolhido pelo entrevistado. A entrevista foi realizada pela pesquisadora, sem acompanhantes.

A modalidade de entrevista utilizada foi a da História de Vida Focal (HVF), amplamente utilizada pela antropologia norte americana, que se dedica a ouvir o indivíduo para reconhecer dados singulares no meio do coletivo. Esta modalidade é adequada para aprender sobre o outro, ouvir o que ele tem a contar, permitindo que o sujeito da pesquisa atribua significado à sua vida. Além disso, a História de Vida Focal é uma abordagem metodológica que oferece:

[...] essa possibilidade de compreensão profunda do vivido, pois permite a descoberta, a exploração e a avaliação de como as pessoas compreendem seu passado, vinculam sua experiência individual a seu contexto social, interpretam-na e lhes dão significado. Portanto, é uma importante forma de pesquisar, o sentido da experiência humana (BELLATO et al., 2008, p. 850).

A escolha pela História de Vida Focal se deve ao maior interesse em ouvir as experiências dos entrevistados a respeito de um determinado fato de suas vidas: a “Grande Enchente de 2010”, portanto, o foco das entrevistas reside nesse evento. Aqui, compreende-se que a História de Vida Focal debruça-se mais sobre o sujeito e determinado evento, enquanto a História Oral ocupa-se principalmente das questões sociais e do contexto.

A questão norteadora foi: Como o (a) senhor (a) vivenciou a enchente de 2010? As demais questões visaram compor o quadro geral da situação e as vivências individuais e coletivas (APÊNDICE I). Estas questões favoreceram categorizar a realidade social da população estudada e os impactos da enchente de 2010 sobre seu cotidiano de vida, caracterizando o fato histórico como evento crítico ou não, e fazendo um paralelo com o constructo teórico de resiliência. Na medida em que esta primeira questão não era capaz de suscitar no entrevistado as informações necessárias à pesquisa, outras perguntas foram introduzidas, à guisa de responder aos objetivos (ANEXO I).

#### **3.4. Procedimentos para Coleta de Dados**

Por utilizar seres humanos na coleta de dados, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (CEP-UNITAU), que tem a finalidade maior de defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Após sua aprovação, por meio do parecer número 1.820.319, foi solicitada a autorização dos entrevistados.

Primeiramente, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A) aos sujeitos para assinatura, e aos que aceitaram participar do estudo, garantido o sigilo de sua identidade, bem como assegurada sua saída do estudo, se assim desejarem, a qualquer tempo.

Depois a pesquisadora convidou a primeira entrevistada por meio de um encontro, no local de trabalho desta, quando lhe foi exposta a proposta da pesquisa, marcando a entrevista para o dia seguinte, nesse mesmo local, como preferência da entrevistada. As demais entrevistas foram possibilitadas pela técnica *snowball*. Nesse estudo, cada entrevistado recebeu um pseudônimo.

As entrevistas levaram de 15 a 45 minutos, foram gravadas em mídia digital e transcritas posteriormente. As informações armazenadas no formato digital serão mantidas

sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, quando então serão inutilizadas, apagando-se os arquivos.

### 3.5. Procedimentos para Análise de Dados

A análise dos dados trabalhou com a definição, a priori, dos seguintes eixos de análise: Cotidiano de vida antes da enchente, Desafios da enchente de 2010, Estratégias de enfrentamento e Vida após a enchente. Tais eixos se reportam aos objetivos da pesquisa. Os dados das entrevistas foram sistematizados, à luz da técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (1977).

A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdos), é um método muito empírico, dependente do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação a que se pretende como objetivo. Não existe o pronto-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos, tem que ser reinventada a cada momento, excepto [*sic*] para usos simples e generalizados (BARDIN, 1977, p. 30-31).

A Análise de Conteúdo é uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reprodutíveis e válidas que se possam aplicar a um contexto. Como ferramenta, sua finalidade consiste em proporcionar conhecimentos, novas interpretações, novas formas de fazer e um guia prático para a ação.

A Análise de Conteúdo sistematizada por Bardin (1977) organiza-se em três polos cronológicos: 1- Pré-análise: escolha dos documentos a serem submetidos à análise, no caso, as entrevistas; formulação das hipóteses e dos objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final, aqui chamados de eixo de análise. A pré-análise aconteceu após as transcrições e pode ser subdividida em leitura flutuante e preparação do material.

A leitura flutuante é aquela para contato com o material, quando é permitida a formulação de hipóteses e escolha de documentos, que pode ser determinada *à priori*, como nesta pesquisa, onde foi escolhida a entrevista. Diversas regras fazem parte da leitura flutuante, mas algumas não cabem na presente pesquisa. Seguindo o alerta de Bardin (1977) no que se refere à Regra da Representatividade, delimitamos previamente dez sujeitos a serem entrevistados, e como gostaríamos de perceber a diversidade das experiências, não delimitamos características além da idade e de ter vivenciado a enchente, assim, não foi necessário selecionar amostra.

A Regra da Pertinência é relacionada à presente pesquisa, pois defende que os documentos escolhidos devem ter conexão com a pesquisa em andamento, aqui considerada, a entrevista. A Referenciação dos Índices e Elaboração de Indicadores também fazem parte da pré-análise, que consiste em escolher critérios que serão observados no documento para obter as respostas ao seu problema de pesquisa, derivando a formulação dos eixos de análise que constam nos quadros a seguir.

Para finalizar esta etapa, deve-se realizar a preparação do material, organizá-lo da melhor maneira para que o pesquisador possa acessá-lo e obter as informações pertinentes. Portanto, todas as entrevistas foram transcritas pela pesquisadora que colocou as observações feitas em campo entre parênteses para facilitar a observação. Depois, as entrevistas foram impressas para análise.

2- Exploração do material; fase que pode ser facilitada se a pré-análise foi realizada de maneira eficaz. Consiste em operações de codificação, decomposição e enumeração. Nesta fase, as entrevistas foram lidas exaustivamente, quando a pesquisadora observou as categorias e subcategorias que emergiram dos relatos, classificando em vivências de antes, durante ou depois da “Grande Enchente de 2010”, por meio de marcações feitas com canetas de diferentes cores.

3- Tratamento dos resultados, inferência e interpretação; foi o momento em que a pesquisadora conseguiu se certificar de que os dados foram bem coletados, a pré-análise foi bem feita e os problemas levantados no início da pesquisa puderam ser respondidos. Esta fase realizou-se por meio do embasamento proporcionado pelas leituras teóricas realizadas durante o processo da pesquisa.

Segundo Bardin, as categorias devem ser de exclusão mútua, ou seja: o mesmo elemento não deve se encaixar em mais de uma categoria, podendo se cruzar na etapa seguinte – relação. A análise de conteúdo baseia-se nas inferências do pesquisador, que podem ser obtidas por meio da frequência das palavras ou por meio das ausências e silêncios. A análise de conteúdo não se atém à descrição, pois, classifica os elementos, no caso, as falas dos sujeitos, e compreende o que essas falas significam e representam, para então apresentar os resultados.



#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: MEMÓRIAS DA “GRANDE ENCHENTE DE 2010”

Para refletir sobre a memória coletiva relacionada ao evento “Grande Enchente de 2010” em São Luiz do Paraitinga, foram essenciais as ideias de Halbwachs, corroboradas por Bosi (1994, p. 414), na qual “O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado”. Registra-se aqui seu importante alerta:

É possível que no dia seguinte de um acontecimento que sacudiu, destruiu em parte, renovou a estrutura de uma sociedade, um outro período comece. Mas disso nos aperceberemos somente mais tarde, quando uma nova sociedade, realmente, tiver tirado de si mesma novos recursos, e quando ela propuser outros objetivos (HALBWACHS, 1990, p. 83).

Nesta pesquisa, a memória é utilizada para buscar o sentido que os sujeitos deram à experiência vivida no evento, que se supõe ter marcado a vida de cada um e da coletividade, bem como o antes e o depois do evento.

A utilização da técnica do *snowball* remeteu a um grupo de 12 idosos; três homens e nove mulheres, com idades entre 62 e 88 anos, de diferentes classes socioeconômicas e religiões, atingidos direta ou indiretamente pela “Grande Enchente de 2010” em São Luiz do Paraitinga-SP.

A coleta iniciou com a realização de uma entrevista piloto, na qual o instrumento foi posto à prova e a pesquisadora pode se apropriar melhor da técnica História de Vida Focal. Por conta dos ajustes necessários ao alcance dos objetivos, essa primeira entrevista foi inutilizada para efeito da pesquisa. Uma segunda foi descartada devido a falhas técnicas no processo de transcrição. Assim, trabalhou-se com dez entrevistados.

As entrevistas aconteceram entre dezembro de 2016 e abril de 2017, sempre em local de escolha do entrevistado. Fato curioso é que somente um deles não escolheu sua residência ou local de trabalho para conceder a entrevista, marcando o encontro na Biblioteca Municipal. Este sujeito é o que apresenta maior escolaridade dentre os entrevistados e deixou claro em sua narrativa a importância desse estudo, sobretudo, para o enfrentamento da enchente. Uma entrevistada concedeu a entrevista no seu local de trabalho, o Mercado Municipal, lugar público referido por muitos como ponto de referência durante a enchente. Os demais receberam a pesquisadora em suas residências, sem acompanhantes.

A partir dos eixos de análise estabelecidos, procedeu-se à análise de conteúdo e a sistematização dos relatos possibilitou identificar as categorias e subcategorias que constam em cada um dos quatro quadros à frente. As repetidas leituras, necessárias à compreensão dos

aspectos subjetivos dos depoimentos, apontaram que uma mesma experiência fora vivenciada de forma ambivalente: ora apresenta um sentido, ora outro. Este processo é ilustrado por meio das frases no quadro das diferentes categorias de análise.

Cada eixo de análise (Cotidiano de vida antes da enchente; Desafios da Enchente de 2010; Estratégias de Enfrentamento e Vida após a enchente) foi discutido abrangendo as categorias e subcategorias às quais se atrelam.

#### 4.1 Eixo Cotidiano de vida antes da enchente

Este eixo abrange duas categorias: Fatores de risco e Fatores de proteção, que se desdobram em subcategorias, ou seja, diferentes perspectivas que a temática assume.

Quadro 1. Cotidiano de vida antes da enchente

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	SEGMENTO ILUSTRATIVO
<b>Fatores de risco</b>	Experiência de vida com dificuldades	“Aí quando meu pai faleceu, eu tinha eu acho que seis ou sete anos, meu pai morreu muito novo, meu irmão tinha dois anos, eu fui embora pra Guaratinguetá com a minha tia eu tinha onze anos, e lá em Guaratinguetá fiquei muitos anos lá, casei lá, sabe, em sessenta (1960)”. (Larissa)
<b>Fatores de proteção</b>	Apoio social; Experiências bem-sucedidas no passado; Religiosidade; Calma da cidade; Alta escolaridade.	“Ah, era bom! Aqui era bom, não sei, não tem o que falar! Cada um trabalhava no seu lugar, tinha amizade, a gente saía pra fazer uma viagem, saía tranquilo, chegava aqui tava tudo bem... Eu não perdia uma missa! Ia na Igreja...” (Maíra)

A questão dos fatores de risco diz respeito às experiências de vida com dificuldade, exemplificada pela fala de Maíra, que refere de onde veio a força que contribuiu com suas decisões diante do evento:

Sempre fui forte! Enfrentei, criei sete filhos, tudo sozinha, bem dizer, sozinha. De vez em quando arrumava uma pessoa só pra ajudar um pouco, né? E eu ajudava na fábrica no tempo do meu marido, eu ajudava! Às vezes, ele precisava sair, fazer uma entrega, eu ficava lá! E fazia o mesmo serviço que os funcionários, fazia a mesma coisa! Toda a vida eu fui forte! Graças a Deus! (Maíra)

Estudos elencados por Oliveira (2015) apontam que as experiências de vida associadas a dificuldades, desde que amparadas por uma rede social, transformam-se em oportunidades de desenvolver a resiliência nos idosos, pois permite que esses compreendam tais experiências como desafios e vejam isso positivamente.

Referências às realizações passadas podem fortalecer os níveis de otimismo e energia para lidar com os desafios do presente. Atentar seletivamente para os aspectos positivos do *self* no passado pode favorecer o aparecimento de um positivo senso de *self* no presente (STAUDINGER; MARSISKE; BALTES, 1995, p. 215-216).

As dificuldades financeiras vividas antes da enchente obrigaram os sujeitos a ter criatividade para sobreviverem, características típicas do caipira. Segundo Candido (2001), esse sobrevive com muito pouco, agindo com criatividade e sem sucumbir mediante suas limitações financeiras e de acesso aos bens de consumo, conforme relatado a seguir. Entrevê-se aqui também que o tempo livre para lazer é ressaltado com entusiasmo, representando mais uma característica do caipira:

Nossa Senhora como era bom! Era maravilhoso! Quando eu vim de Taubaté, eu me casei e vim pra cá! Eu falava: Meu Deus eu não vou conseguir viver na roça... Eu achava que era uma roça... ô lugar santo, lugar abençoado por Deus! [...] Como era gostoso naquela época! A gente saía... Nossa rua ali, não tinha nem pedra, nem pedregulho, nem nada! Era terra! O ônibus fazia volta ali e vinha aqui! Criançada ficava até nove e meia dez horas brincando na rua... Nossa Senhora! (Camila)

Tudo indica que as experiências bem-sucedidas no passado contribuíram para a construção da resiliência dos idosos entrevistados, como pode ser vislumbrado nesse depoimento de Larissa:

Quando a gente era criança, lá em Catuçaba (distrito de São Luiz do Paraitinga), antigamente dava muita enchente ali! A gente era muito pequeno ainda. Nossa! Uma vez eu acordei com barulho, né? Eram os vizinhos da minha mãe que correram da enchente, foram tudo lá pra casa da minha mãe que ficava no alto! [...] E... Daí eu acordei, eles falavam: a enchente, a estrada tá toda alagada! [...] Aí, pra nós era tudo festa, sabe? Pra nós era tudo festa, sabe? Reunia todo mundo, a criançada ia tudo pra lá, era festa! O povo

morava na parte baixa, minha mãe morava na parte alta, então eles iam pra lá. Então não me assustei! Até um certo ponto eu não me assustei. (Larissa)

Larissa vivera na infância experiências de enchente nas quais sua família, a salvo do evento, abrigava outras pessoas da comunidade, situação que permitia que essa tivesse contato com as outras crianças e percebesse que os problemas se resolviam. Durante a existência do problema, as pessoas aproveitavam o tempo para se distrair, já que nada poderia ser feito enquanto o rio não retornasse ao leito. Assim, as lembranças de experiências anteriores assumem para ela uma conotação positiva, que:

[...] contribuem para a adaptação às dificuldades inerentes ao processo de envelhecimento, funcionando como um mecanismo de *coping* que permite um maior ajustamento e adaptação à realidade onde se está inserido, e em que as experiências anteriores assumem um papel importante. A utilização de recursos internos e de estratégias de *coping* diante das dificuldades possibilita uma manutenção e reorganização do bem-estar psicológico (PINTO, 2015, p. 9).

Outras vozes narram suas experiências bem-sucedidas no passado, sobretudo no que diz respeito ao enfrentamento de enchentes anteriores, considerando que a população de São Luiz do Paraitinga viu inúmeras vezes a cheia do rio Paraitinga, sempre se recuperando destas:

Nós sabemos! Quantas enchentes nós já passamos aqui? Mas não dessa forma... Deus o livre e guarde! (Camila)

Nos pegou de surpresa, a gente não esperava, né, que fosse... porque normalmente, as enchentes anteriores elas chegavam até na porta de casa, aqui na porta da rua, na porta da cozinha, mas nunca ela entrou aqui dentro de casa. E essa foi exagerada. (Luiz Hugo)

Pensando que ela chegaria até um certo limite e voltaria como das outras vezes, que quase entrou e não entrou. Então, nós ficamos aguardando e as águas subindo, quando foi à noite, aqui já estava tomado cerca assim, de um metro e pouco. (Vilma)

Os diferentes sujeitos narraram a enchente como evento ao qual estavam familiarizados, inclusive viviam preparados para as cheias do rio Paraitinga. Mas a enchente de 2010 teve um elemento surpresa: a quantidade de água e a velocidade com que tomou as casas. Ainda assim, as experiências anteriores funcionaram como fator de proteção, pois se sabia que em algum momento as águas baixariam e seria possível o retorno às residências.

Os indivíduos que durante sua vida passam por dificuldades e obstáculos acabam desenvolvendo esta capacidade de lidar com o impacto psicológico causado pelos momentos críticos e ao envelhecer, consequentemente aumentam sua capacidade de resiliência (ROCHA; CIOSAK, 2014, p. 94).

Mas a experiência com as enchentes anteriores, parece também ter atuado como um fator de risco, pois os sujeitos, já acostumados com cheias que nunca antes havia atingido suas residências, persistiram em ficar até ser imprescindível o salvamento pelos “Anjos do Rafting”:

Mas daí eu percebi que minhas netas e os amigos delas estavam se preocupando com a enchente, sabe, achando que... Mas daí eu falei: filha, não vem aqui! E se vir, a água vai, vem mas volta! Uma hora ela sai. Daí, quando nós vimos, a água já veio invadindo pelo portão, invadindo pelo fundo, foi entrando dentro da garagem, né? E da casa também! (Larissa)

Mesmo num cenário de extrema desigualdade social, como é o Brasil, percebe-se que alguns indivíduos conseguem superar as adversidades enfrentadas durante toda a vida e envelhecer com saúde e autonomia, possivelmente pelas características de resiliência que apresentam. Políticas de promoção de resiliência configuram-se como boa estratégia de incentivo à saúde, pois a forma como os sujeitos encaram as adversidades reflete no resultado de sua saúde.

Como fatores de risco presentes na experiência de vida dos sujeitos, pode-se ainda considerar: a falta de emprego e o distanciamento dos filhos em idade produtiva, aspectos interligados, uma vez que a falta de oportunidades de emprego leva os jovens a migrarem para cidades maiores em busca destas, distanciando as gerações mais jovens de seus familiares idosos. A cidade é apresentada pelos sujeitos como um bom lugar para idosos e crianças morarem, porém não apresenta oportunidades de emprego e de estudo para os jovens em idade produtiva. Isto pode ser constatado nos números do Censo de 2010 do IBGE, cujo percentual de idosos é muito grande, permitindo inferir que os jovens migram em busca de trabalho.

Aqui em São Luiz cê sabe como é que é! Uma cidadinha difícil, né? Não tem emprego, falta serviço, né? Não tem trabalho, assim, pros filho da gente... Os coitados precisa até ir embora daqui porque não tem emprego, muito difícil, viu? Mas dá pra gente ir vivendo... Como pobre dá pra gente ir vivendo... Não falta nada graças a Deus! (Mariana)

Ainda se percebe na fala acima certo conformismo em viver na escassez, outra característica atribuída ao caipira, apresentado por Brandão (1983) como quem vive:

Uma vida coletiva pobre e, no entanto, ainda em equilíbrio com a natureza, mesmo quando no limiar de “mínimos vitais”, no interior de frações externamente instáveis e internamente resistentes de uma ordem social e simbólica cuja expressão na “comunidade”, no “bairro”, no “sítio” surpreendeu vários estudiosos dos seus sistemas de trabalho, de trocas vicinais, de criação artística e atividade ritual (BRANDÃO, 1983, p. 32).

O caipira tem um modo de vida pobre que exige dele uma criatividade para sobreviver, o que é possível perceber em diferentes momentos nas falas dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa. Segundo Candido (2001), o caipira relaciona-se com o meio de maneira precária, garantindo somente mínimos vitais, baseado na economia de subsistência. Entre esses mínimos vitais estão o mínimo alimentar para não morrer de fome e o mínimo nas relações sociais para que o grupo sobreviva.

Também como característica do caipira, constata-se que:

[...] a casa é o espaço mais interior do mundo do caipira. Todos habitam o rancho e também ali há trabalho para todos. Mas ele é um domínio da mulher. Ainda que submissa por direito costumeiro às ordens do marido, a mulher de certo modo domina o cotidiano, porque é o seu trabalho doméstico que, na prática, dirige as atividades de produção da comida, do vestuário, do cuidado dos filhos (BRANDÃO, 1983, p. 73).

Nesse sentido, verifica-se a força da mulher na manutenção do equilíbrio familiar. Nos relatos do casal, ambos fazem uma associação positiva sobre a vida em comum, na medida em que as decisões relacionadas a casa e ao lar, são por excelência da mulher. Em se tratando da família, os estudos sobre resiliência apontam que os idosos que coabitam com pessoas com as quais mantêm relações significativas apresentam comportamentos de maior resiliência. As relações familiares de qualidade constituem importante fator de proteção, quando se caracterizam como apoio social:

Relações e conexões significativas também guardam estreita relação com o desenvolvimento e a manutenção de atitudes resilientes. A pessoa significativa pode ser entendida como aquela que proporciona ao outro senso de pertença e acolhimento, promovendo um crescimento e desenvolvimento saudáveis em todo o ciclo de vida (OLIVEIRA, 2015, p. 60).

As amizades se sobressaem nos relatos dos sujeitos que percebem São Luiz do Paraitinga como uma família, outro fator de proteção que atua como apoio social e merece atenção, como consta a seguir: “Meus vizinhos são uns amores, sempre foram, né? Graças a Deus a gente criou os filhos aqui, conhece muito bem todo mundo! É uma família só aqui em São Luiz, né? Aí não faltou quem me chamasse”! (Larissa).

A solidariedade também é uma característica tipicamente caipira, outro componente de apoio social recorrente nas entrevistas, sobretudo, quando falam das vivências antes, durante e após a enchente: “Tenho boas amizades, os vizinhos aqui tudo são amigo, nunca briguei com ninguém, o seu Jota e a dona Juraci, muito boa vizinha, muito boa, o que você precisar, muito coisa! Eles são”! (silêncio) (Maíra).

O caipira tem como unidade de referência o “bairro”, que segundo Candido (2001, p. 81) é uma:

[...] estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas.

É fato que, nas sociedades em geral, as mulheres, crianças e idosos são considerados pessoas vulneráveis. Tal vulnerabilidade é agravada diante da escassez de recursos financeiros e de suporte social. Em São Luiz do Paraitinga, em 2010, toda a população foi atingida, mas pode-se perceber maior vulnerabilidade de tais grupos, já que os mais pobres habitavam as áreas mais próximas ao rio Paraitinga. Os residentes dos casarões que circundam a Praça Dr. Oswaldo Cruz, o centro da cidade, são, em sua maioria, idosos, que se refugiaram no segundo andar dos casarões, descreditando da possibilidade das águas os atingirem neste patamar, tornando ainda mais aguda a necessidade de seu salvamento por outrem, já que as forças das águas impediam a saída independente dessas pessoas. Lembra-se de que os centros históricos das grandes cidades acabaram ocupados por populações de baixa renda e atividades marginais, enquanto as camadas mais abastadas da população migraram para novas áreas. Em cidades de médio e pequeno porte isso não ocorreu. As camadas mais ricas da sociedade permaneceram nos centros históricos, utilizando seus prédios como residência e órgãos administrativos. Nesse contexto, a igreja emerge como símbolo importante no centro do município, que congrega toda a vida social, cultural, política dele. Em São Luiz não é diferente.

Observa-se que o interesse dos estudos em gerontologia e antropologia sobre o papel da religião na vida de idosos é grande. Entre os entrevistados, na totalidade adeptos a religiões cristãs (católicos e protestantes), aparece a importância da religião na construção da resiliência dos idosos. Ou seja, a religiosidade atuando como fator de proteção diante o evento. Muitas narrativas dão indícios desse aspecto como pilar da resiliência. A adesão à prática de uma religião marcou a vida de Larissa:

Casei e depois, inclusive eu casei na Matriz lá, depois de oito anos eu fiquei evangélica, né? Em sessenta e oito, eu casei em sessenta, inclusive tem meu prato ali, lá (aponta a parede com o prato comemorativo das Bodas de Prata), que deram, de Bodas de Prata, né? (Larissa)

A religiosidade é percebida entre os seres humanos desde a pré-história e sua relação com os idosos também é apontada desde períodos muito remotos (GOLDSTEIN, 1993), sendo percebida, por exemplo, na imagem que o Ocidente tem de Deus: um homem velho. A sociedade relaciona o envelhecimento à aproximação com a religiosidade, pois compreende que o idoso já cumpriu seu papel social e pode aproximar-se das competências religiosas, estando preparado para a compreensão de seus dogmas. Entre os caipiras, a religião tem espaço desde a infância na vida das pessoas, pois seu lazer é associado às práticas religiosas, responsáveis pela retirada do caipira de seu isolamento habitual (CANDIDO, 2001).

As expressões da cultura humana simbolizam, assim, a superação da morte, do vazio, do nada, conferindo a elas o sentido da espiritualidade plena, como abertura frente ao desconhecido. Podemos então considerar toda essa busca de sentido como espiritual, envolvendo todas as manifestações da vida e seus cuidados, desvinculada de um sentido necessariamente religioso. (BRANDÃO, 2011, p. 109).

Os teóricos do desenvolvimento defendem a religiosidade como elemento formador do sujeito no seu ciclo, já que permite a integração do *self* e a crença numa vida posterior, dando sentido à jornada humana, principalmente na segunda etapa da vida adulta, como defende Jung, para compreender o significado de sua existência e continuar a viver com esperanças de que exista uma continuidade após a morte. Autores, como Goldstein (1993), defendem a ideia de que o indivíduo, para perceber-se realizado, precisa compreender o sentido de sua existência, para tanto, aproxima-se da religiosidade.

O caipira trabalha pouco, tem fama de preguiçoso, mas essa pouca dedicação ao trabalho relaciona-se ao fato de não precisar se aplicar-se além do que faz para obter os mínimos vitais que julga necessários. Assim, sobra tempo para as relações de lazer, normalmente ligadas às atividades religiosas. Para ele, a religiosidade tem sobretudo característica social e cultural.

Lopes e Massineli (2013) também apontam que a espiritualidade e religiosidade contribuem significativamente na integração do *self*, fundamental para a compreensão da própria vida, colaborando para buscar forças e enfrentar desafios. São recorrentemente apontadas nos estudos sobre doenças, favorecendo a aproximação com o *self*, promovendo a



transcendência por meio da compreensão do seu papel na sociedade e das suas conquistas pessoais.

Esse aumento da auto-reflexão e introspecção que tende a se iniciar na meia-idade e acentuar-se com o passar dos anos, traz consigo reflexões de natureza retrospectiva, avaliação de vida, busca de um significado ou propósito para a vida, considerações sobre o futuro e sobre a finitude da existência, o que abre as portas para as questões religiosas (GOLDSTEIN, 1993, p. 93).

Aproximar-se de uma religião ou desenvolver práticas de espiritualidade durante o processo de envelhecimento colaboram na formação do *self*, pois permitem a valorização do sujeito ao analisar sua caminhada sob esta ótica, servindo também para manter uma ordem, uma ética, uma moral, mas acima disso, dar sentido à existência do sujeito (LOPES; MASSINELI, 2013).

Brandão (2011) compreende que tanto a espiritualidade quanto a religiosidade são relevantes no processo de recuperação biopsicológica dos idosos, bem como na manutenção da autoestima e qualidade de vida no envelhecimento. Considera a religiosidade como as atividades ligadas às práticas religiosas organizadas, enquanto espiritualidade tem mais a ver com sentimentos e valores humanos, de ética, solidariedade e respeito.

Para a presente pesquisa, compreendeu-se que a espiritualidade é formada por questões culturais e familiares, que compõem as práticas sociais do sujeito, bem como seus valores, medos, angústias e motivações, portanto se sobrepõe às atividades estritamente ligadas à religião, assumindo características culturais.

Como outro fator de proteção, foi identificado em alguns relatos a “calma” da cidade, já que os sujeitos tinham cotidianos tranquilos que lhes facilitavam ter saúde e equilíbrio para lidar com as dificuldades encontradas pelo caminho, contribuindo para a autoconfiança e o vigor físico dos sujeitos.

Ah! São Luiz é uma cidade muito gostosa sem dúvida alguma, né? São Luiz é uma cidade muito gostosa pra você viver. [...] Na verdade viver aqui é sossegado, é cidade de aposentado mesmo porque a gente vive muito de boa, né? A gente que já tem idade... E ao meu ver é bom pra criança também, né? (Tatiana)

Ter trabalho aparece ainda como um fator de proteção para os sujeitos, pois além de prover os víveres para a sobrevivência, representa estar inserido na sociedade capitalista, manter-se ocupado e produtivo. O cotidiano de Tavares, anterior à enchente, era marcado pela

dedicação aos estudos, ao trabalho e aos cuidados com sua saúde, representados pelas atividades físicas diárias, como segue relatado:

Ah! Antes da enchente era uma vida rotineira, né? Eu trabalhava em Taubaté, ia lá dois ou três dias por semana e o restante eu ficava aqui... Ficava preparando aula, fazendo as leituras referentes a... a... matéria que eu lecionava, ou as matérias que eu lecionava... Então eu vivia mesmo em função do trabalho lá... Embora mesmo eu estivesse aqui, mas quando eu ia para Taubaté, eu queria tá... preparado. Eu não fazia outra coisa! E também, lógico, cuidava da minha saúde, não só com remédio, mas com bastante exercício físico, que eu sempre fiz e continuo fazendo e tal... Era uma vida... era uma rotina, mas uma rotina muito agradável. (Tavares)

Além disso, continuar trabalhando é visto por Araújo e Côrte (2016) como fonte de juventude, pois permite que as experiências dos indivíduos sejam consideradas e valorizadas, que continuem em contato com uma variada rede social e sejam produtivos. Ou seja, não fiquem à margem da sociedade ocidental capitalista.

Ser protagonista implica libertar-se da condição de dependente e submisso para conduzir a própria existência o que é construído em cada fase do processo de envelhecimento como conquistas diárias na busca de qualidade de vida também na velhice (GALVANI; SILVEIRA, 2016, p. 420).

Averigua-se por meio desses depoimentos, que os aspectos de vida dos sujeitos anteriores à enchente sugerem ter contribuído na formação do processo de resiliência para o enfrentamento do evento crítico aqui analisado.

#### **4.2 Eixo Desafios da Enchente de 2010**

No segundo eixo - Desafios da Enchente de 2010 - emergiram três categorias: as vivências do sujeito, as características do evento e o papel do Poder Público e da sociedade. As Vivências do Sujeito abarcaram as subcategorias aspectos dificultadores e aspectos facilitadores, analisados a seguir.

Os aspectos dificultadores se referem às vivências dos sujeitos com características negativas, de sofrimento, que tornaram mais difíceis para eles os momentos da catástrofe, enquanto de aspectos facilitadores dizem respeito às vivências que facilitaram o processo de resiliência dos idosos, aspectos subjetivos e objetivos.

Quadro 2. Desafios da enchente de 2010

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	SEGMENTO ILUSTRATIVO
Vivências dos sujeitos	Aspectos dificultadores; Aspectos facilitadores.	“Fiquei na minha casa e acolhi muitas pessoas que ficaram na minha casa até conseguirem limpar as casas [...] Teve pessoas que ficou uns 15 dias, até mais comigo!” (Tatiana)
Características do evento	Instabilidade do Ambiente, Demora para a água baixar; Acesso restrito a alimentos; Mortes na Comunidade; Divisão da cidade pelo rio.	“Mas nesse ínterim, ficamos o que? Assistindo ao desastre... As casas caindo... Uma tristeza, Meu Deus! Você vendo uma vida sendo destruída e você inerte, sem poder reagir...” (Vilma)
Papel do poder público e da sociedade	<i>Rafting</i> como comunicação; Atuação do Poder Público; Torcida Organizada de Futebol; Apoio social.	“Aí depois começaram a passar de... bote... e... trazia notícias pra gente, porque foi um monte de dias pra baixar, né?” (Tatiana)

A literatura gerontológica apresenta a capacidade de adaptação como um dos componentes fundamentais da resiliência, uma vez que o processo de envelhecimento promove muitas mudanças, adaptar-se à nova realidade protege a saúde integral da pessoa. Esta capacidade diante de uma tragédia é fundamental, pois, além das restrições advindas da idade, a tragédia impõe outras limitações e adaptar-se ao momento protege a pessoa.

A resiliência é um processo complexo, dinâmico e multidimensional que engloba uma adaptação positiva num contexto de adversidade significativa, variando de acordo com o contexto, o tempo, a idade, o gênero, a cultura e as circunstâncias de vida. Subjacente a este conceito de resiliência estão duas condições consideradas fundamentais: a exposição a uma ameaça significativa ou a uma adversidade e o alcançar uma adaptação positiva apesar das ameaças ao processo de desenvolvimento (PINTO, 2015, p. 5).

A “Grande Enchente de 2010” proporcionou experiências muito intensas aos sujeitos desta pesquisa, com destaque para os que seguem. Os limites da idade ficam claros nas narrativas, sobretudo a respeito do salvamento pelo bote do *rafting*: “Eu num queria sair! Uma que tava naquela altura, como é que eu ia sair? Parecia um mar! Procê ver! Como eu ia sair daquele jeito?” (Maíra).

Em São Luiz do Paraitinga, os moradores foram salvos de suas residências tomadas pelas águas do rio pelos chamados “anjos do *rafting*”<sup>9</sup>, pois os idosos, já acostumados com enchentes na cidade – nunca nas proporções de 2010 – insistiram em permanecer em suas residências até o momento em que já não era mais possível deixá-las caminhando, devido à força das águas. Nos relatos constata-se que não se sentiram preteridos, em momento algum, em vantagem de mulheres e crianças; narram a prontidão dos anjos do *rafting* em atender aos pedidos de socorro.

Na fala acima, nota-se os limites físicos que a idade avançada impõe. A entrevistada contrariando sua vontade inicial, aceitou a opinião da sua rede de apoio e saiu de sua residência, ao perceber o risco de óbito ao qual se exporia se ali permanecesse.

A interseção ou concomitância de vulnerabilidades decorrentes da insegurança econômica, ambiental, física, de saúde e outras amplifica o impacto negativo nas liberdades e na capacidade de ação. É assim muito mais difícil aos indivíduos e às sociedades recuperar dos choques sofridos (PNUD, 2014, p. 12).

Portanto, Maíra abriu mão de sua liberdade de ação, com o objetivo maior de salvar sua vida, uma vez potencializadas suas limitações físicas pela situação da enchente.

Podia ter morrido alguém, como eu mesmo com meu filho e a esposa, porque tava no sobrado aqui do João, que você conhece aqui, né? Nós vimos que ia morrer! Porque tava todos no sobrado, e a água chegando, não tinha como sair mais! (Lúcio)

Os idosos compõem o grupo de maior vulnerabilidade, sendo vistos pela sociedade como frágeis. Geralmente sentem mais medo diante de situações de desastre, configurando um fator de risco, pois o medo paralisa muitos indivíduos. Nesse caso, dificultou o salvamento, como nos contou Maíra:

Medo! Muito medo! Ele (o *rafting*) veio duas vezes! Ele veio me tirar eu falei que ia ficar, ele saiu que já tinha gente gritando, gritando! Em cima daquela casa que tem vidraçaria, tinha gente pedindo “Pelo amor de Deus, vem tirar eu!”, ali no Zé Luiz também, não sei quem é que ele foi lá, tirou, levou, pôs pra lá e voltou! (Maíra)

---

<sup>9</sup> Como ficaram conhecidos os praticantes do esporte radical utilizado com fins recreativos e turísticos no município, e que durante o período da Grande Enchente de 2010 se dedicaram ao salvamento dos moradores que permaneciam em suas residências cercadas pelas águas do rio.

Esta maior vulnerabilidade dos idosos, por vezes, exige que sua rede social tome decisões para que sua segurança seja respeitada. Mesmo que o idoso se julgue apto a decidir sobre seus atos, a rede de apoio deve assegurar que a decisão seja adequada.

A preponderância de estereótipos negativos sobre o envelhecimento na sociedade não garante, automaticamente, a interiorização destes estereótipos, nem de autopercepções negativas sobre o envelhecimento. Dentro da categoria de velhos, subgrupos podem ter diferentes exposições aos estereótipos do envelhecimento. (RESENDE; NERI, 2009, p. 770).

Quanto ao enfrentamento, na fala de Maíra constata-se o medo em sair de sua residência num bote inflável, no meio das águas da enchente. Mas, de acordo com a observação que fez sobre o nível do rio, percebeu que se continuasse em casa, mesmo sendo no segundo andar, morreria. Sendo assim, enfrentou seu medo da água e de deixar sua casa para salvar sua vida. Brandão (1983) explica que os caipiras são desprovidos de posses, sendo que suas vidas são a única coisa com a qual podem contar, defendendo-a da maneira como for necessária. O mesmo autor apresenta o caipira como “escravo da terra”, pois ele se prende a ela, sem que a mesma o sirva suficientemente de seu sustento. O caipira ama seu lugar de origem, seu pedaço de chão, e resiste a deixá-lo mesmo em condições precárias, característica que pode ser transposta aos idosos de São Luiz do Paraitinga que se recusaram a sair de suas residências enquanto as águas ainda subiam e era possível deixá-las em busca de segurança. Nesse ponto, é plausível questionar se os sujeitos dessa pesquisa se portaram como escravos de suas residências e lembranças pessoais, por não quererem deixá-las, fazendo-o somente quando o risco de morte era iminente. Além disso, o medo do bote também se constituiu um fator amplamente observado durante a análise das entrevistas. Os idosos persistiram em continuar em suas residências quando o rio já estava bem cheio e o segundo andar de suas casas ainda parecia inatingível por medo de se arriscar nos botes infláveis utilizados pelo *rafting*. Conforme as águas subiam, o medo de sair num bote crescia, mas o risco em permanecer e morrer afogado ou pelo desabamento do imóvel incentivou os sujeitos a enfrentarem seus medos.

Os bote veio aqui, o rapaz veio falar comigo, que ele é marido da Maria, minha neta, aí eu fui ver tudo, mas eu falei: não vou sair! Eu tenho outra parte de cima aí, sabe? Eu falei: eu vou subir e vou ficar lá em cima, porque lá em cima não vai! Eles não deixaram de jeito nenhum! Eles saíram pra tirar outra pessoa e voltaram! O Felipe veio e agradeceu eu e eu falei: mas como é que eu vou passar por cima dessa grade, não posso! Não tem jeito. Ele falou: eu ajudo a senhora! Ajudou os dois filhos meus, mas outros rapazes segurou o bote, segurou na grade e segurou o bote assim (gesticula demonstrando o movimento), pegou eu, pôs dentro do bote e saiu. (Maíra)

Maíra contou que somente aceitou ser resgatada de sua residência devido à insistência do resgate e à confiança que tinha num determinado membro do *rafting*, esposo de sua neta. Esta postura resistente de Maíra potencializou o risco que enfrentava, que poderia ser minimizado se houvesse maior integração entre o Poder Público e a equipe de *rafting* local. Por exemplo, através da promoção de passeios de *rafting* custeados pelo Poder Público para a população local, a fim de que, numa situação emergencial, a experiência prévia se transformasse em confiança e facilitasse as ações de salvamento, pois diminuiria a resistência a entrar no bote:

As vias de desenvolvimento que não atendem às vozes de todas as partes interessadas não são desejáveis nem sustentáveis. Porém, quando as sociedades criam espaço para que todas as vozes sejam ouvidas, existe uma maior probabilidade de os responsáveis políticos estarem mais atentos às preocupações e necessidades das minorias e de outros grupos vulneráveis (PNUD, 2014, p. 83).

A falta de expectativa em relação ao futuro, somada ao fato de ser noite, foram pontos que se mostraram como aspectos dificultadores, já que não saber como as coisas aconteceriam nos momentos subsequentes e não receber informações organizadas a esse respeito ameaçavam a integridade dos sujeitos, bem como as limitações que a noite impõe para a locomoção:

Pra mim foi muito difícil! Jamais eu pensei que eu ia passar o que eu passei! Você se ver na rua... Em plena meia noite, sem ter para onde ir e o que fazer! Foi muito triste! [...] Ficamos na rua até sábado à tarde! A gente não sabia o que fazer... Foi difícil! (Neia)

Ficar desabrigada, à noite, vendo sua casa invadida pela água e consciente da destruição que seria encontrada depois, só pôde ser suportado mediante a confiança que os sujeitos têm em sua comunidade, que realmente agiu de maneira protetiva.

As sociedades coesas e mais equitativas obtêm melhores resultados na maioria das vertentes do desenvolvimento humano, incluindo a resposta a ameaças e desafios. As pessoas sentem-se mais seguras quando os Estados funcionam bem e quando a coesão social é reforçada pela proteção de todos os direitos e pela promoção de normas que fomentam a tolerância e a inclusão (PNUD, 2014, p. 56).

Pode-se inferir que comunidades de características caipiras apresentam mais características de resiliência, pois suas relações comunitárias reforçam os aspectos positivos e minimizam os negativos.

Entre os muitos os desafios enfrentados pelos sujeitos, destaca-se o momento da sobrevivência, estritamente relacionado à falta de expectativa:

Nós esperava só a morte àquela hora! Não tinha o que fazer: minha filha já não tava mais ali, o vizinho não tava mais, então não tinha vizinho, não tinha pra onde gritar! Nisso eu penso até hoje: podia ter morrido! Mas não foi naquele dia que nós morremos não! (risos) (Lúcio)

Neste momento a crença no futuro ficou ameaçada:

Outra característica referenciada nas investigações por nós conduzidas como orientadora sobre seres humanos resilientes prende-se com a propensão que o idoso apresenta no sentido de manter expectativas elevadas quanto ao próprio futuro, bem como o estabelecimento claro de objetivos a atingir. (SOUSA; RODRÍGUEZ-MIRANDA, 2015, p. 48)

Oliveira (2015) apresenta dados de sua pesquisa cujo conceito de resiliência é associado, em alguns estudos, à autossuficiência e à capacidade de se adaptar às novas situações, e em outros é apontada como uma característica dinâmica, que vai se alterando ao longo do ciclo de vida.

Camila sentiu-se em risco ao ser resgatada pelo *rafting*, mas não se opôs ao salvamento, pelo contrário, chamou pelo socorro e contou com a solidariedade para se colocar em segurança, demonstrando uma atitude de facilitação para seu salvamento:

Àquela hora eu fiquei com medo! Porque a água naquela altura, o bote passar por cima de casa, por cima de fio... Sabe lá se o fio tava ligado ou desligado? Né? Àquela hora eu fiquei morrendo de medo! Daí nós atravessamos, passamos lá pela outra rua, na outra rua tinha um barranco, fizeram uma corrente humana pra tirar a gente, daí ficamos na estrada! (Camila)

Nesta narrativa percebe-se a presença da resiliência durante o evento, pois:

[...] aqueles que apresentam maior resiliência estão mais preparados para encarar quaisquer situações de crise que podem acontecer na vida de todos os indivíduos e, conseqüentemente, terão uma melhor qualidade de vida, independente de doenças, perdas e outras situações geradoras de estresse e sentimentos negativos (ROCHA; CIOSACK, 2014, p. 95).

Lúcio também percebeu tal risco, preocupando-se com sua segurança e a da esposa, pois a vulnerabilidade natural da idade avançada foi potencializada pelos riscos oferecidos por essa catástrofe. A preocupação para com a esposa é explicada pelas considerações culturais de gênero, que não cabem a esta pesquisa explorar, mas foi possível inferir quando o sujeito da

pesquisa demonstra incômodo pelo fato de alguém de quem ele nem se lembra, ter salvado a esposa, quando ele já não tinha meios para tal.

Foi... foi o pior momento! Não é fácil, duas, três horas da manhã, pegar um bote, tudo escuro, pulando por cima da grade, pegar ela (a esposa), tiveram que pegar ela no colo. Sei lá quem que pegou! E pôr no bote pra sair! Passando por cima de fio de luz... Aquela corredeira que tava a água! Ainda esqueceram até de colocar cinto em nós! Cinto de segurança! Ah! Não morremos de sorte! Não tinha que morrer! Então foi terrível! Mas tamo aqui e vamos continuando, né? (Lúcio)

Como explicitado pelo relatório das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano de 2014, todos os seres humanos são vulneráveis de alguma maneira, mas existem situações, como a estudada aqui, que potencializam tal vulnerabilidade e colocam em risco as conquistas dos indivíduos.

A vulnerabilidade humana prende-se com a perspectiva [*sic*] de erosão das conquistas do desenvolvimento humano e da sua sustentabilidade. Uma pessoa (ou comunidade, ou país) é vulnerável quando existe um risco elevado de uma futura degradação das circunstâncias e das conquistas alcançadas (PNUD, 2014, p. 15).

Vilma teve sua situação de salvamento agravada pelo medo que já sentia anteriormente:

Tomamos um barco e atravessamos aquele rio caudaloso, correntes fortes, entre árvores, fios de eletricidade e o medo, né? Você já imaginou várias pessoas num barco inflável daqueles? Com coletes, né, mas para pessoas da minha idade foi um impacto muito grande, principalmente porque eu também tenho muito medo de água! Eu não entro nem em piscina, você imagine! (Vilma)

Diante dessas análises, Vilma conta com um arsenal de aspectos protetivos, como ser aposentada, ter reservas financeiras, relações familiares positivas e uma escolaridade elevada. Contudo, o medo precisou ser enfrentado para que a sobrevivência fosse assegurada, demonstrando resiliência neste enfrentamento mediante tal aspecto dificultador:

[...] percebe-se, entre outros aspectos, que a resiliência independe de algumas variáveis, o que leva a pensar que a resiliência não depende de traços e disposições pessoais apriorísticos, nem se manifesta apenas a partir da superação de fatores de risco predeterminados. A resiliência corresponde, nesse sentido, a um processo normativo da adaptação, presente na espécie humana e aplicável ao desenvolvimento em ambientes favoráveis ou adversos. Pertence, portanto, a todos os seres vivos essa capacidade para o desenvolvimento saudável e positivo (FERREIRA; SANTOS; MAIA, 2012, p. 333).



A heterogeneidade na condição das vítimas, especialmente as idosas, algumas que já estavam acostumadas a ser atingidas pelas enchentes e outras que jamais se imaginariam vítimas de tal evento, exigiu atitudes variadas de salvamento e provimento de víveres.

Por fim há que se considerar que os idosos não representam um grupo homogêneo, já que uma gama de condições específicas – recursos financeiros, diferenças culturais, acesso à educação, ao lazer, ao saneamento básico e aos serviços de saúde, por exemplo – incide sobre sua qualidade de vida e influencia o processo individual de envelhecimento. Portanto, devido às particularidades que os distinguem, nem todos os idosos têm necessidades iguais ou semelhantes, e esse dado também tem que ser considerado por parte das políticas públicas, aí incluídas as de proteção em situações de desastres. (BODSTEIN et al., 2014, p. 168)

Sendo um evento inesperado, a falta de abrigo atuou como aspecto dificultador, pois os sujeitos não sabiam onde se abrigar:

Dois minutinhos, três apareceu um [bote] e nos tirou daqui e levou no coreto! Aqui ao lado aqui! Ficamos lá um pouquinho, Questão de uma hora a água já estava chegando no coreto também... Aí fomos ali em frente ao posto policial, ali na Congregação Mariana, sabe ali na onde que é? E ali passamos a noite! (Luiz Hugo)

Qualquer local da cidade que não estava alagado tornou-se um abrigo, pois eram poucos os espaços sem água. Novamente a coesão social aparece protegendo as vítimas do desastre, que, ao ficarem sem suas residências, abrigaram-se onde foi possível.

As pessoas também não funcionam sozinhas: a forma como os indivíduos se relacionam entre si ou em grupo pode determinar a forma como é proporcionada proteção durante as crises. A forma como as pessoas e as comunidades reagem ao risco e às ameaças é influenciada, quer por normas e valores restritivos que descurem certos grupos (como as mulheres e as minorias), quer pela falta de coesão na sociedade que restrinja a ação coletiva (PNUD, 2014, p. 20).

Ter um destino na hora da fuga constituiu uma característica importante da rede de apoio e atuou como fator de proteção e sustentação da resiliência:

Eu fui pra casa do meu irmão, que ele tem uma casa ali em cima, pra cima do hospital, então a turma do *rafting* desceu a gente lá em cima já, né? Que a água tava já muito alta, aí nós fomos pra casa dele. Fiquei lá uns vinte dias até a gente limpar a casa, porque graças a Deus a casa não aconteceu nada, né? (Mariana)

Como o município é frequentemente atingido por enchentes, um mecanismo de diminuição da vulnerabilidade da população seria a existência de abrigos preparados para o acolhimento das vítimas em tal situação, que não há. Sendo assim, os sujeitos da pesquisa narraram que eram retirados de suas residências e alguns não tinham para onde ir; outros podiam contar com a casa de parentes que não estava submersa. Tais destinos de acolhimento foram relevantes aspectos de proteção.

Serviços sociais bem concebidos são capazes de assegurar a prestação de cuidados e educação às crianças na fase mais crucial das suas vidas, e a prestação de cuidados adequados aos mais idosos no momento em que deles precisam (PNUD, 2014, p. 83).

Ter consciência da destruição causada pelas águas também se mostrou um fator de risco, pois os sujeitos, além de se verem desabrigados, observavam que o patrimônio ligado à identidade luizense fora destruído. Sentir sua identidade roubada foi mais um aspecto dificultador vivenciado pelos sujeitos desta pesquisa:

Um aspecto que eu... que eu gosto... que eu vou ressaltar pra você é o seguinte: é que, o pessoal da minha idade que assistiu como eu, lá do alto, o meu grupo escolar cair, eu vi! Não só eu como minha mulher também! Eu vi! Cair a Igreja que eu nasci, onde fui crismado, batizado e frequento até hoje! Caiu uma torre, caiu a segunda, caiu tudo e eu lá de cima **vendo** (ênfase na palavra), assistindo pessoalmente tudo cair! Quer dizer, eu vi praticamente a maior parte da minha identidade desaparecer! Isso é triste! E além da minha casa também, né? Que aqui eu moro! Desde 1947! Também vi invadida pela água! E a identidade da gente praticamente quebrada, porque Igreja, casa, Grupo escolar, tudo! Ginásio, tudo! Isso, assistir pessoalmente é triste! Isso é... Marca também a vida da gente, né? (Luiz Hugo)

O caipira, segundo Candido (2001) tem um equilíbrio ecológico e social que se tornaram a expressão da sua forma de ser enquanto cultura e sociabilidade. Esta dificuldade ou recusa em aceitar novas formas de trabalho, como exemplo, o assalariamento ou a servidão, asseguraram-lhe a manutenção de seus traços culturais, mesmo com o desenrolar do processo que o levou a tornar-se cidadão. Aqui foram entrevistados moradores da cidade de São Luiz do Paraitinga; mesmo assim, observaram-se essas características culturais, sobretudo sociais do caipira em suas relações.

Para Halbwachs (1990), o que fica na memória coletiva são as repercussões do fato, não o fato em si, pois, como já dito anteriormente, a memória é formada também por aspectos afetivos. Nas pequenas localidades, que mantêm sua estrutura e seu aspecto há muito tempo, a configuração da memória coletiva é mais facilmente identificável. Sua população compartilha

dos mesmos objetos e símbolos com mais intensidade do que em cidades grandes, pois a manutenção dos hábitos e costumes, que pode ser facilmente identificada, se apoia nas imagens espaciais.

A memória individual se ampara nos relatos trazidos pelos demais membros de um grupo social do qual se faz parte, mas, para que os relatos dos outros contribuam com a formação da nossa memória, ele precisa ter diversos pontos de intersecção com o que nós mesmos lembramos, já que a memória individual se apoia nos relatos coletivos, mas é formada, sobretudo, pelas experiências individuais de vivências e sentimentos.

[...] a memória coletiva não explica todas as nossas lembranças e, talvez, que ela não explica por si mesma a evocação de qualquer lembrança. [...] Haveria então, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que – para distingui-lo das percepções onde entram tantos elementos do pensamento social – admitiremos que se chame *intuição sensível* (grifo do autor) (HALBWACHS, 1990, p. 37).

Le Goff (1982) ao analisar o trabalho de Halbwachs (1990) na Psicologia Social, refere que o termo memória é utilizado pela antropologia em vez do história.

Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva, não mais nos acontecimentos mas no tempo longínquo; busca dessa memória, não tanto nos textos, mas sobretudo nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos rituais e nas festas: é um convergir da atenção histórica (LE GOFF, 1982, p. 54).

Para Larissa, o fato de ter hóspedes na sua residência atuou como fator de risco, pois no momento de buscar abrigo durante o desastre, precisou também se preocupar com eles, que compreendia estarem sob sua tutela: “Um chamava aqui, outro chamava ali, outro chamava lá! Então tiveram que me dar: cobertura, me receber, e minhas visitas também, né? Porque eu não podia deixar as minhas visitas”! (risos) (Larissa).

Esta fala corrobora a característica ressaltada por Brandão (1983), de que o caipira tem um modo de pensar e agir comunitários, o que pode justificar a postura de Larissa, preocupando-se com seus hóspedes mesmo no momento em que a sobrevivência era prioridade.

A solidariedade foi mais um desafio enfrentado, tanto no aspecto de receber a solidariedade alheia quanto ser solidário: “Na verdade pegava doação, né? Porque, assim, tudo que você tinha em casa você usou pra acolher as pessoas, daí você acabou ficando sem nada e teve que pegar doação também! Mesmo não tendo pego a sua casa, a enchente”! (Tatiana).

Solidariedade quer dizer compromisso de uns em relação aos outros, um sentimento de simpatia pelos que sofrem e, principalmente, a manifestação desse sentimento em ações cooperativas, implicando uma divisão de tarefas e a mútua responsabilidade sobre elas. (BRANDÃO, 2011, p. 222).

Candido (2001) chama de “solidariedade de parentesco” as relações de ajuda mútua que surgem nos bairros fundados pelas relações de parentesco. Seria uma denominação plausível para rede de ajuda que veio à tona entre a grande família que é São Luiz do Paraitinga para o enfrentamento da “Grande Enchente de 2010”?

Acolher os vizinhos atingidos primeiro também foi um desafio, já que alguns entrevistados se sentiram responsáveis pelos danos sofridos por eles: “Eu sei que guardei o móvel de outros aqui e estragou, carregou móvel de outro também, que é da Iva ali, pro’cê ver... Já trouxe as coisas aqui pro mais alto e a enchente carregou! Pro’cê ver...” (Maíra). Esta preocupação demonstra claramente o sentimento de coletividade que permeia as relações sociais em São Luiz do Paraitinga, e aparecem na pesquisa como elemento essencial da resiliência social que amparou a população para reagir à catástrofe aqui estudada.

As sociedades respondem de diferentes maneiras a pressões, vicissitudes e catástrofes. Algumas demonstram possuir maior resiliência e recursos para enfrentar as crises e delas recuperar [...] A coesão social pode, portanto, moldar a qualidade e a competência das instituições, algo que, por sua vez, influencia o modo e a possibilidade de as políticas benéficas para as pessoas serem concebidas e aplicadas (PNUD, 2014, p. 105).

Na tentativa de salvar os pertences muitas pessoas se colocaram em risco de morte, pois a velocidade com que as águas subiam impedia a saída das residências, demonstrando ser mais um aspecto dificultador do salvamento:

É, pra nós foi bem difícil porque a gente não saiu quando o rio tava enchendo que a gente ficou acudindo as coisas, quando a gente abriu a porta que foi pra sair já não dava mais. Aí fiquemos num cômodo que eu tenho lá no fundo do quintal, terceiro andar, e a gente nunca imaginava que a água chegava lá, né? (Mariana)

Pelas entrevistas foi possível constatar que a arquitetura do município já se consagrou de maneira a proteger seus habitantes de inundações consideradas normais e esperadas, porém uma discussão sobre “cidade para todos” merece um aprofundamento que transpassa o espaço da presente pesquisa.

Então, nós ficamos aguardando e as águas subindo, quando foi à noite, aqui já estava tomado cerca assim, de um metro e pouco, nós subimos, fomos lá (aponta o andar de cima), já era noite, nós até já estávamos assim, quase que repousando e de repente nós ouvimos um barulho ensurdecedor mesmo, que foi a primeira casa que estava caindo! (Vilma)

Vale citar Bodstein et al. (2014, p. 161) que abordam a perspectiva desse binômio enchente-envelhecimento:

Os espaços públicos, as edificações, os espaços abertos, os sistemas de transporte e a moradia representam as principais características do ambiente físico de uma cidade, tendo uma grande influência sobre a mobilidade pessoal, pressupondo a prevenção contra quedas e lesões, segurança em relação a crimes e certos comportamentos em relação à saúde e à participação social. Uma cidade adaptada à realidade do envelhecimento contribui para uma mobilidade segura, para a participação social, para a manutenção da capacidade funcional e da autonomia, contribuindo para o aumento da resiliência quando da ocorrência de desastres.

O nervosismo foi outra subcategoria dos aspectos dificultadores, atuando como fator de risco, pois esse sentimento limitou as ações de fuga:

Quando eu acordei que levantei e saí na portinha de lado ali, a água já tava na beira da sacada, aí eu me apavorei! Fiquei tão nervosa, mas tão nervosa, eu acho que eu não ia aguentar, de ver aquilo! Aí já começaram todo mundo sair, os bote chegando aqui perto e tirou todo mundo! Só quem não foi a Aline, o Carlos, e o Zé (filhos) que queriam ficar comigo. Eu não queria sair. (Maíra)

Se houvesse um preparo da população para a enchente que estava atingindo a cidade, tal nervosismo teria sido minimizado, como sugere o Relatório das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano de 2014, que pode ser feito através de:

[...] provisão universal de serviços sociais básicos, o tratamento de vulnerabilidades no ciclo de vida, a promoção do pleno emprego, o reforço da proteção social, a promoção da inclusão social e o reforço de capacidades, como formas de preparação para as crises e de recuperação das mesmas (PNUD, 2014, p. 83).

Como agravante, ao aceitarem o resgate e adentrarem nos botes de *rafting*, os sujeitos perceberam água dentro do bote, o que gerou uma insegurança e atuou como fator de risco: “Não sei se foi de choque, começou a doer minhas pernas, porque eu saí, entrei na água mesmo, o bote até tava cheio de água, só ocê vendo”! (Maíra).

Maíra narrou ter adquirido uma doença física devido ao contato com a água da enchente, o que aconteceu durante seu salvamento. Sobre isso, Bodstein et al., (2014, p. 166)

colocam que “durante um desastre, mudanças fisiológicas associadas ao envelhecimento e a presença de doenças crônicas tornaram os idosos mais suscetíveis à doença ou lesão, até mesmo à morte”.

No depoimento de Mariana percebe-se como sua baixa estatura atuou também como fator de risco:

Ainda demorou um pouco pra eles vim, a gente achava que não ia dar tempo, que a água ia acabar de cobrir nós, principalmente eu, né? Porque meu esposo ainda é mais alto, mas assim que a gente... Parece até que Deus pôs a mão e segurou um pouco até nós sair, porque assim que a gente saiu, bem de madrugada, ele foi ali naquela passarela pra olhar aqui em casa e já não enxergava mais o meu quarto lá em cima! (Mariana)

Esta fala reflete uma vivência bem subjetiva, que somente Mariana reportou, exemplificando a riqueza do trabalho com memória individual. “Ao trabalharmos com as histórias dos sujeitos, como narrativas, ficam evidentes as lembranças individuais entrelaçadas às memórias coletivas, também como parte da memória histórica que as contextualiza” (BRANDÃO, 2016, p. 26).

Le Goff (1982), citando Pierre Nora, reitera que memória coletiva não é o mesmo que história, pois, apesar de terem se confundido em determinados períodos históricos, a história baseia-se, especialmente, em lembranças e memorizações. Já a memória coletiva compõe-se de elementos para além dos gestuais, verbais e comportamentais, que são compartilhados pelo grupo do qual fazem parte.

Mariana sentiu medo ao perceber que os Anjos do *Rafting*, responsáveis pelo seu salvamento, estavam nervosos durante seu resgate, aspecto subjetivo que fez com que esses operassem tanto como fator de risco como fator de proteção. Por mais que fossem os responsáveis pelo salvamento dos idosos que estavam nesta situação de vulnerabilidade, as condições de atuação para tal reativava receios em todos, agindo como fator subjetivo de risco. Afinal, “Os impactos das catástrofes naturais são desproporcionalmente elevados entre os grupos de baixos rendimentos, os idosos e as pessoas com deficiência” (PNUD, 2014, p. 75).

Fiquei lá no fundo do quintal dava sinal pra turma do *rafting* poder entrar aí, porque teve que entrar por trás aí pra chegar lá em cima no forro, foi muito perigoso, eu agradeço muito a Deus de ter guardado eles, porque eu achava que ia acontecer alguma coisa com eles também, né? Mas Graças a Deus, não! (Mariana)

Acompanhar o salvamento de outras pessoas também aparece no relato como fator de risco, pois as pessoas já estavam amedrontadas pelo elevado nível da água, bem como pela força da correnteza. No momento em que conseguiram sair de suas residências e se sentiram em segurança, acompanharam o salvamento de vizinhos, percebendo a grandeza do risco:

O *rafting* deu duas viagens só, levou nós deixou lá e veio buscar ela (vizinha)! Agora a Toninha ali saiu junto com nós aqui! O rapaz pegou nós aqui, ainda nós tava com medo ainda meu esposo falou pro rapaz: você ainda vai descer mais pra baixo? Com essa quantia de água você ainda vai descer mais pra baixo? Leva nós lá em cima primeiro! Daí ele disse: Nós tem que acudir todo mundo! Daí, com muito sacrifício ele conseguiu chegar ali e pegar eles também! Bem aqui de apar, essa casa aí! Tava ela, o filho e o marido: três! Já tava com cinco no bote, a turma do *rafting*, eu não sei se era 4 ou 6, ainda meu marido falou: vai afundar isso aqui, tá muito pesado! Ele falou: não afunda não! Vamos embora! Aí acudiram eles também! (Mariana)

O *rafting* de São Luiz do Paraitinga entrou para a história como o grande responsável pelo salvamento das pessoas na “Grande Enchente de 2010”. Le Goff (1982) salienta que contrapor elementos da história oficial com a memória coletiva pode ser uma maneira eficaz de se reescrever a história, considerando aspectos relevantes para a sociedade, e não somente o que foi eleito pelos governantes como representativo da história oficial, como feito acima, em que é possível perceber essa dupla representação dos “Anjos do *Rafting*”.

Coabitar com portadores de deficiências também aparece como outro fator de risco, pois o resgate se tornou ainda mais difícil, com necessidade de priorizar o salvamento desses, como conta Camila, que reside com um irmão que não se movimenta sozinho além de uma agregada que sofre de problemas físicos que limitam sua locomoção:

A noite inteira nós no meio da água! Daí graças a Deus que apareceu os... os *rafting*, né? Porque daí já não tinha mais celular, já não tinha mais força, não tinha mais nada! Era gritar! Era gogó mesmo! Daí nós gritamos e eles disseram assim: tem bastante gente? Tem sim, pelo amor de Deus! Vem tirar! Que a água já tava muito alta já! Daí eles vieram, tiraram a Lolô, que é aquela escura que mora comigo, e meu irmão! Era os dois piores pra tirar, né? Daí tirou eles, foi tirando meus filhos, por fim ficou eu com o Zizo e a Alice! (Camila)

A população poderia ter um treinamento para saber como reagir em determinada situação de risco, mas tal preparo não existe, sendo assim, foi necessário encarar o risco por meio de atitudes instintivas, como o grito de socorro.

Nenhum relato indicou a existência de um plano de salvamento que priorizasse pessoas com determinadas características, mas o bom senso na hora do resgate fez com que as

famílias se organizassem para salvar prioritariamente os portadores de deficiência, ficando por último o chefe da família.

Na ocorrência desses [desastres] são necessários protocolos específicos voltados aos idosos, o que requer, por exemplo, diretriz específica para a evacuação de pessoas com mobilidade reduzida, abrigos de emergência sem barreiras físicas, acesso aos medicamentos em tempo hábil, disponibilidade de cuidadores para assistência em tarefas da vida diária, acesso a equipamentos de apoio, tais como bengalas, cadeiras de rodas e andadores, ou equipamentos médicos, como o balão de oxigênio (BODSTEIN et al., 2014, p. 165).

Os prejuízos financeiros também foram um grande desafio a ser superado, mas nas falas dos sujeitos parece que foi mais fácil superar esse que os relacionados às emoções e sentimentos: “Foi um prejuízo muito grande que o povo levou. Que todos levaram, né? Aí, mesmo aqui em casa, nem tudo (o que perdeu) eu lembro, nem tudo!” (Larissa).

É certo que a catástrofe abalou emocionalmente suas vítimas, fator percebido nas falas dos sujeitos, que viram seus bens avassalados pelas águas, impactando sua resiliência. “A posse de bens permite às pessoas protegerem as suas capacidades básicas, utilizando esses ativos quando as circunstâncias se degradam” (PNUD, 2014, p. 17).

Ter motivação para a vida é outro aspecto observado na análise das entrevistas para a composição da resiliência. Nos relatos de Larissa percebe-se sua motivação em ajudar o próximo, traço cultural do caipira, solidário e coletivista:

É lógico, todo mundo aqui trabalhou bastante, não foi? Né, assim, da enchente... Todo lugar que ia tinha o que fazer! Eu, na minha casa mesmo, não! Não tava nem ligando, porque já tinha virado bagunça mesmo, né? O que eu ia fazer nela, né? (risos) Não tinha casa pra arrumar, não tinha casa pra encerar, não tinha vidro pra limpar! Mas eu ia ajudar a fazer entrega de as coisas, sabe? Na casa do meu filho, ali em cima, a casa dele lotou de as coisas! (Larissa)

Segundo Candido (2001), o trabalho coletivo é elemento constitutivo da cultura caipira. Formado de uma bilateralidade, cobra a participação dos habitantes do bairro e é um reconhecimento de que ele faz parte daquele grupo social: se for chamado para participar de um trabalho coletivo, ele é membro do grupo.

Nota-se que o fato de a cidade ser pequena e as pessoas se conhecerem permitiu que em meio à catástrofe que acontecia, um morador identificasse a ausência de outro, checasse com os familiares para que dessem sua localização e mandasse resgate para lá. Observa-se aqui, a importância da rede social de apoio que cumpre o papel de ajudar:



[...] o indivíduo a acreditar nas suas competências e capacidades de controlar o ambiente, ajudando-o a lidar com a adversidade. A combinação dos diferentes recursos cria um desenvolvimento ótimo, aumentando a resiliência, a autoestima, a autoeficácia, abrindo novas possibilidades para o sujeito (PINTO, 2015, p. 6).

Para tanto:

Os vizinhos, familiares e amigos, são de importância fundamental para a ajuda na identificação e localização das pessoas afetadas. A ausência de um membro da família ou vizinho desencadeia uma série de comportamentos de busca e resgate que seriam impossíveis sem esta presença (ALBUQUERQUE, 2008, p. 225).

Durante as vivências da “Grande Enchente de 2010”, de novo a religiosidade se sobressaiu como aspecto de proteção. Nota-se na fala de Mariana duas abordagens para a religiosidade. Primeiro, essa demonstra acreditar que ela e o marido viveram a situação de salvamento para permitir o salvamento dos vizinhos; segundo, que teve sua ausência percebida por um membro de sua Igreja.

Eles (os vizinhos) até ainda falaram, que se não fosse nós aqui, eles iam morrer. Então a gente imagina que foi até como diz por Deus que aconteceu isso aqui pra nós porque, por disso aqui, salvou eles também, né? Porque deles não sabiam, mas como a gente tem um irmão nosso da nossa Igreja que mora ali em cima, ele foi perguntar pra minha filha se nós tava aqui, aí ela falou: o pai com a mãe ainda tá aqui! Aí ele falou; ah, então eu vou lá na praça e vou procurar um recurso, né? (Mariana)

Segundo Brandão (2011), a religiosidade pode se expressar através da gratidão que se mostra pela repetição da “ladainha Graças a Deus”, o que é constatado nos dados aqui analisados. Cândido (2001) chama de relações “lúdico-religiosas” as obrigações sociais estabelecidas entre os caipiras para as celebrações religiosas.

Neia, ao deixar sua casa no momento em que essa era invadida pelas águas do rio Paraitinga, preocupou-se em levar consigo a Bíblia e as imagens de santos que tinha em sua residência, tanto como demonstração de zelo e respeito pelos símbolos religiosos, quanto proteção do que estava por vir.

Eu alembro que eu tinha saído com uma Bíblia e quando eu voltei, tinha um santinho assim, dentro dessa Bíblia! Ele tava assim, com as mãos de Nossa de Senhora eu me agarrei. Achei um dia assim, folheando assim, sem mais nem menos eu achei. Foi Deus que ajeitou as coisas pra gente! [...] Os Santos nós carregamos! E a roupa do corpo! E documento! Assim, alguma coisa que deu pra carregar, a gente levou! Foi isso! (Neia).

Curioso que Neia relata a retirada dos símbolos religiosos e não fala sobre a retirada de víveres. Pode-se inferir que esta postura deva-se ao fato de acreditar que os santos providenciariam o necessário para sua sobrevivência, inclusive o que não é material, como a saúde psicológica necessária ao enfrentamento da catástrofe.

O impacto do enfrentamento de situações críticas acontece quando a espiritualidade do indivíduo faz parte de seus valores, ideais e crenças mais íntimos, e assim, é aplicada em seu cotidiano. Além da espiritualidade, o ato de rezar ou orar pode mobilizar energias positivas para o processo de enfrentamento e manejo da doença. A prática de fazer orações é benéfica de diversas maneiras e além de pedidos a Deus, muitas vezes são feitas orações de agradecimento, gerando sentimentos de gratidão pela vida, pela saúde, família e etc. (ROCHA; CIOSACK, 2014, p. 96)

A amnésia pontual aparece nos relatos e é percebida na literatura como fator de proteção, pois muitas vezes os seres humanos se esquecem de grandes traumas para se proteger da dor gerada por eles: “Olha, tem coisas que se você perguntar assim pra mim: você via a água passar? Eu ficava na rua ali em cima, na rua de cima, eu não sei contar pra você! Eu não alembro de uma água passando! No campo... deu um branco... Isso eu digo”! (Neia).

Reconhecer os esforços do outro demonstra que o sujeito percebeu o risco ao qual estava exposto, compreendeu que precisava de outros e aceitou a ajuda para sobreviver:

Que essa turma do *rafting* foi muito importante aqui em São Luiz, que se não fosse eles ia morrer muita gente! Ele, o rapaz até falou pra mim que ia ser mais ou menos 350 pessoas de idade que iam morrer, em casa alta que tinha lá na praça tudo, mas graças a Deus nada aconteceu, né? Então a gente agradece muito a Deus por isso daí! (Mariana)

As palavras de Mariana denotam a capacidade do indivíduo em aceitar seus limites e, quem sabe desenvolver sua gratidão por aqueles que lhe salvaram, aspecto importante na resiliência.

Os fatores de proteção se constituem em características potenciais na promoção de resiliência, uma vez que podem minimizar os eventuais efeitos negativos ou disfuncionais na presença do risco, além da possibilidade de modificar, melhorar ou alterar a resposta pessoal diante de um perigo qualquer (FERREIRA; SANTOS; MAIA, 2012, p.329).

Como a cidade de São Luiz do Paraitinga localiza-se às margens do rio Paraitinga e estende-se por morros que circundam o mesmo rio, uma parcela da população habita áreas altas, que não foram diretamente atingidas pelas águas da enchente, fator que se configurou um aspecto de proteção, como conta Tatiana:

Vivenciar? Assim, foi muito difícil, claro, porque a minha casa não pegou enchente, mas eu acolhi bastante gente, e, assim... eu fiquei quase que sem nada... pra comer e tudo mais, porque na verdade você não esperava aquilo lá, né? Você não estava preparada para receber tanta gente... Acho que é isso... (silêncio) (Tatiana)

As atitudes da comunidade foram fundamentais no enfrentamento da catástrofe, mas não podem ser as principais formas de salvamento do grupo, como ocorreu no evento aqui analisado: “Os regimes de segurança social são parte integrante do - não uma alternativa ao - reforço das capacidades das pessoas e das competências das sociedades durante o processo de transição” (PNUD, 2014, p, 97).

Como o evento da enchente ocorreu no dia 1º de janeiro, a tradicional Ceia de Ano Novo também atuou como aspecto facilitador, uma vez que a fartura de alimentos decorrente da comemoração pôde ser utilizada na sobrevivência durante a cheia do rio e nos dias subsequentes:

E aí meu genro (risos) serviu de piada! Ele tirou no caiaque, sei lá naquele negócio lá, um pernil que tava dentro da geladeira, pegou um peru, que eu ia assar, mas eles resolveram fazer churrasco ficou tudo na geladeira, daí tava na geladeira. Ele viu que a água tava enchendo tirou tudo! Aí levamos na casa do vizinho, foi distribuído. Foi partido e serviu pra todo mundo. E Deus não deixou ninguém perecer! Graças a Deus! (Larissa)

Candido (2001, p. 249) observa que a privação alimentar na qual vivem os caipiras gera uma “fome psíquica”, que reflete numa sensação de insegurança e no equilíbrio da personalidade. Tal privação faz com que a alimentação assuma um caráter sacralizado, um ritual de apelo religioso, no qual, para os escolhidos é permitido “matar a fome com a comida predileta e rara, enquanto, inversamente, a punição dos réprobos é o jejum”.

Mariana relatou duas atitudes que tomou como fonte de proteção durante a cheia do rio, que remetem à força do amor conjugal; ficar junto ao marido até o final daquela situação difícil e aproximar-se da janela para sinalizar para o *rafting* que ali estavam.

Eu falava (para o esposo): chegou a nossa hora, agora nós têm que se conformar, não tem mais recurso nenhum, então vamos ficar bem juntinho aqui na janela, aqui nos pés da cama que na hora que desabar tudo isso daqui em cima de nós, quem vim limpar o quarto nós já tamo aqui facinho de tirar! Não vamos sair! Fiquemos na janela os dois, daí a turma veio, fiquei com uma vela, dando sinal pra turma, porque apagou as luz, né? (Mariana)

Constata-se assim, que a sociedade ocidental contemporânea precisa conviver com o envelhecimento como algo natural, não relegar os idosos a lugares predeterminados, como se,

ao atingirem 60 anos, fossem automaticamente incapazes, limitados- O protagonismo de Mariana em prover seu salvamento e o do marido ilustra esse ponto de vista.

Sob esse olhar, velho não significa aquele que, por ter mais de 60 anos, espera pela morte ou a toma como perspectiva, mas atingir a fase da velhice deve representar a possibilidade de continuar a usufruir a vida na sua plenitude. Nessa concepção se pressupõe que diariamente aprendemos e podemos reestruturar nossos projetos, desejos e expectativas (GALVANI; SILVEIRA, 2016, p. 419).

Confiar na bondade das pessoas também é um aspecto de proteção, mais uma característica caipira na qual a comunidade atua de maneira protetiva. No meio do caos que se instaurou, confiar que os demais não se aproveitariam da vulnerabilidade reativada pela enchente se fez importante: “Daí foi o tempo de você tirar as coisas do forno e levar lá na praça porque... ali já não dava mais pra entrar carro! Eu tive que levar lá na praça tudo as coisas enrolada numa toalha e ir lá pra casa, porque lá em casa não tinha pego”! (Camila).

Em termos historiográficos, os relatos servem para documentar essa enchente, que dividiu a História do município, considerando que Le Goff define a História como a forma científica da Memória Coletiva (1982, p. 103).

Os munícipes estão acostumados com enchentes esporádicas e a arquitetura da cidade protege as pessoas durante os alagamentos comuns. Porém, o volume de água da “Grande Enchente de 2010” e sua velocidade foram assustadoramente maiores que o de que costume. Conforme os relatos, levantaram-se especulações sobre a procedência de tanta água, sendo mais um desafio a ser transposto como cita Camila:

Ninguém sabe até hoje dizer, né, se foi enchente, se foi uma tromba d’água, se foi... represa. Se foi represa eles ficam de boca fechada mesmo, né? Não vai falar que abriu uma represa, que estourou uma represa lá de fulano... Não vai falar! Mas eu acredito que deve ser represa que estourou, viu? Porque... se nós estivéssemos conversando aqui, quando você virasse pra cá a água já tava pegando nas suas costas! Aquilo lá não era normal... Nós sabemos! Quantas enchentes nós já passamos aqui? Mas não dessa forma... Deus o livre e guarde! (Camila)

Camila narra o desconhecimento da população quanto ao que estava acontecendo na cidade, o que os deixou ainda mais vulneráveis, visto que “O alerta precoce é um importante elemento de redução do risco em situações de catástrofe. Salva vidas e reduz as perdas econômicas e materiais decorrentes de catástrofes” (PNUD, 2014, p. 109).

A impressão de destruição total da cidade, semelhante a um cenário de guerra, também aparece nas falas dos entrevistados, quando usam o termo “sitiado”, característico do

vocabulário bélico: “Depois os outros dias, no dia seguinte nós fomos pra Taubaté, porque aqui não tinha como! A cidade estava sitiada... Completamente sitiada...” (Luiz Hugo). Fugir para outra cidade configura um aspecto facilitador da resiliência.

Esta situação de guerra exigia providências também relacionadas à destruição total:

[...] divide as políticas pós-crise em dois grupos: as que atenuam o impacto de uma crise (por exemplo, reduzindo o horário de trabalho para manter o emprego, ou facilitando a concessão de crédito de emergência) e as que promovem a recuperação a longo prazo (por exemplo, investindo na educação ou alterando práticas agrícolas para adaptação às alterações climáticas). No caso de algumas políticas, poderá haver uma solução de compromisso: algumas políticas de atenuação poderão abrandar a recuperação a mais longo prazo (PNUD, 2014, p. 100).

Foi importante notar que a “Grande Enchente de 2010” colocou todos os moradores de São Luiz do Paraitinga no mesmo patamar socioeconômico, pois Luiz Hugo conta que tinha dinheiro no bolso, mas não havia onde comprar nada. Encontrou na fila de distribuição de alimentos o proprietário do restaurante, pois tudo havia sido levado pelas águas.

O fato de ter posses materiais pouco ajudou durante o período da catástrofe, pois como o comércio estava afetado e a cidade cercada, o dinheiro não tinha valor naqueles primeiros momentos. Além do que, quem não estava com ele em espécie no bolso, ficou sem ter onde consegui-lo.

Na enchente? Tudo ficou difícil! Porque a gente ficou sem contato nos primeiros dias, sem contato algum, não tinha, né? Não tinha celular, não tinha nada! Foi muito difícil, né? Ficamos sem comida, sem banco, sem nada! Então, na realidade, foi muito difícil! (Tatiana)

Numa sociedade capitalista, o dinheiro e o poder que ele traz são sinônimos de segurança. Viver momentos em que esse perde seu significado requereu grande adaptação por parte de todos.

Candido (2001) defende que o paulista se formou tendo a aventura como característica e que a vida precária imposta pela mobilidade colocava todos os homens em igualdade, ou seja, a penúria era comum a todos que compartilhavam de um mínimo vital. Esta situação se repetiu nesse desastre ambiental e conferiu atitudes tipicamente caipiras, “um sentimento de igualdade, que, mesmo nos mais humildes e desfavorecidos, faz refugar a submissão e a desobediência constantes.” (CANDIDO, 2001, p. 110). Para Camila esta equidade foi importante, uma forma de educar as pessoas quanto à igualdade da espécie humana, embora esse sentimento tenha durado pouco.

Mas eu percebia que essas pessoas mais... financeiramente bem, igualou a nós! Igualou todo mundo, ficou tudo igual! E... Foi só cada um voltar pra sua casa, voltou tudo na estaca zero, sabe? Então eu acho que isso repercutiu bastante porque a gente pensa que o ser humano, ele, com uma trombada daquela, já digo até uma trombada que nós levamos! Ele vai melhorar... Não! Ninguém melhorou! Ninguém! Foi muito triste, porque voltou tudo com o nariz empinado outra vez! Então de pouco adiantou a enchente... a enchente deu sim um esfregão em muita gente, mas... Foi pouco tempo! Andavam até descalço os mais... Maiorais aqui, andavam até descalço, mas... foi pouco tempo! (silêncio) (Camila)

Tais constatações reforçam a ideia de que as catástrofes naturais não escolhem suas vítimas, agravando a vulnerabilidade, independentemente da classe social à qual a pessoa pertence:

A pobreza e a vulnerabilidade estão ligadas, são multidimensionais e, por vezes, reforçam-se mutuamente. Mas não são sinónimos. Enquanto a vulnerabilidade constitui geralmente um aspeto importante da pobreza, ser rico não significa não ser vulnerável. Tanto a pobreza como a vulnerabilidade são dinâmicas. Os ricos podem não ser vulneráveis sempre, ou por toda a vida, tal como alguns pobres podem não permanecer sempre pobres. (PNUD, 2014, p. 19).

Reconhecer seus limites e os do outro se apresentou como um desafio, pois o sujeito evita se expor aos riscos sabendo quais são seus limites e expor o outro também, no caso da necessidade de um socorro.

Meu esposo já não gosta muito de sair mesmo, sabe? Todo ano ele dá trabalho! Se dá enchente, eu com a Lia saía e ele ficava! A prefeitura trazia ele na máquina, no trator, punha aqui, ele subia lá em cima e dormia! Outro dia o trator vinha aqui e tirava, até quando dava mal, né? Então sempre ele ficou aqui! Então esse ano eu não quis sair... Eu nunca fico! A gente tem que evitar dar trabalho pros outros, né? Eu nunca fiquei, mas como ele não quis sair, eu falei: então, esse ano eu não saio também! Eu ainda falei coisa boba! Falei: se ele morrer, eu também quero morrer junto! Falei: ele não sai eu vou deixar ele lá sozinho? Eu num vinha posar aqui, só que ele ficava sozinho... Só que a água pegava pouco, estragava os móvel, só que ele não tinha perigo! E desse ano eu não quis sair, eu falei: vou ficar também! Aí quando a turma vieram pra pegar que já tava dentro de casa, não tinha mais como a gente sair na rua! Ele falou: não, eu vou subir no quarto lá em cima que lá não tem perigo! Eu tô acostumado... E abusou! Eu fiquei lá com ele e foi onde aconteceu... (Mariana)

Este reconhecimento dos limites demonstra uma adaptação positiva diante de um risco, própria da resiliência, não sobrecarregando o apoio social para que este fosse atuante onde havia mais necessidade.

Mas é óbvio que este suporte social não só tem que estar presente, mas tem que ser internalizado pelo sujeito, o que significa que ser resiliente passa também pela capacidade de cada indivíduo saber reconhecer, dentro da matriz interpessoal em que se move, quem o ama e quem estabelece com ele ligações saudáveis e de confiança. (SOUSA; RODRÍGUEZ-MIRANDA, 2015, p. 48)

Dentro da subcategoria dos aspectos facilitadores, a atitude de Tavares em permitir o acesso de pessoas desconhecidas na sua residência, com o objetivo de salvar seus pertences, demonstrou capacidade de resolução de problemas, enquanto característica de resiliência.

Sabe que esses quatro, ela, a irmã, e esses dois rapazes, levantaram geladeira, puseram tudo em cima da mesa, e o que eles puderam... Até os livros, alguns livros eles puseram assim em cima da prateleira e tal... E... com isso eu perdi pouca coisa! (Tavares)

Oliveira (2015), em sua pesquisa sobre resiliência, aponta autores defendendo que para os idosos, a resiliência é a postergação da dependência, a adaptação a novas condições para evitar perda de autonomia. Pode ser compreendida como uma ferramenta que promove o melhor enfrentamento das perdas.

A resiliência seria forjada pelo indivíduo perante as agressões da vida e o sujeito resiliente conservaria, assim, esse precioso potencial, que o iria ajudar a enfrentar a sua trajetória de vida em boas condições. A metáfora da ostra perlífera ilustra bem como, por vezes, é a partir de uma experiência de sofrimento que podemos revelar forças até aí mantidas latentes e desconhecidas (LARANJEIRA, 2007, p. 330).

Mas o principal desafio que o evento impôs aos sujeitos tenha sido sobreviver, que fica claro no relato de Vilma:

Não fomos informados pelos órgãos científicos que vinha vindo essa avalanche sobre nós! Não é verdade? (risos) Até digo avalanche porque foi... Avalanche seria de gelo, de montanha, essas coisas, mas aquelas águas pareciam tsunamis, mas, coisa que você tem que enfrentar, pensar na sobrevivência que o resto, é o resto. (Vilma)

Esta fala demonstra o valor que dá à sua vida, pois “Mesmo na presença de perdas, que podem ser reduzidas ou ampliadas de acordo com as condições da pessoa, o ser humano sempre aspirou a viver longamente, com autonomia e com boa saúde, tendo uma boa velhice” (RESENDE; NERI, 2009, p.769).

A questão da higiene pessoal foi outro desafio dos entrevistados.

Praticamente ficamos só com a roupa do corpo. Lembro-me que fui à Taubaté por volta das... Isso no dia seguinte! Por volta das 10 horas da noite

do dia seguinte, fui ao shopping comprar roupa! Porque eu não tinha roupa! Fiquei todo esse tempo com a mesma roupa no corpo. (Luiz Hugo)

Outras características sensoriais relacionadas às experiências com enchentes aparecem por meio das memórias do evento. Em diferentes momentos e relatos, as lembranças de cheiros, sons e do tato aparecem nas falas, como exemplificado a seguir:

Aí foi que eu fiquei quatro meses na roça, esperando sair o... o... aquele cheiro, aquela coisa que tava... que Nossa Senhora! Não tinha jeito, viu? (Maíra)

Aí já entrou no quarto, muito forte, deu até um barulho quando a água entrou na área que foi pro quarto! Eu falei: pronto! Agora Zé, nós tamo perdido, agora não tem mais solução... Daqui nós não sai mais! (Mariana)

Daí que eu comecei a ouvir barulho de casa caindo! Daí olha, acabou o sono, né? Daí eu não dormi mais! E... Mas mesmo assim eu continuei achando que não chegava lá em casa. Daí amanheceu e continuou subindo, o prédio aqui da escola já tinha caído, aquele barulho de casa caindo constante, né? (silêncio) (Tavares)

O desafio de lidar depois com estas lembranças sensoriais fica muito evidente em diferentes falas:

O guarda-roupa nunca saía o cheiro! Dava vontade de jogar fora mesmo! Passava verniz por dentro... Foi indo, foi indo, acabou dando fim! Jogando fora mesmo! (Larissa)

Ah lembro!!! Não esqueço! Isso foi numa terça ou quarta-feira, o carro da polícia civil parou aqui na rua, mas eu tava suja de barro, mas eu tava suja de barro, eu tenho loucura por pão! Eu alembro, veio a delegada, que era a Regina parece, que era nessa época, e o... Lu. Um carro de lanche, eu acho, com pão! Gente, mas eu comi aquilo com tanta vontade de comer, que eu acho que eles acharam que eu era louca! (muitos risos) Verdade! Suja, suja, suja! De barro! Eu peguei o pão e ela disse, pode pegar mais, leva pra você comer outra vez! Mas que loucura que eu tinha de comer aquele pão, acho que fazia uns quatro dias... Por isso que a gente tem que dar valor pra aquilo que a gente come, viu gente! Porque nessa hora, eu não me esqueço! No começo eu tinha até vergonha de encontrar com o Lu na rua! (muitos risos) (Néia)

Foi difícil a limpeza! Porque todos tinham serviço, ninguém podia dar uma ajuda! Eu até cheguei a pegar problema na perna porque o que a gente tinha aqui rodou tudo, né? A gente tinha que enfiar no barro, né? Peguei infecção na perna, machuquei o pé... Foi difícil pra mim limpar tudo aqui sozinha... (Mariana)

Já Camila relatou a “Grande Enchente de 2010” como evento sobrenatural, um castigo divino ou algo semelhante: “Pra mim até hoje eu digo: não foi enchente, foi um bicho que entrou na cidade! Porque uma coisa daquela, pelo Amor de Deus”! (Camila). Este tipo de



explicação é considerada típica dos caipiras, que, segundo Candido (2001), esperam que ocorra a justiça divina onde os bons serão salvos e maus punidos.

Pode-se ainda, a partir do relato da Mariana, fazer um paralelo dos efeitos desta enchente com as vivências dos camponeses, que conforme Brandão (1983) ao serem expulsos do campo por não consistir em proprietários das terras que cultivam, são obrigados a mudar-se para as periferias das cidades. Moram em pequenas casas cujos quintais não têm espaço nem mesmo para secar as roupas lavadas e esperam que o fim do mundo esteja próximo; sentimento narrado pela Mariana como segue:

A gente espera como diz, por um milagre, porque o mundo tá muito difícil... Muito difícil, muita tragédia, muita coisa, e a gente tá vendo tanta... todos esses lugar aí na internet tanta coisa que tá acontecendo que a gente agradece a Deus por não tá passando aqui, né? Graças a Deus por aqui ainda não! Mas nessas cidades por aí a gente vê, né? As enchentes, os deslizos, morte, então a gente agradece a Deus por isso aí! Eu não cesso de agradecer a Deus! (Mariana)

A perda de objetos de valor sentimental emerge como um desafio difícil de ser superado, pois alguns objetos costumam ser insubstituíveis. Os prédios são constantemente citados como referências que se perderam e os sujeitos da presente pesquisa atribuem a estes imóveis valor afetivo. A perda de referências sugere uma repercussão psicológica:

Foram perdas de móveis, perdas de livros... ou perdas de documentos que eram preciosíssimos, por exemplo, o João [...] ele tinha me dado um documento, que ele pegou lá no Arquivo do Estado, que era uma carta que o... que a... que o Conselho, que era o nome da Câmara Municipal antigamente, que o Conselho de São Luiz tinha mandado pro... pra... pra Câmara Legislativa de São Paulo, em 1820, pedindo a construção da Matriz! E tinha a resposta da Câmara também, dizendo que eles concediam o dinheiro para a construção da Matriz desde que a cidade providenciasse a mão de obra. Então eu achava esse documento preciosíssimo! Ele se foi com a enchente... Isso aí... a gente sente isso... Mas enfim! Não foram assim, coisas que me desesperassem... Tá entendendo... (Tavares)

Tavares não se lamenta pelo que perdeu, apesar de ter consciência de tais perdas, inclusive das que são insubstituíveis, procura ver os aspectos positivos que se sobressaem da situação demonstrando potencial de resiliência.

[...] o indivíduo resiliente seria um sujeito com um coeficiente de inteligência elevado, capaz de ser autônomo e eficaz nas relações com o meio, ter boas capacidades de adaptação relacional e empatia, capaz de prever e planificar e finalmente ter sentido de humor. Claro está que a totalidade dessas características não é garantia de um bom funcionamento

resiliente, mas esses diferentes elementos encontram-se em muitos dos sujeitos considerados resilientes (LARANJEIRA, 2007, p. 329).

Brandão (2011) apresenta como hipótese em sua pesquisa que as relações afetivas com os objetos pessoais, mesmo os de uso cotidiano, são uma forma de espiritualidade. Tais objetos trazem calma, sentimento de pertença, proteção e uma possibilidade de continuidade, já que mesmo após a morte do dono, as coisas existem para contar um pouco sobre como era.

Ver familiares em situação de vulnerabilidade foi outro desafio, pois quando a dor é da pessoa, essa sabe seu tamanho e quais mecanismos acionar para que seja superada. Mas quando a dor é do outro, torna-se imensurável, dificultando a percepção e de como ajudar.

Difícil, foi muito difícil! Porque na verdade você sente por todos, né? Mas eu sou uma mãe assim: o que dói no meu filho dói muito mais em mim! Eu sofri vendo minha filha com a casa toda preta de barro, ela chorava... Ela perdeu tudo, a Fer perdeu tudo, ela não aproveitou nada! Então como que você não vai ficar triste, né? Sofre junto... Ou até mais... Porque se tratando de filho... Meus filhos pra mim, eu amo mais eles que a mim mesma! Então eu sofri demais! Sofri demais! (Tatiana)

Ver a cidade dividida pelo rio também foi outro desafio enfrentado pelos sujeitos da pesquisa, evidenciado na fala de Tatiana. Uma observação difícil de ser categorizada, pois apesar de ser uma característica do evento, a narrativa do fato vem repleta de sentimentos pessoais. Ou seja, trata-se de uma vivência do sujeito e ao mesmo tempo compõe as características do evento, analisadas a seguir:

Você fica triste... é... por tudo né? Incluindo a minha filha! Porque a minha filha podia ficar comigo e não pode... Não tinha como ficar! Porque ela ficou do outro lado (do rio)! Pensa! Ela não tinha nem roupa pra pôr! Então isso deixava a gente muito preocupada, muito chateada porque... você tinha um pouco, só que não podia ajudar... Só quem tava próximo de você, né? Na verdade foi dividido, né? Do outro lado do Paraíba<sup>10</sup> não tinha como passar! Então isso aí também abala bastante a gente! (Tatiana)

A subcategoria Instabilidade do ambiente, além de objetivamente ter dificultado as atitudes durante a cheia do rio, também teve impacto psicológico. No caso dos idosos, a manutenção da saúde depende de um ambiente estável.

Mas nesse ínterim ficamos o quê? Assistindo ao desastre... As casas caindo... Uma tristeza, meu Deus! Você vendo uma vida sendo destruída e você inerte, sem poder reagir, mas, daí nós subíamos uma parte do morro do Alto

---

<sup>10</sup> Muitos moradores de São Luiz do Paraitinga referem-se ao rio Paraitinga como rio Paraíba, posto o rio que dá nome à cidade ser um dos afluentes do Rio Paraíba.

do Cruzeiro, mas também diziam que o morro iria cair, nós voltávamos. Foi aquela confusão! (Vilma)

Vilma ao narrar essas dificuldades durante a cheia do rio, quando não havia nada a ser feito, apresenta senso de autocontrole, próprio da resiliência.

[...] elementos estruturantes [da resiliência] são os seguintes: adaptação fisiológica, adaptação e habituação psicológica, sentido de autoeficácia, capacidade de autorregulação comportamental e capacidade de reinterpretar experiências negativas ou de usá-las como aprendizagens positivas, podendo alguns idosos revelar-se mais autônomos, com índices explícitos de autoestima e uma orientação social positiva (SOUSA; RODRÍGUEZ-MIRANDA, 2015, p. 43).

A demora em a água baixar foi mais um desafio enfrentado, e como conta Maíra, esse retardamento poderia ter significado seu falecimento: “Se eu ficasse lá (terceiro andar), como que eu ia ficar, porque ninguém podia entrar, levou três dias pra entrar aqui, acho que foi quatro dias se eu não me engano!” (Maíra).

Segundo Resende e Neri (2009), as evidências apontam que os eventos estressantes nem sempre terminam em resultados negativos e que algumas pessoas se tornam mais fortes ou crescem psicologicamente após passarem por situações em que precisaram enfrentar tais eventos.

A velocidade com que as águas subiram, bem como a correnteza na hora do salvamento também atuaram como fator de risco objetivo para os sujeitos: “Rápido! Dessa hora, umas nove horas mais ou menos, ela subiu com tanta rapidez! [...] E a água tava com corrente! Correnteza mesmo! Não sei como que deu uma correnteza tão forte, que foi e foi arrebetando! Pro'cê ver!” (Maíra).

Tal velocidade dificultou o salvamento e expôs os sujeitos mais abertamente aos riscos:

O envelhecimento implica em aumento do risco para o desenvolvimento de vulnerabilidades de natureza biológica, socioeconômica e psicossocial, em virtude do declínio biológico típico da senescência, o qual interage com processos socioculturais, com os efeitos acumulativos de condições deficitárias de educação, renda e saúde ao longo da vida e com as condições do estilo de vida atual. Em maior ou menor grau, aspectos individuais, coletivos, contextuais e históricos das experiências de desenvolvimento e de envelhecimento, geram possibilidades de adoecimento e dificuldades de acesso aos recursos de proteção disponíveis na sociedade (RODRIGUES; NERI, 2012, p. 2130).

Outro desafio foi a força das águas que arrastava objetos e ampliava o risco durante a catástrofe. Este fato sobrevém nas memórias sensoriais dos sujeitos, que se recordam dos sons causados por esses objetos:

Dessa hora, umas nove horas mais ou menos, ela subiu com tanta rapidez que rodava umas pranchas assim na grade aqui e PAUM! Só você vendo a coisa! Era coisa que vinha na enchente, era porta e, Nossa Senhora, como rodou! Bujão de gás! Só você vendo a coisa! Vinha bujão de gás e PAUM! (Maíra)

Outra subcategoria que se configura um fator de risco foi assistir ao desabamento dos imóveis, pois a identidade dos sujeitos se sustenta nos símbolos expressos no contexto em que vive e nas referências que têm. Além, é claro, do risco iminente em ser vitimado por um desses desabamentos: “A Igreja já havia desmoronado, os nossos símbolos, né? A Igreja, O Coronel Domingues de Castro (Escola)... Então, o que nós tínhamos que fazer? Fugir”! (Vilma).

Apesar de se perceber em situação de risco, sentindo sua identidade luizense ser abalada pela queda dos imóveis, Vilma fugiu para outro município para se salvar.

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual (BOSI, 1994, p. 82-83).

Enquanto o rio ainda estava acima de seu leito, o acesso aos alimentos ficou restrito, pois a maior parte do comércio da cidade foi tomada pelas águas, sendo impossível entrar ou sair da cidade para buscar mantimentos. Assim, a alimentação foi possível por meio da partilha dos alimentos estocados nas residências que não foram atingidos pela enchente. Larissa conta que como retribuição ao “pouso” que recebeu de uma vizinha que não teve sua casa atingida diretamente pelo evento, dividiu os alimentos de sua própria residência que sua família conseguira salvar:

Daí eu falei: olha não posso prometer, mas minha filha encheu o carro de coisa, vamos ver se ainda tem, porque deixou numa casa, deixou na outra. Aí eu cheguei lá, menina, tinha panetone, tinha requeijão, tinha pão amanhecido, tinha bolacha. Deu pra todo mundo comer, se alimentar pelo menos! (Larissa)

O auxílio externo até chegou, mas nos primeiros momentos foi necessário a coesão social e a ajuda entre os vizinhos, de quem estava próximo, para garantir a sobrevivência. Depois, para a recuperação de prejuízos maiores, contou-se com o apoio governamental.

Onde a coesão social é forte, as instituições sociais apoiam as pessoas vulneráveis. Em sociedades divididas, as instituições sociais conseguem prestar um apoio substancial no seio de determinado grupo, porém, não tanto de forma transversal aos diferentes grupos. O apoio internacional (oficial e não oficial) também é útil, trazendo financiamento e recursos, geralmente em resposta a grandes catástrofes (PNUD, 2014, p. 25).

A possibilidade de uma alimentação coletiva é mais uma característica do evento que serviu como aspecto de proteção, uma vez que as pessoas não tinham onde preparar seus alimentos, quem não fora afetado diretamente pelas águas do rio Paraitinga preparava alimentos para os demais e o poder público e as ordens religiosas também providenciaram suprimentos para a população.

Eu gosto sempre de citar porque uma coisa importante pra mim, um fato assim... paradoxal! Por exemplo: nós estávamos assim, na fila, pra pegar comida, lá na, ali na Igreja do Rosário, e atrás de mim tava um cidadão, também na fila com o prato na mão. Eu olhei pra trás e falei: até você aqui! Ele falou, respondeu: fazer o que seu Luiz? O dono do restaurante! Fato interessante, né? O próprio dono do restaurante na fila pra pegar comida, porque não tinha onde comer! (Luiz Hugo)

As lembranças de conterrâneos que faleceram após a enchente também aparecem com frequência, reforçando a hipótese já explicitada anteriormente, de que houve maior mortalidade no período subsequente ao desastre. Luiz Hugo, ao ser perguntado pela pesquisadora sobre quem poderia ser o próximo entrevistado diz:

Primeiro tem que observar aqueles que viveram realmente a enchente... Os moradores aqui da praça tem eu, o doutor David Igor, que no momento... Quem mais que tem aqui na praça? Tem mais gente, viu? De imediato... Quem mais podia ser? O pessoal do restaurante, havia a pensão... Quem mais? (Luiz Hugo)

Ou seja, apesar do esforço em indicar alguém para ser entrevistado, Luiz Hugo a cada nome que balbuciava, cortava seu próprio pensamento ao lembrar-se do falecimento ou das condições de saúde comprometidas de seus conterrâneos que passaram pelo evento em estudo.

É possível que o maior número de mortes na comunidade tenha associação com a dificuldade de estratégia de enfrentamento. Mesmo não se tratando de suicídios, pode ter sido a estratégia de enfrentamento possível, no sentido de desistir da vida:

Sorte que eu fui bem recebida na casa da Dora, ela era minha nora, o pior de tudo, depois que passou a enchente, que a gente já tava tudo... ela faleceu também, você viu? Fazer o que? Ela foi no hospital e não durou três dias! Mas o que ela correu também pra ajudar a gente, Nossa Senhora! (silêncio) (Maíra)

Como citado anteriormente, é difícil comprovar a relação entre esses óbitos e a “Grande Enchente de 2010”, mas estudos nesse sentido poderiam ser feitos para desenvolver estratégias de enfrentamento frente a eventuais catástrofes futuras, considerando que:

[...] ações integradas entre comunidade e universidade são fundamentais para que os efeitos dos desastres de causas naturais sejam minimizados, e alegam que os conhecimentos produzidos na academia devem ser repassados à sociedade, que, de forma organizada, deve utilizá-los nos projetos preventivos. Num contexto local, sugerem a criação de grupos comunitários capacitados para agir antes, durante e depois do evento, auxiliando assim os órgãos gestores de defesa civil (BODSTEIN et al., 2014, p. 164).

Pegar doações para sobreviver no período da enchente e subsequente, também se constituiu em um aspecto de proteção. Ao mesmo tempo que é uma característica do evento, serve como exemplo da atuação do Poder Público e da Sociedade. Segundo os depoimentos coletados as doações civis se sobrepueram às do Poder Público, ineficiente em suas ações:

Elas foram lá na minha casa e levaram uma doação pra mim! Essas duas eu agradeço de coração... e só! Prefeito, governador, esses cantores que vieram aí... Xé... Se eu dependesse deles eu não tinha onde morar hoje... Então foi só a Nina e a Pilar! As duas sim, que elas foram lá e levaram doação pra mim! Uma doação até... Naquilo que nós estávamos vivendo ali, era uma doação boa até! (Camila)

Estas doações foram organizadas pela sociedade civil, enquanto o Poder Público ocupava-se das medidas estruturais, já que:

A sociedade civil não pode nem deve substituir as instituições do Estado. No entanto, uma relação positiva e simbiótica entre ambas representa um grande contributo para o seu fortalecimento. A participação cívica é, portanto, um fator determinante importante e indispensável para estimular as instituições sociais formais e informais a responderem às necessidades e solicitações públicas, tornando-as equitativas e eficientes na sua resposta às situações de vulnerabilidade (PNUD, 2014, p. 108).

A repercussão nacional suscitada por este evento trouxe um elevado número de políticos e artistas com o propósito de ajudar, mas tal ajuda não foi percebida pelos entrevistados. Como contou Lúcio, é possível inferir que tais personalidades utilizaram a grande cobertura midiática para autopromoção. O ideal seria uma política pública que

atendesse a tais necessidades, já que “Políticas sólidas de proteção social universal aumentam a resiliência individual e reforçam a resiliência da economia” (PNUD, 2014, p. 99). “Agora como falavam, muita gente prometeu ajudar, né? Inclusive o governo! Quando descemos no posto de gasolina lá tava tudo os políticos prometendo: vamos ajudar! Que? (risos) Na hora de ajudar ninguém trouxe nada pra ninguém”! (Lúcio).

A falta de comunicação também se apresentou como fator de risco, pois cada um sabia que estava a salvo, mas não tinha notícias de seus familiares e como avisar de sua situação. Isso gerou incômodo entre os sujeitos, de acordo com os relatos que seguem, somando-se aos limites de acesso à cidade, outro desafio a ser transposto:

Minha família que mora em Taubaté, meus netos tudo que mora lá, Nossa Senhora, ficou tão apavorado! A gente não tinha luz, não tinha telefone, né? Não tinha nada, né? Eles vinham e ficava lá no alto olhando, até saber notícia, que ói! Demorou! Eles pensou que tinha morrido todo mundo! Por causa da água, não enxergava nada! Só via copinha assim, essa parte de cima, pro'cê ver... (Maíra)

Ajustar-se diante deste evento foi dificultado pela falta de notícias, fator que foi superado rapidamente, pois o *rafting* mais uma vez atuou como fator de proteção ao servir como meio de comunicação durante a cheia do rio: “Durante as primeiras horas, os primeiros tempos, não tinha notícia... Aí depois que começaram a passar de... bote... e... trazia notícias pra gente porque foi um monte de dias pra baixar, né? Eu não tinha notícias dela (filha)” (Tatiana).

A atuação do *rafting* como meio de comunicação demonstra a coesão social de São Luiz do Paraitinga, pois os Anjos conheciam as famílias e sabiam o que e com quem falar para acalmar os sujeitos da pesquisa.

A coesão social pode afetar profundamente diferentes aspetos [*sic*] da vida, desde a recuperação de catástrofes até à qualidade da governação. A educação e o investimento, sobretudo dirigidos aos mais jovens, podem contribuir para a capacidade de adaptação dos indivíduos no caso de uma crise financeira ou catástrofe natural pôr em causa os seus meios de subsistência. Por outro lado, a proteção social e instituições com capacidade de resposta podem assegurar que aqueles que precisam de ajuda a recebam na justa medida, diminuindo assim os impactos adversos suscetíveis de transitar para as gerações futuras (PNUD, 2014, p. 15).

Durante os momentos da cheia do rio, a cidade ficou dividida pelas águas: quem ficou na margem esquerda do rio não conseguia saber notícias de seus familiares que estavam na margem direita, e isso foi mais um fator que tirou a tranquilidade das pessoas, uma vez que a falta de notícias e a impossibilidade de ajudar seus entes gerava desconforto. Novamente aqui,

o *rafting* aparece para amenizar o sofrimento, pois, como transitavam de uma margem a outra do rio Paraitinga, carregavam também notícias de todos. Utilizar o *rafting* como comunicação foi mais uma estratégia de enfrentamento que surgiu nos relatos: “Aí depois que começaram a passar de... bote... e... trazia notícias pra gente porque foi um monte de dias pra baixar, né? Eu não tinha notícias dela (filha)” (Sra. Tatiana).

As vulnerabilidades são expostas pelos choques ocorridos e pelas condições subjacentes. Embora seja natural responder a uma crise quando ocorre um choque, há igualmente a necessidade de acompanhamento da situação através do desenvolvimento de uma resposta mais abrangente a crises futuras (PNUD, 201, p. 109).

Durante o período de recuperação pós-enchente, o Poder Público atuou protegendo as pessoas atingidas pela catástrofe, mas nem todos foram amplamente atendidos, transformando a ação em aspecto de risco:

Mas também não tive ajuda de dinheiro da prefeitura, de nada, né? Por causa do cadastro... Que eu fiz e não passaram no livro, aí a Cristiane coitada, foi muito boazinha, ela procurou, procurou no livro, mas não achou meu nome. Todo mundo recebendo e saindo e eu só olhando... Fazer o que, né? (risos) (Mariana)

Mariana demonstrou aceitação diante dos fatos narrados, pois compreende que cidades beira-rio estão suscetíveis a enchentes. Refere que seu cadastro foi feito com boa vontade, mas que não recebeu nada, creditando o erro ao Poder Público. Evidencia-se aqui a sobreposição de vulnerabilidades, tanto do Estado como de Mariana, sem meios para buscar reparação.

As pessoas com limitações a nível das suas capacidades essenciais, como a educação e a saúde, são menos capazes de viver facilmente a vida que gostariam de viver, e as suas escolhas poderão ser restringidas ou coartadas por entraves sociais e outras práticas de exclusão. A par das capacidades limitadas, a redução das possibilidades de escolha impede as de saber lidar com ameaças. Em determinadas fases do ciclo de vida, as capacidades podem ser restringidas devido a investimentos e níveis de atenção inadequados nos momentos apropriados, produzindo vulnerabilidades que se podem acumular e intensificar (PNUD, 2014, p. 55).

A falta de informação sobre a quantidade de água que estava por vir surgiu como fator de risco objetivo, pois lidar com o inesperado é muito mais difícil do que agir com o que se esteja esperando: “Nunca, nunca [tinha pego enchente]! E jamais a gente acharia que aqui ia pegar né”? (silêncio) (Neia). Tal informação compete aos órgãos públicos, que tem



mecanismos de previsão de chuvas, os quais se mostraram ineficientes no evento aqui analisado, prejudicando os sujeitos da pesquisa.

A comunidade ter condições de prover o próprio salvamento é fundamental para a mitigação dos danos diante de catástrofes naturais. Nesta pesquisa, os Anjos do *Rafting* protagonizaram os salvamentos, mas foram auxiliados e informados por outros membros da comunidade, formando uma rede de proteção.

As graves consequências dos desastres de causas naturais nos últimos anos apontam consideráveis falhas nos sistemas de segurança, particularmente nos países em desenvolvimento. Os dados revelam que a maioria das 3,3 milhões de mortes causadas por desastres nos últimos 40 anos ocorreram em nações pobres. Essas nações também sofrem por um período maior as consequências dos desastres, na medida em que não possuem capacidade de recuperação rápida, o que agrava ainda mais as condições de vulnerabilidade (UNISDR, 2012, *apud* BODSTEIN et al., 2014, p. 162).

Durante a enchente algumas atitudes e situações serviram como fator de proteção, como a rede social. Camila exalta as atitudes de amizade e solidariedade que emergiram com as águas do Paraitinga: “Por Deus, quem tem amigos, minha filha, não morre pagão! Por Deus, o filho da Nena chegou ali e fez assim: “Dona Camila, minha casa tá semiconstruída, vamos pra lá, que dá pra vocês ficarem”! (Camila).

A literatura aponta muitos exemplos em que o afeto positivo contribui de maneira significativa no processo de resiliência de idosos, na superação de doenças, ou na superação de outras adversidades, como perda de ente querido ou mesmo diante de uma catástrofe, como a aqui retratada.

Experiências de afeto positivo podem auxiliar a pessoa no enfrentamento de estresse crônico, como, por exemplo, a situação de doença como o HIV/Aids, sendo que estas emoções servem como recurso para a superação da adversidade. Neste sentido, a resiliência tem sido relacionada a afetos positivos e de proteção à saúde (CALVETTI; MULLER; NUNES, 2008, p. 528).

A importância dos “Anjos do *Rafting*” no salvamento da população e na garantia de nenhuma vítima fatal durante o alagamento é recorrente nos discursos, o que faz com que apareça em diferentes categorias de análise. Os sujeitos atribuem ao *rafting* o seu salvamento e a nulidade de vítimas fatais. A importância do *rafting* como aspecto de proteção já ficou evidente, mas vale ressaltar novamente da seguinte maneira:

Olha! Os anjos, eu acho que o *rafting* foi os anjos! Se não fosse eles eu não sei o que teria acontecido, a catástrofe que iria acontecer! E ela (esposa) deu um alô lá pro *rafting* então apareceu na hora! Dois minutinhos, três apareceu um e nos tirou daqui e levou no coreto! (Luiz Hugo)

Pode-se inferir que a rapidez com que a comunidade se organizou para abrandar os efeitos negativos desta catástrofe foi fundamental para a sobrevivência dos sujeitos da pesquisa, que não pereceram nos momentos iniciais, mesmo passando por algumas situações desagradáveis. A comunidade constitui um ponto de apoio social que favoreceu o processo de resiliência.

[...] as respostas a choques de curto prazo podem aumentar o apoio dado às pessoas que exercem atividades de rendimento muito reduzido, seja de um modo geral, seja durante a adversidade em particular. Essas respostas incluem transferências de rendimentos (condicionadas ou não), pensões de velhice (que contribuem para o bem-estar da família), apoio nutricional através de subsídios alimentares e da satisfação de necessidades escolares, programas de confecção de refeições e de alimentação em comunidade, e esquemas de seguro de baixo custo. Tal como os serviços médicos gratuitos, as transferências de rendimentos administradas a nível local podem ajudar as famílias em caso de doença das pessoas que asseguram o rendimento principal (PNUD, 2014, p. 96-97).

Na fala de Lúcio é possível identificar o tamanho do desafio que a enchente representou na vida da população, que se relaciona ao aspecto vivencial: apoio social. Este excerto foi retirado da narrativa que fez sobre os momentos em que estava isolado com sua esposa na casa do seu filho, um sobrado já sendo invadido pelas águas do rio Paraitinga, ao perceber que a água não parava de subir e que não tinham saída:

Faltava uns cinquenta centímetros pra chegar lá em cima, aí é onde o... Quem? Acho que o Gu tava lá na praça e o... promotor... Como é que chama o?... Filho do Gabriel? Como é que? José Carlos! Aí ele perguntou de mim! Ele é muito meu amigo, né? Aí eles falaram: ele tá no sobrado lá, e não vai ter socorro porque não tem pra quem gritar! E não tinha mesmo! Nessa hora nós tava esperando o pior até de morrer! Aí ele mandou o bote lá e tirou nós! (Lúcio)

Mediante esse quadro, lembra-se de que a resiliência está estreitamente associada à saúde mental. Fontes et al. (2015) caracterizam como “indivíduos resilientes” aqueles com maior autoestima, autoeficácia, mais habilidades para resolver problemas e maior satisfação com relações interpessoais; característica de personalidade que modera os efeitos negativos do estresse e promove a adaptação. Segundo esses autores, esses indivíduos teriam capacidade de integração de conceitos de plasticidade e de reserva, na abordagem do desenvolvimento ao

longo da vida. Essa capacidade pode ser comparada a um “amplo guarda-chuva” que abriga recursos psicológicos para superação de adversidades, dentre eles a autoestima, as competências pessoais e as crenças de controle, recursos utilizados para adaptação às tarefas do desenvolvimento.

A seguir, apresenta-se a análise das estratégias de enfrentamento adotadas pelos sujeitos mediante os desafios apresentados pela enchente.

### 4.3 Eixo Estratégias de Enfrentamento

O Eixo 3 apresenta as estratégias de enfrentamento decorrentes da resiliência dos sujeitos, que engloba duas categorias: Aspectos extrínsecos e Aspectos intrínsecos, que por sua vez abordam características positivas e negativas. Nota-se que os aspectos extrínsecos e intrínsecos se articulam em variados momentos, pois as questões externas impactam a subjetividade dos sujeitos e vice-versa.

Quadro 3. Estratégias de enfrentamento

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	SEGMENTO ILUSTRATIVO
Aspectos extrínsecos	Estabilidade do ambiente; Reserva financeira; Ajuda do Poder Público; Entidades religiosas; Ampliação na oferta de empregos; Reconstrução; União da comunidade; Falta de comércio para necessidades básicas.	“Porque na verdade ninguém tinha força... Quer dizer, unidos pra ter um pouco de força!” (Tatiana)
Aspectos intrínsecos	Não precisar de ajuda, Altruísmo; Religiosidade; Regulação emocional; Recomeçar a vida; Ansiedade em retornar a casa; Insônia; Falta de higiene pessoal; Prejuízos financeiros; Ver familiares em situação de vulnerabilidade; Limpeza do imóvel; Sair de casa; Promessas de ajuda que não se concretizaram.	“Daí lá eu fiquei, depois que esvaziaram que limpavam tudinho aqui, não deu pra ficar aqui. Aí foi que eu fiquei quatro meses na roça, esperando sair o... o... aquele cheiro, aquela coisa que tava... que Nossa Senhora! Não tinha jeito, viu?” (Maíra)

Como aspectos extrínsecos, verificou-se que a estabilidade do ambiente foi fundamental no desenvolvimento da resiliência dos sujeitos. Como exemplo, Vilma refere ter se protegido de maiores traumas por meio de um embate com os órgãos públicos, que queriam utilizar a situação do desabamento do imóvel tombado para promover mudanças em suas dependências. A proprietária recusou tais mudanças, lutando pela estabilidade do ambiente, uma estratégia de enfrentamento que favoreceu a manutenção de sua saúde.

Talvez se nós tivéssemos consentido com as mudanças que os órgãos queriam, talvez eu achasse um pouco diferente... Porque eu sou muito tradicionalista, gosto das coisas num lugar só e não tem muita mudança comigo. Se eu mudo, eu desmudo, mudo, desmudo. (Vilma)

Cifelli (2009) problematiza o fato de que, nas localidades onde há patrimônio arquitetônico para uso turístico, há uma refuncionalização que gera conflitos com a primeira forma de uso, pois a especulação encarece o entorno e:

Ao serem valorizados enquanto bens patrimoniais os órgãos de preservação procuram conservar e preservar a dimensão formal da materialidade, atendo-se à valorização de seus atributos estéticos e estilísticos. No entanto, sua dimensão funcional pode sofrer constantes variações, adaptando-se as finalidades do presente, principalmente aos interesses de cunho mercantil decorrentes de sua valorização turística. Tal atividade intensifica os fluxos materiais e imateriais, como pessoas, mercadorias, serviços, ideias e capitais nas localidades potencialmente atrativas, e gera mudanças significativas em sua organização sócio-espacial (CIFELLI, 2009, p. 115).

A reconstrução foi outra estratégia objetiva de enfrentamento, porém sua representação atinge aspectos intrínsecos, pois a reconstrução do exterior pode assegurar conforto interior ao sujeito. Ultrapassa a dimensão individual, atingindo o coletivo, pois a reconstrução de um prédio tal como antes do evento reconforta a todos que compartilham deste cenário. Como exemplo, a narrativa de Santos (2016) sobre a entrega do prédio da Igreja Matriz: [...] a igreja reconstruída cumpria seus múltiplos papéis, afinal, era o patrimônio histórico, cultural, religioso, a identidade, a memória, o monumento e o pertencimento, juntos e, ao mesmo tempo, devolvidos a São Luiz do Paraitinga (SANTOS, 2016, p. 117).

Reconstruir! Era o meu objetivo! Reconstruir a minha casa! Tanto é que vim com esta finalidade... E o que demorou mais foram os trâmites legais, de liberação de plantas e essas coisas. Mas no dia 05 de fevereiro de 2013, com a ajuda de Deus, nós regressamos pra nossa casa! (sorriso). Demorou um pouquinho, né? A enchente foi em 2010 e nós voltamos em 2013! Pra mim foi um tempo assim, longo! Fora da minha casa! Mas, nem me lembro mais! O que ficou pra trás ficou, né? (Vilma)

Este enfrentamento exigiu articulação entre o Poder Público e os recursos próprios, pois era necessária autorização para reerguer o imóvel residencial que se localiza na área tombada como Patrimônio Histórico.

As instituições sociais reforçam a política do governo através de uma maior coordenação e uma maior responsabilização. Quando a sociedade civil se mobiliza para articular os interesses dos cidadãos, existe uma melhor articulação entre as necessidades da população e as políticas do governo (PNUD, 2014, p. 104).

A integração faz parte do processo de construção da identidade, pois os grupos se formam a partir da integração de pessoas que compartilham valores semelhantes, mesmo conscientes de que as identidades são diferentes. O ser humano precisa de integração, de fazer parte de um grupo, para viver. A identidade se forma por meio dos exemplos que observamos, implicando numa autoimagem que construímos acerca de nós mesmos, e que pode ser positiva ou negativa, abarcando aspectos intelectuais, enquanto a autoestima é formada de aspectos mais subjetivos, ou emocionais, sendo o julgamento que fazemos a respeito de nós mesmos. A autoestima é formada no decorrer da vida, e suas implicações sobre a imagem que os idosos fazem de si e da fase da vida em que vivem é fundamental para compreendermos o tipo de velhice que a pessoa vive (FERREIRA; SANTOS; MAIA, 2012).

Luiz Hugo e Vilma, como são um casal, apresentaram as mesmas atitudes objetivas de enfrentamento, como a mudança de cidade temporariamente: “Porque eu fiquei trinta dias morando em Taubaté, viajando todo dia, porque minhas filhas trabalham no fórum! Então eu as trazia de carro, todo dia! Foi uma dor...” (Luiz Hugo). Aqui os aspectos extrínsecos que compreendem a mudança de cidade são marcados por aspectos intrínsecos relacionados às dificuldades práticas e emocionais dos sujeitos atreladas a tal mudança.

Ter reserva financeira foi essencial no enfrentamento do desastre, como citado por Luiz Hugo:

Não tive nada! Ajuda foi a família mesmo, se reuniu, cotizou, cada um deu sua cota e... Consertamos a casa! Foi difícil, fica caro, mas também não censuro não ter tanta ajuda do Poder Público porque tinha gente em pior situação! Tinha gente que não tinha nem onde morar, nem consertar, nem fazer nada! (Luiz Hugo)

Luiz Hugo demonstrou também uma postura solidária ao perceber que outras pessoas precisavam ainda mais do auxílio do Estado para sua recuperação. A vida em sociedade exige este altruísmo para que a harmonia prevaleça; aproveitar-se da situação de catástrofe para tirar

vantagens significaria ignorar as necessidades do próximo e as limitações que o Poder Público apresenta.

Os indivíduos não podem prosperar sozinhos. De facto, não podem funcionar sozinhos. Quando nascem, a família constitui o seu suporte de vida. Por sua vez, as famílias não podem funcionar independentemente das sociedades em que estão inseridas. As políticas que visam melhorar as normas, a coesão e as competências sociais são essenciais para que os Estados e instituições sociais atuem concertadamente na redução das vulnerabilidades. (PNUD, 2014, p. 30 – 31)

Receber ajuda do Poder Público também foi um aspecto que favoreceu o enfrentamento da enchente, pois os danos financeiros e psicológicos foram tão grandes que enfrentar sem ajuda do Estado este evento seria muito mais difícil: “Então eu acho que... o Poder Público eu acho, ele defendeu bastante a população” (Luiz Hugo).

O auxílio da prefeitura na retirada dos entulhos gerados pela destruição causada pela enchente aparece nas narrativas, mas o esforço individual em limpar as residências para torná-las novamente habitáveis é ressaltado. Esse aspecto marcou a memória dos sujeitos, representou um esforço imenso, físico e psicológico, uma vez que recomeçar a vida, a casa, já em idade avançada requer um grande ânimo e uma forte crença no futuro.

Os choques e perigos persistentes requerem políticas públicas determinadas a longo prazo, mas os sistemas de resposta de emergência podem facilitar melhor os ajustamentos a curto prazo a eventos adversos, de maneira a proteger as escolhas e minimizar os impactos a mais longo prazo (PNUD, 2014, p. 85).

As entidades religiosas representaram um importante suporte social aos idosos, como percebido nas falas dos sujeitos, que nelas se apoiam como estratégia de enfrentamento: “Eu posei uns três dias na garagem e ia lá pelo Alto do Cruzeiro até a Igreja do Rosário pra me alimentar, porque a paróquia fez um, distribuía refeição pro pessoal que tava desabrigado, né”? (Tavares).

Aqui, a Paróquia tomou a frente para promover a sobrevivência da comunidade, apesar de tal atitude ser competência do Poder Público.

As políticas no sentido de prevenir, responder e recuperar em matéria de crises devem tornar-se parte integrante das políticas e estratégias de desenvolvimento humano, especialmente em ambientes de não crise, em vez de dependerem da ajuda de emergência *ad hoc* às comunidades afetadas (PNUD, 2014, p. 109).

A união da comunidade também foi uma estratégia de enfrentamento de aspecto extrínseco, como relata Tatiana: “Ah sim! Porque na verdade ninguém tinha força... Quer dizer, unidos pra ter um pouco de força!” (Tatiana). Oliveira (2015) destaca que os idosos que têm a possibilidade de ajudar outras pessoas e a capacidade de gerir seus próprios caminhos têm maior aceitação dos eventos de vida, pois compreendem que a existência é composta de diversos elementos, sendo que, se um aspecto está em desordem, podem se apegar em outras áreas da vida, como a coletividade.

A geração de empregos decorrente da enchente, no período imediatamente após o evento, foi uma estratégia de enfrentamento eficaz, pois a reconstrução da cidade requereu um elevado contingente de mão de obra e esses postos de trabalho injetaram mais dinheiro no município. Além disso, permitiram a permanência da população em idade produtiva próxima a seus familiares idosos, já que “comprovadamente, o valor de um emprego excede claramente o dos salários auferidos, pelo que o desemprego não afeta apenas a perda de rendimento (PNUD, 2014, p. 24).”.

Até agora graças a Deus já recuperou tudo! Tudo, tudo a gente já tem, né? A gente agradece a Deus porque depois disso daí não faltou serviço também, né? Aí teve bastante emprego, bastante serviço... Aí foi melhorando as coisas de novo... (Mariana)

Os proventos da aposentadoria como renda fixa constituíram um fator de proteção que favoreceu o enfrentamento, pois muitas pessoas perderam seus locais de trabalho devido ao evento crítico, mas os aposentados podiam contar com seu pagamento: “Isso, olha! Também acho que foi a única coisa, porque minha irmã era aposentada, meu irmão também era aposentado, então já foi se ajeitando as coisas, né”? (Neia).

No Brasil a seguridade social, ao menos na época do evento aqui estudado, apoiava a quase totalidade dos idosos, divergindo de situações apontadas em outros países em desenvolvimento, o que assegurou uma diminuição da vulnerabilidade para os sujeitos da presente pesquisa, já que “os impactos das catástrofes naturais são desproporcionalmente elevados entre os grupos de baixos rendimentos, os idosos e as pessoas com deficiência” (PNUD, 2014, p. 75).

A falta de comércio para as necessidades básicas foi mais um aspecto extrínseco que dificultou a vida dos sujeitos e fez com que os não diretamente atingidos pelas águas sofressem as consequências da devastação. Fez com que até as pessoas com posses financeiras dependessem de doações para suprir suas necessidades básicas nos primeiros tempos pós-enchente:

Peguei algumas coisas assim, tipo: papel higiênico, porque não tinha loja aberta em São Luiz, peguei água, peguei... enfim, coisas que... o comércio aqui em São Luiz abriu quase um mês depois, né? Mesmo a farmácia não existia aqui em São Luiz... (Tavares)

As doações financeiras constituíram um aspecto com enorme contradição nos discursos. Os mesmos sujeitos que relatavam não ter recebido nenhuma ajuda financeira, logo na sequência narravam o recebimento de alguma ajuda, normalmente julgando-a inexpressiva. Tal incongruência é apresentada por meio dessas duas falas de Mariana:

Só não tive ajuda de dinheiro! Mas... Ajuda de dinheiro eu não tive, que muita gente aí diz que recebeu, tudo, mas eu não porque, eu fiz a inscrição de ajuda no coisa, mas o nome meu não foi no livro (Mariana)

Mas meus parentes de fora me ajudou bastante, né? Tenho bastante filho, neto pra fora, irmão, então tudo me ajudou, então eu tive dinheiro pra mim consertar a minha casa, né? (Mariana)

Pode-se inferir que a dificuldade que Mariana encarou para se recuperar da catástrofe a fez considerar as ajudas que recebeu como insignificantes, pois a necessidade que tinha era muito maior. Da mesma maneira como citado anteriormente, apesar de ser um aspecto extrínseco, os efeitos das doações financeiras impactam as pessoas também subjetivamente.

A resiliência tem a ver com a transformação das estruturas e sistemas que perpetuam a fragilidade e comprometem a resiliência. Os choques externos podem, por vezes, servir de incentivo para iniciar esta transformação. Tal pode exigir a integração de medidas de preparação e recuperação na legislação, políticas e mecanismos institucionais por forma a permitir uma boa resposta do país ou comunidade. Estas medidas, quando apoiadas por orçamentos e recursos, permitem ter em conta a preocupação com a redução de riscos em cada nível do processo de desenvolvimento, desde a comunidade até ao governo nacional. Deste modo, a redução do risco de catástrofes não constitui uma despesa adicional, um suplemento, mas sim uma componente nuclear incorporada no desenvolvimento logo desde o início (PNUD, 2014, p. 110).

Muitos sujeitos tentaram recuperar alguns objetos atingidos pela enchente, demonstrando um enfrentamento objetivo, para não ter que recomeçar do zero:

Tudo assim, novo, na caixa, que eu não usava, que a gente compra pra reserva, tudo eu não queria que jogasse fora, né... Lavei tudo! Enguiçou a máquina, tanquinho, foi muito difícil, lavava com esguicho! Cansei muito! Tava quase não aguentando, mas terminei minha etapa da limpeza, graças a Deus! (Mariana)



Mariana relata a mudança de seus filhos para outros municípios, abandonando inclusive seus pertences danificados pela enchente, como uma fuga.

O outro (filho) se apavorou, pegou a mudança e foi embora pra Vinhedo, deixou a casa tudo largada aí, ainda tive que depois até a ajudar a limpar a casa dele! Foi muito pesado, sabe? Pesado bastante mesmo, sabe? Mas Deus ainda me deu força que eu consegui fazer as limpezas! (Mariana)

O peso do serviço de limpeza após a enchente também é narrado repetidas vezes, como algo muito difícil de ser enfrentado. Além do fato de ser um serviço fisicamente pesado, tem impactos psicológicos, pois limpar sua casa após ter sido destruída por águas barrentas reflete um peso objetivo e subjetivo, sobretudo para os idosos, que perdem suas referências e lembranças, objetos de valor emocional. Além disso, todo o município estava ocupado recuperando as próprias coisas, o que dificultou encontrar ajuda para a realização da limpeza, que teve um grande impulso com a vinda de torcida organizada de futebol para fazer o serviço pesado.

Gente de fora... nem sei quem também, nem vi... Mas eles vieram, eles entraram aqui, eles entraram... E ajudaram a limpar bastante também, tiraram bastante peso de barro, e só pra tirar os móvel na rua, os coitado também sofreram... Eles ficaram muito cansados também, né? Nós tivemos bastante ajuda também pra tirar esse maior, né? Eles limparam! Eles limparam tudo o maior! Só de tirar as coisas na rua, já foi uma grande coisa, né? Porque a gente não ia aguentar... Eles tiraram, tudo gente de fora, nem sei quem que é. Mas... Compensaram bem pra gente, uma ajuda muito boa! (Mariana)

Para Mariana a ajuda recebida de pessoas desconhecidas para a realização das primeiras ações de limpeza de sua residência após a enchente se apresentaram como um desafio, porque as pessoas que vieram para ajudar, mesmo tendo boa vontade, tomaram atitudes que ela e a família não tomariam em relação aos seus pertences, colocando na rua objetos que a família estava disposta a salvar:

Porque entrou gente de fora, veio gente de fora aqui, diz que entrou nas casas e jogou tudo na rua, tudo, tudo... E os móvel de cozinha eles lavaram lá do jeito deles depois a gente veio e repetiu porque, eles tavam com caso de emergência não era pra fazer bem completo, mas eles vieram pra ajudar também, gente de fora... nem sei quem também, nem vi... Mas eles vieram, eles entraram aqui, eles entraram... (Mariana)

Mariana relatou seu protagonismo em recuperar sua residência e os pertences domésticos, enquanto seu marido cuidava de reorganizar a oficina. Esta característica é

tipicamente caipira, já que as dependências do lar são incumbências femininas enquanto o marido cuida do serviço externo.

[...] a casa é o espaço mais interior do mundo do caipira. Todos habitam o rancho e também ali há trabalho para todos. Mas ele é um domínio da mulher. Ainda que submissa por direito costumeiro às ordens do marido, a mulher de certo modo domina o cotidiano, porque é o seu trabalho doméstico que, na prática, dirige as atividades de produção da comida, do vestuário, do cuidado dos filhos (BRANDÃO, 1983, p. 73).

Recuperar o que sobrou foi mais uma estratégia de enfrentamento além das questões objetivas. A oportunidade de recuperar algo diante de tamanha destruição é um começo, mas também pode revelar a dimensão afetiva do sujeito com suas referências, sua identidade, seu apego aos objetos, caracterizando-se também com um aspecto intrínseco.

Daí ela (filha) veio pra minha casa, daí a gente catava as roupas dela, que nem roupa ela tinha! Eu sofri demais pra lavar as roupas! Lavava roupa todo dia! De manhã e à noite! Lavando roupa, lavando roupa da Fer! Porque senão, como que a pessoa vai ficar nada, né? Não tem jeito! (Tatiana)

Quando as águas baixaram, foi necessária uma estratégia de enfrentamento para deixar as casas que não foram derrubadas pelas águas habitáveis novamente:

Eu, devagarzinho, fui arrumando minha casa, porque foi preciso trocar todas as portas... Só sobrou duas lá de fora, do quintal, que é de madeira! A de madeira maciça não estragou! As outras oito portas todas ficaram... Não fechava mais, porta de banheiro. Foi trocado o reboque da casa, é... Nossa, deu uma mão de obra muito grande pra reforma da casa! E devagar eu fui arrumando. (Larissa)

Outro fator que apareceu nas falas de alguns entrevistados foi a necessidade de uma autorização da Defesa Civil para que adentrassem novamente em suas residências após o recuo das águas do rio. Isso gerou grande incômodo nas pessoas, que já estavam ansiosas por este momento, para calcular suas perdas e ganhar dimensão do fato em suas vidas particulares.

Há que se atentar para o fato de que o direito natural à vida e à incolumidade foi formalmente reconhecido pela Constituição da República Federativa do Brasil, e compete à Defesa Civil a garantia desse direito, especificamente em situações de desastres (BODSTEIN et al., 2014, p. 164).

A demanda da Defesa Civil foi muito grande, o que levou a população a desrespeitar essa ordem e retornar para suas casas o mais breve possível, como nos conta Neia: “Eu só sei que tinha água pro meio da casa ainda quando eu entrei”! (Neia). Tal ansiedade em retornar a

casa configura um aspecto intrínseco dos sujeitos, com origem na questão extrínseca: autorização da defesa civil.

Foi possível identificar uma diferença de tratamento entre as vítimas da enchente no que diz respeito ao atendimento da Defesa Civil: Tavares, que tinha amizade com um dos engenheiros responsáveis pela fiscalização e liberação dos prédios para o retorno dos moradores, conseguiu a visita rapidamente, enquanto Neia nunca recebeu tal visita e arriscou-se retornando a sua casa sem a liberação.

Tavares contou mais uma vez com sua rede de apoio para enfrentamento, tomando uma atitude coerente com a situação que vivenciava: “Precisava a Defesa Civil liberar a casa. Por sorte, o Doutor Benedito Tupã, ele, eu falei com ele, ele veio imediatamente, fez a vistoria, liberou a casa” (Tavares).

Dentro de uma visão humanista, a resiliência é vista como força ou crescimento interno, força pessoal, senso de coerência, capacidade de se pautar por metas de vida e de autotranscendência, abrangendo conteúdos como: sentir-se competente, aceitar a ajuda dos outros, olhar para o lado luminoso da vida, sentir-se o mesmo ao longo da vida e conectar-se com o presente, passado e futuro (FONTES et al., 2015, p. 15).

Como resultado das vivências difíceis durante a fase de desabrigada, Neia demonstrou ansiedade em retornar a casa, atitude compreendida como uma forma para continuar, pois as condições ainda não eram totalmente seguras quando algumas pessoas voltaram a suas residências: “Voltamos pra casa, eles (Defesa Civil) diziam que não podia voltar pra casa, só se tivesse alguém pra ver. Até hoje nós tava sem voltar porque nunca apareceu ninguém pra ver, pra perguntar! Aí depois sim”! (Neia)

Devido a esta ansiedade, Neia e sua família se sujeitaram a dormir embaixo de goteira, enfrentando os riscos, inclusive as restrições impostas pelo Poder Público. Nesse sentido, “as intervenções têm de ser simultaneamente exequíveis e flexíveis” (PNUD, 2014, p. 100) para que a proteção do indivíduo e da comunidade obtenha o sucesso desejado: “Aqui, por ser forro de PVC, então a água ficou minando, a gente escolhia um lugar que não tinha gota de água, punha o colchão e dormia! Foi muito triste, viu! Você sentia tudo...” (Neia).

Esta pressa foi uma maneira de enfrentar o evento, minimizando algumas vulnerabilidades, como a falta de abrigo.

A morte prematura do parceiro, o acesso insuficiente a cuidados físicos e de saúde a preços razoáveis, a exclusão da participação na sociedade, a falta de habitação, a perda de autonomia, a institucionalização, a falta de contactos sociais e a solidão, são, todos eles, fatores que contribuem para a vulnerabilidade dos idosos (PNUD, 2014, p. 71).

A insônia pode ser considerada a estratégia de enfrentamento possível, associada a um desajuste emocional: a resiliência dando sinais de sobrecarga na saúde mental. “Aqui, graças a Deus, a gente não ficou doente... Doente, uma doença, não! Perdia o sono, que você deitava e não dormia, você enxergava aquilo na sua frente, mas doença, doença, não!” (Neia). Esta questão ilustra o alerta do PNUD:

[...] um ambiente social e físico restrito, que, quando aliado a capacidades pessoais diminuídas e ambientes físicos e sociais restritos, os pode impedir de tirar partido de oportunidades à sua disposição e combater as ameaças que os afetam (PNUD, 2014, p. 71).

Pode-se constatar na análise das entrevistas, que a palavra *difícil* apareceu 49 vezes nos relatos dos sujeitos, o que permite inferir que a experiência de vida aqui relatada pode ser classificada como Evento Crítico:

Vivenciar? Assim, foi muito difícil, claro, porque a minha casa não pegou enchente, mas eu acolhi bastante gente, e, assim... eu fiquei quase que sem nada... pra comer e tudo mais, porque na verdade você não esperava aquilo lá, né? Você não estava preparada receber tanta gente... Acho que é isso... (silêncio). Muito difícil mesmo, eu ajudei bastante pessoas... (Tatiana)

Como aspecto intrínseco apareceu também a subcategoria regulação emocional, composta de diversos elementos, como a aceitação dos eventos de vida. A fala de Lúcio ilustra como é não ter o que fazer diante do evento vivido, somente aceitar:

Continua igual! Tem hora que a gente esquece da enchente, esquece do perdido, né? Tem que esquecer, não adianta, né? Como diz: graças a Deus a vida continua, a família todos com saúde, então não tem que lamentar muito, né? Como diz: o tempo faz a gente esquecer das coisas! O que não esquece fácil, mas tamo esquecendo sim! Tudo que é ruim passa, né? Tá passando! (silêncio) (Lúcio)

Lúcio enfrentou a situação da catástrofe aceitando o fato de que não houve morte e comprometimentos de saúde. Preferiu esquecer os prejuízos financeiros e o medo que sentiu, para seguir em frente.

O significado da velhice é construído a partir da percepção pessoal, por intermédio dos valores e experiências, crenças e atitudes que cada um internaliza, e também a partir da história interacional do indivíduo com eventos contextuais de natureza reforçadora, avaliativa e diretiva. Por ser construído socialmente, o envelhecimento adquire significados diferentes, relacionados ao gênero, à etnia, à cultura e às condições específicas de cada indivíduo. (RESENDE; NERI, 2009, p.769).

Enfrentar o evento com bom humor facilitou lidar com esse:

A minha nora pegou o armário da lavanderia, ai meu Deus! Tem hora que até eu acho graça! (risos). O armário da lavanderia e ela foi... Essa mora em Mauá, né? Esfrega, que esfrega, ela e a Rosana, a Rosana trabalhava aqui. Depois que tava limpinho, que as duas vinham carregando, o negócio blem! Despencou tudo, bateu no braço dela e machucou! Depois que tava tudo limpo, as duas iam trazer, recolher pra pôr no lugar (Larissa).

Nota-se na fala de Larissa uma postura de resiliência, pois manter o bom humor mesmo numa situação de catástrofe demonstra regulação emocional e expectativas de que as coisas não serão para sempre ruins. Pode-se considerar tais risos com um certo nervosismo mediante à situação de perdas na qual Larissa se encontrava.

A literatura gerontológica tem demonstrado que a regulação emocional se traduz em diminuição do afeto negativo com a idade. Idosos resilientes experimentam menor estresse e reatividade a ele e se recuperam mais rapidamente, apresentando poucos traços de ansiedade, sintomas depressivos e altos níveis de otimismo (FONTES et al., 2015, p. 15).

Ainda dentro da subcategoria regulação emocional, cabe à capacidade e habilidade de solução de problemas, o relato de Vilma é ilustrativo. Após a enchente, ao querer reconstruir sua casa para voltar a habitá-la, vê-se impedida pelos trâmites legais referentes ao patrimônio histórico. Para que seu problema fosse resolvido, chama a atenção pública sobre a demora na resolução dos problemas causados pela enchente, utilizando-se da seguinte estratégia:

Começou já com a faixa que eu pus, porque ele (o marido) não queria que eu colocasse a faixa. Eu falei: vou colocar! O Pedrinho ainda me deu força, Pedrinho da Rafaela (genro e filha), foi a Taubaté, eu falei o que eu queria: “Até hoje sem solução”, coloquei na antevéspera ou na véspera da visita do Geraldo Alckmin, que vinha ver a escola! Aí então agilizaram, correram, né? Liberaram a planta. (Vilma)

Os estudos sobre envelhecimento ativo valorizam este tipo de atitude, pois demonstram que o idoso mantém o controle sobre sua vida, mesmo diante de dificuldades e eventos críticos, como a perda da casa que sempre residiu devido à catástrofe da enchente. É uma demonstração de saúde e de projetos futuros, pois a vontade de reconstruir sua residência

constituiu-se um projeto a médio prazo, que requereu planejamento e um tempo para sua concretização.

Longe de significarem simplesmente perda, essas alterações são de natureza adaptativa porque permitem aos idosos poupar recursos já escassos, canalizar os remanescentes para alvos relevantes e otimizar seu funcionamento cognitivo, afetivo e social. Tal processo reflete-se em maior capacidade de calibrar o efeito da intensidade dos eventos, maior integração entre cognição e afetividade, mecanismos de defesa mais maduros, mais uso de estratégias proativas e maior satisfação com a vida (NERI, 2013, p. 35).

Galvani e Silveira (2016) ressaltam que os projetos de vida devem ter continuidade para se viver uma velhice plena: no contexto atual, em que a vida se centra no trabalho, só é possível viver plenamente após a aposentadoria. Ou seja, na velhice, o indivíduo tem oportunidade para desempenhar outros papéis sociais, que não o de trabalhador, e realizar seus projetos e sonhos, pois terá recursos financeiros, ainda que parcos – advindos de sua aposentadoria – e tempo para outro modo de viver.

A autoconfiança também contribuiu com o enfrentamento, requereu resiliência para sair da inércia e realizar muitas coisas, revertendo uma situação de risco: “Há cinco anos atrás eu tinha força! Pegava uma caixa de marmite e vinha por aqui! O soldado brigando comigo por causa de passar aqui por baixo, e levava lá em casa pra eles”! (Camila).

[...] poderemos extrair as seguintes ilações sobre a definição comumente encontrada para esta capacidade humana: resiliência sinônimo de sucesso face ao risco; resiliência como capacidade de resolver problemas; resiliência como capacidade para mudar e/ou se adaptar a circunstâncias difíceis; resiliência como capacidade de ser impermeável ao risco; resiliência algo muito, muito forte (SOUSA; RODRÍGUEZ-MIRANDA, 2015, p. 44).

Mais um elemento que demonstra a capacidade de regulação emocional pode ser exemplificado pelo trecho a seguir, no qual Lúcio conta que prefere nem pensar a respeito do que viveu para evitar relembrar o sofrimento:

Ah! Não foi fácil! Até no momento a ficha parece que não cai pra gente! Até que foi passando uns dias e a gente pensou: como é que eu consegui, ao ver tudo destruído, tudo mesmo! Então não teve jeito! Agora a gente pensa mais ou menos, mas não gosta! Como eu falei pra você, não gosto de pensar não! Eu tenho as fotos da enchente, mas não gosto de olhar não! Quando eu subo lá em cima e penso onde a água foi parar. Só por Deus, né? (Lúcio)

Há de ressaltar, que os álbuns de família, com a invenção e popularização da fotografia, servem à memória da família, de maneira fiel, nunca antes atingida, mas Lúcio sente dor ao reativar essas memórias:

É por isso que não há nada que seja mais decente, que estabeleça mais a confiança e seja mais edificante do que um álbum de família: todas as aventuras singulares que a recordação individual encerra na particularidade de um segredo são banidas e o passado comum ou, se se quiser, o mais pequeno denominador comum do passado tem um brilho presunçoso de um monumento funerário frequentado assiduamente (LE GOFF, 1982, p. 48).

Regular emoções e adaptar-se a mudanças são características associadas à resiliência, segundo Oliveira (2015). O otimismo também é apontado como característica de resiliência, bem como a capacidade de lidar com a doença, procurar e aceitar tratamento médico. Atitudes saudáveis, como boa alimentação e atividade física moderada, também são componentes da resiliência.

A adaptação diante da tragédia foi mais uma estratégia de enfrentamento, um componente da regulação emocional. Fazer o necessário diante de uma situação de risco mostra-se como um enfrentamento eficaz, como diz Tavares: “Eu pousei uns três dias na garagem e ia lá pelo Alto do Cruzeiro até a Igreja do Rosário pra me alimentar” (Tavares). Nesta fala fica clara que a rotina do entrevistado adaptou-se à situação crítica que vivia para haver sobrevivência.

O termo [resiliência] tem sido associado a indicadores de envelhecimento bem-sucedido, baixa probabilidade de doença relacionada à incapacidade, capacidade cognitiva e funcionalidade física e engajamento com a vida; boa qualidade de relacionamentos, integração à comunidade, alto uso de enfrentamento adaptativo e enfrentamento relacionado ao desenvolvimento. (FONTES et al., 2015, p. 8)

A subcategoria regulação emocional também é formada pela crença de controle, que compreende senso de competência ou autoeficácia e se refere ao julgamento que o indivíduo faz sobre sua capacidade de resolver situações com as habilidades que possui. Como exemplo de crença de controle, Vilma recita Cora Coralina:

É o que eu falo: tem de lutar! Não pode esperar cair do céu porque não cai, tem de correr... Como dizia Cora Coralina: na vida eu removi as pedras e plantei flores! Tem que ser assim, tem que remover as pedras do caminho e plantar flores! Daí você se sente vitoriosa! (Vilma)

Um dos fatores elencados por Goldstein (2000) para explicar o bem-estar na velhice é o comportamento de controle. Esse se divide entre controle primário (exercer ação sobre o

ambiente de maneira imediata) e controle secundário (ressignificação de eventos vividos para aceitar melhor o ocorrido). É uma percepção subjetiva e está relacionado à crença de controle, que, por sua vez, é dividida em duas categorias. Uma que o indivíduo atrai para si a responsabilidade de resolver as situações que vivencia e se culpa no caso delas saírem em desacordo com o esperado; e outra que o indivíduo atribui a fatores externos seu sucesso ou fracasso mediante os fatos, evitando se dedicar à resolução de problemas que poderiam ter solução.

Em relação à influência dos eventos de vida no controle e no bem-estar, Goldstein (2000, p. 61) diz o seguinte:

Os eventos de vida não previstos (aqueles que não acontecem com a maioria das pessoas) e não desejados, especialmente os relacionados à perda ou que causam uma deficiência temporária ou permanente, podem levar a uma percepção de baixo controle. Os três tipos de evento que mais ameaçam a percepção de controle e contribuem para o estado de desamparo são: doença crônica, dependência física de outras pessoas para a realização de atividades de vida diária e perda de familiares ou amigos. Esses eventos podem ocorrer em qualquer faixa etária, mas sua probabilidade aumenta na velhice.

Alguns entrevistados relataram que não precisaram de ajuda, enfrentaram a reconstrução sem o auxílio do Poder Público:

Porque nós não tivemos ajuda de governo de nada. Condephaat ajudou com uma planta que pouco valeu, porque nós fizemos tudo igualzinho como estava, né? Não modificamos nada na casa! Então o que aconteceu: eu voltei para a **Minha Casa** (ênfase nas palavras)! (Vilma)

Vilma teve atitudes de resiliência ao lutar pela reconstrução de sua residência. Ela deixou claro em sua entrevista que este sempre foi seu objetivo, reconstruir seu lar, idêntico ao que era antes da catástrofe. O sucesso que obteve nesta empreitada apresentou-se como o maior fator de proteção para sua saúde atual, pois mesmo enfrentando uma situação tão estressora quanto a “Grande Enchente de 2010”, Vilma apresenta-se saudável e satisfeita com a vida que leva atualmente, demonstrando resiliência diante do vivido.

[...] concernente ao ser humano, a resiliência não significa um retorno a um estado anterior, mas a superação (ou adaptação, como querem alguns autores) diante de uma dificuldade considerada um risco e a possibilidade de construção de novos caminhos de vida e de um processo de subjetivação a partir do enfrentamento de situações estressantes e/ou traumáticas. Desta forma, seria uma capacidade (singular e também socialmente adquirida) de sair-se bem frente a fatores potencialmente estressores (LINDSTRÖM, 2001; VANISTENDAEL, 1999, *apud* FORTES et al., 2009, p 456).



Muitos entrevistados narraram a importância da religiosidade para ajudar no enfrentamento do desastre. Brandão (2011) relata que as práticas religiosas por vezes servem para a manutenção de laços sociais e afetivos, pois todos que praticam a mesma religião mantêm-se próximos, demonstrando aqui uma característica cultural da religiosidade/espiritualidade.

Olha... Fé! É isso aí! Não tem outro caminho! Minha mulher já fala: é força do Espírito Santo, isso aí ela fala, com a maior tranquilidade e com firmeza! Por que eu vou falar pra você: a perspectiva é sombria, bastante... [...] Acho que minha mulher tá certa! É o Espírito Santo! Quer dizer, é que nós temos fé, quer dizer, graças a Deus, né? Tamo aí agora! Tudo normalizado! Graças a Deus! (Luiz Hugo)

Candido (2001) aponta que o processo de urbanização pelo qual o caipira passou requereu adaptações do seu estilo de vida para o qual seu tipo físico subnutrido não estava preparado e suas relações lúdico-religiosas também não se encaixavam, já que o trabalho para o consumo de bens exigia mais dias de dedicação, faltando tempo para os festejos religiosos. A tecnologia foi alterando os hábitos, mas as relações sociais são mais difíceis de serem alteradas, vindo à tona na situação de penúria que se instituiu pelo evento crítico.

Ajudar é uma estratégia de enfrentamento que dá sentido à vida. Larissa narra que seus filhos queriam que ela deixasse São Luiz do Paraitinga após a enchente, mas ela percebia uma grande demanda de ajuda para o restabelecimento da população, portanto não cedeu ao apelo de seus familiares e enfrentou a catástrofe ajudando quem lhe procurasse: “Eu falei: mas eu não posso sair daqui! Eu não posso... Eu não posso sair daqui! Eu tinha muito o que fazer aqui! Eu não podia mesmo sair daqui! O pouco, pouco que eu fiz, mas é... Eu não parei assim”! (Larissa).

Saber lidar com os eventos estressores é uma das características das pessoas que tendem à resiliência. Oliveira (2015) aponta que auxiliar as pessoas em determinadas situações estimula a resiliência, ou seja, ajudar faz bem.

A pesquisa realizada por Collus e Tótora (2016) com idosos refugiados salienta que, mesmo em idade avançada, existe uma vontade de recomeçar entre essas pessoas, o que corrobora a ideia de que a vida continua mesmo nos anos mais tardios. Nesse sentido, o idoso precisa ser visto pela família e sociedade como um bem valioso e envelhecer ativamente envolve melhorar sua qualidade de vida à medida que o tempo passa. “A longevidade traz novos desafios para as sociedades e para os indivíduos, entre os quais se destaca o de criar/manter condições que favoreçam a atualização permanente de potencialidades vitais” (MIRABELLI; FONSECA, 2016, p. 383).

Aceitar a ajuda oferecida pelos amigos é uma estratégia de enfrentamento, pois representa que o sujeito reconhece sua situação de vulnerabilidade e admite ser ajudado:

Então fomos ajudados pelos amigos! A comer e beber... Porque não tinha nem o que comer e beber quase... Daí passamos uns dias lá! A Dona Lena fazia janta pra nós, um panelão de comida pra todo mundo comer, que tava lá, né? Que precisou correr pra lá. (Lúcio)

Esta narrativa mostra a potencialização da vulnerabilidade, em que o idoso, com poucos recursos financeiros, só sobrevive devido à solidariedade alheia. Certamente, este fator precisa ser revisto pelo Poder Público, que tem como dever proteger a sociedade e prover condições de desenvolvimento para todos seus membros.

Acresce que à medida que envelhecem as pessoas se tornam, geralmente, física, mental e economicamente mais vulneráveis. A pobreza crônica é mais frequente na velhice, uma vez que a falta de oportunidades e segurança econômicas em fases anteriores da vida se acumula, traduzindo-se em vulnerabilidades na velhice. As desvantagens cumulativas em fases anteriores da vida também implicam a transferência da pobreza de geração em geração. (PNUD, 2014, p. 71).

O altruísmo foi uma forma de enfrentar o evento crítico, como relatou Tatiana:

Vendo a dor de cada um que perdeu e eu não perdi nada! Vendo a dor de cada um você sente também... Eu não perdi, mas a minha filha ficou sem nada, nada, nada, nada! E não só ela! Aqui em São Luiz é uma cidade que todo mundo é amigo, né? Todo mundo conhece todo mundo e você acaba sentindo, né? Não tem jeito... (Tatiana)

Este senso de coletividade e de altruísmo presente na fala de Tatiana é recorrente na população de São Luiz do Paraitinga, que, sendo uma “família”, atua como uma característica que minimiza a vulnerabilidade. “A ação coletiva pode reestruturar os sistemas globais de uma forma que incute nas pessoas novas capacidades em vez de gerar novas vulnerabilidades, exacerbando a insegurança existente (PNUD, 2014, p. 120).”

O afeto positivo aparece nas estratégias de enfrentamento, pois encarar as dificuldades da vida fica mais fácil quando há um amparo afetivo:

Tivemos que reconstruir desde a casinha que eu moro, precisou um amigo meu... Que me ajudou a construir... Senão eu não tava morando aqui... Nem loja eu tinha mais... Se não fosse a força dos amigos... Alguns amigos de Taubaté que me salvaram... Com o que comer... Também! (Lúcio)

Ter amigos para dividir as dificuldades e alegrias da vida é fundamental para a saúde em qualquer fase da vida, mas envelhecer e manter esta rede de contatos é um aspecto de

valorização da caminhada de vida. Quando o indivíduo chega à velhice e de uma só vez tem sua residência danificada, seu comércio destruído, a saúde da família abalada, como relatado por Lúcio na entrevista, ter uma rede social que o apoie para recomeçar foi fundamental para incrementar o potencial de resiliência deste sujeito.

O envelhecimento e a doença crônica acarretam diversas perdas aos idosos, como a perda de autonomia e diminuição da qualidade de vida. O suporte social do idoso é muito importante para facilitar sua adaptação neste processo de enfrentamento. Os recursos sociais ajudam a proteger os idosos de sentimentos negativos, depressão e estresse [...] Além da família, o suporte social pode ser oferecido por amigos e colegas de atividades como grupos de terceira idade e promove sentimentos positivos, constituindo-se, também, como uma estratégia de enfrentamento. (ROCHA; CIOSAK, 2014, p. 95).

Enfrentar o desastre demandou mudanças em relação à higiene pessoal, que não pôde ser priorizada enquanto havia o risco de morte:

Ela disse: do que você está precisando? No momento, era absorvente pras meninas que tava tudo precisando... Calcinha, soutien... Soutien nem era tanto! Soutien você tirava e lavava, se secava tudo bem, se não secava era a mesma coisa! Mas calcinha, cueca e absorvente tava necessitando! Ela trouxe pra mim! (Camila)

Estas questões eram tipicamente femininas e o enfrentamento baseado na solidariedade e no altruísmo, com o papel social da mulher, foi fundamental para com as necessidades de toda a família.

As catástrofes naturais e as alterações climáticas agravam frequentemente a desigualdade e a discriminação, nomeadamente as baseadas no género. Mas o empoderamento e a intervenção das mulheres podem reduzir essas vulnerabilidades. (PNUD, 2014, p. 77).

Repassar o excesso de doação também foi uma estratégia objetiva de enfrentamento:

E então veio muita doação, inclusive a minha sala virou uma loja! O outro quarto, minha filha, outra filha. Meus filhos uma mora em Mauá e tem minha filha que mora em Mogi das Cruzes, vinha com camionete, às vezes, não deixavam nem ela entrar, precisava ficar se identificando, que não podia, né, devido aos regulamentos. Ela dizia: Não, mas é doação e tal. Quantidades de leite e água, tanta coisa que o povo doaram mesmo! E a própria família também! Meu genro, meu filho lá em Santo André, fizeram campanha, veio muita coisa! Veio tanta coisa, assim, de roupa de cama novinhas de loja, que depois que todo mundo foi levado, meu filho saiu de camionete, ele e minha nora, andaram por aí pelas roças. Pode até ser que escapou muita gente, mas sobrou tanto que quatro vezes meu filho foi com o carro lotadinho lá pra Ubatuba pra levar nos bairros carentes. (Larissa)

A postura de Larissa de solidariedade reforça a ideia de sociedade coesa, pois demonstra preocupação com todos e esforço em fazer o seu melhor para minimizar a dor alheia, promovendo um mínimo de desenvolvimento humano nas pessoas que conseguir atingir com sua solidariedade. Candido (2001) explica que o bairro funciona sob a solidariedade e que os bairros vizinhos se complementam, auxiliando-os mutuamente de acordo com as necessidades, de maneira similar ao auxílio<sup>11</sup> que acontece entre os caipiras. Estas relações de complementariedade foram constatadas pela presente pesquisa, pois os sujeitos narraram o recebimento de doações e auxílios de outras cidades da região.

Uma sociedade socialmente coesa é uma sociedade que trabalha para o bem-estar de todos os seus membros, que combate a exclusão e a marginalização, que cria um sentimento de pertença, promove a confiança e oferece aos seus membros a oportunidade de mobilidade ascendente (PNUD, 2014, p. 80).

Enfrentar o recomeço do comércio, da residência e da vida foi difícil, mais um desafio enfrentado pelos sujeitos da pesquisa, pois as águas destruíram quase tudo por onde passaram. No exemplo a seguir, fala-se em recomeçar o comércio, sustento da família toda, mas além disso, a residência também havia sido danificada e o recomeço ia além dos bens materiais. A solidariedade também ficou explícita na fala de Lúcio, que recebeu ajuda de um amigo para esse recomeço, portanto, a maneira de enfrentar tal recomeço se baseou na solidariedade:

É... o jeito de recomeçar, porque foi difícil... Eu não tinha saída... Não tinha reserva de... de... capital... Como eu perdi tudo, eu não tinha, essa foi a dificuldade... Que se um amigo meu... vendedor... representante da loja lá não arrumasse pra mim, desde um cara lá de São José que eu nem conheço ele! Esse amigo meu foi lá e lá ele pediu ajuda e o cara trouxe deve ser hoje no valor de 10.000 reais de mercadoria pra recomeçar a loja... (Lúcio)

Observa-se aqui, que o processo de resiliência de Lúcio foi suficientemente forte para não sucumbir à vulnerabilidade de toda a situação da enchente.

As políticas ativas com vista à construção da comunidade, à remoção das barreiras à expressão individual e ao reforço das normas destinadas a ajudar os mais necessitados, podem todas elas ser necessárias para reforçar a resiliência. Uma boa forma de caracterizar esta relação é dizer que se trata da transição “da vulnerabilidade para a resiliência”. (PNUD, 2014, p. 17)

Estas relações de solidariedade que se apresentaram em São Luiz do Paraitinga, contrariam a ideia de mutirão como forma de ajuda, veiculada socialmente. Constituem muito

---

<sup>11</sup> Um tipo de ajuda similar ao mutirão, mas a qual não é solicitada pelo proprietário, e sim oferecida pela comunidade ao perceber a necessidade do outro.

mais o conceito de “terno” apresentado por Candido (2001) para explicar relações de solidariedade nas quais os vizinhos ofereciam seu trabalho, sem o pedido do proprietário, ao observarem a necessidade, dispensando com isso a oferta de festa em retribuição. Em nenhum momento apareceu este termo nas falas dos sujeitos, mas as atitudes se assemelham, o que leva a considerá-lo. Na região é referido o termo “ajuda” ou “ajutório”, que Candido (2001) não considera sinônimos, mas percebe sua semelhança nas relações.

Sair de casa também foi uma estratégia de enfrentamento, já que a maior parte dos idosos não gosta muito de deixar seu lar, ainda mais sem perspectiva de retorno, como no evento aqui analisado, mas as condições em que as residências ficaram exigiram este enfrentamento:

Daí lá eu fiquei, depois que esvaziaram que limparam tudinho aqui, não deu pra ficar aqui. Aí foi que eu fiquei quatro meses na roça, esperando sair o... o... aquele cheiro, aquela coisa que tava... que Nossa Senhora! Não tinha jeito, viu? (Maíra)

Como estratégia de enfrentamento objetiva, o relato de Vilma narra o aluguel de uma residência para retornar a São Luiz do Paraitinga:

Então deu certo que nós conseguimos alugar uma casa no Verdeperto, nós ficamos lá mais ou menos um mês, depois vagou uma casa aqui, na Rua Barão, porque eu estou com 76 anos e nunca saí da Rua Barão! Pra mim foi um pesadelo, né? Porque eu nasci na rua, na esquina, morei lá até os 25, depois me casei e vim embora pra cá! Então faz 76 anos que eu moro na Rua Barão! Tenho a impressão que eu sou a moradora mais velha da Rua Barão! Moradora! Então foi um choque mesmo, eu estar fora do meu aconchego, do meu canto (silêncio). (Vilma)

As promessas de ajuda que não se concretizaram transformaram-se num desafio, como conta o Lúcio, dificultando o enfrentamento do evento:

E até hoje eu luto, lido com um pouco de dificuldade, porque a promessa de ajudar foi muito... Mas na verdade, ninguém ajudou em nada! Ficou só por minha conta e como eu já falei: alguns amigos ajudaram a reconstruir e começar o negócio de novo! E tamo lutando até hoje, pagando até alguma conta **ainda** (ênfase)! Como diz: o governo até prometeu tanto... mas nada deu... Nem governo, nem prefeito, nem vereador, nem nada! (Lúcio)

Lúcio se ressentiu muito desta falta de apoio do Poder Público, pois seu papel social de provedor da sua família foi devastado pela enchente, visto que o comércio era seu ganha-pão e fora totalmente destruído. Portanto, além da falta financeira, houve essa ausência do papel social, com impactos psicológicos.

A reduzida capacidade para auferir rendimentos pessoais e contribuir para o rendimento familiar, mesmo que indiretamente, tem claras implicações para a dignidade e o protagonismo das pessoas idosas no seio da família. Mesmo quando as pessoas mais velhas são apoiadas pela sua família no que respeita à alimentação e alojamento, o facto de não terem os seus próprios recursos pode afetar a sua autonomia e capacidade de escolha e levar a que sejam potencialmente encaradas como um fardo (PNUD, 2014, p. 71).

Durante a análise das entrevistas, examinou-se que os sujeitos que apresentaram uma atitude de antecipação na resolução de problemas como enfrentamento, tiveram uma exposição menor aos riscos e passaram por menos dificuldade durante os momentos seguintes à enchente, como narra Larissa:

Quando eu vi que a água tava se aproximando da minha casa eu peguei minha bolsa com documento e pus dentro do carro e me preveni assim! Aí deu pra pegar uma boa parte das coisas, né? E pôr no alto! Inclusive geladeira eles ergueram, puseram em cima desse balcão (aponta o local). Mas a geladeira também estragou, perdeu, porque pegou, né? Tudo o que deu pra gente acudir foi feito! (Larissa)

Este protagonismo para enfrentar o problema, sabendo que seria impossível impedir que as águas chegassem até a casa, mas fazendo o necessário para passar pela catástrofe com o menor sofrimento possível mostra uma postura de resiliência.

Larissa precisou fazer uma viagem de emergência nos dias subsequentes à enchente, mas considera que isso lhe atrapalhou depois para receber ajuda do Poder Público, já que os cadastros aconteceram assim que as águas baixaram: “Na época também, meu sobrinho de quarenta e cinco anos que mora em Belo Horizonte faleceu. Bem nos dias da enchente. E eu acabei indo pra lá e ficando dez dias com a minha cunhada” (Larissa).

Tatiana demonstrou uma postura de alteridade ao considerar que sofreu mais que os outros, ainda que sua residência não tenha sido diretamente atingida pelas águas, mas o sofrimento de sua filha a comoveu:

Eu sofri vendo minha filha com a casa toda preta de barro, ela chorava... Ela perdeu tudo, a Fer perdeu tudo, ela não aproveitou nada! Então como que você não vai ficar triste, né? Sofre junto... Ou até mais... Porque se tratando de filho... Meus filhos pra mim, eu amo mais eles que a mim mesma! Então eu sofri demais! Sofri demais! (Tatiana)

Desse modo, neste eixo de análise foram discutidos os aspectos extrínsecos e intrínsecos, que favoreceram atitudes de resiliência frente à enchente. Alguns sujeitos

demonstram maior recuperação, outros, ainda lidam com dificuldades, mas os sujeitos aqui entrevistados não desistiram em retomar suas vidas após este evento crítico.

#### 4.4 Eixo Vida após a enchente

O evento aqui analisado teve impactos imediatos e de longo prazo, obrigando os sujeitos a mudarem seus hábitos cotidianos de vida após a enchente. Este eixo abarca as narrativas sobre este período e apresenta como categorias as condições adaptativas do sujeito, do ambiente e do poder público, cada uma se desdobrando em subcategorias.

Quadro 4. Vida após a enchente

CATEGORIAS		SUBCATEGORIAS	SEGMENTO ILUSTRATIVO
Condições adaptativas	Do sujeito	Prejuízos à saúde; Perda do comércio que sustentava a família; Ver a falência do filho; Esperança de que o evento não se repita; Fé; Aceitação dos eventos de vida; Afeto positivo; Recomeçar; Retorno ao cotidiano.	“Nós ficamos cinco meses sem trabalhar! Até que nós viemos para cá! Não foi fácil! A coisa mais difícil desse mundo!” (Camila)
	Do ambiente	Nova residência; Reconstrução da cidade.	“Não tem muito o que falar, porque a cidade ainda não foi construída até agora, de verdade, né? Ficamos sem... Como você vê, a praça que não foi reconstruída bem até agora... Porque eu não sei... Mas é isso!” (Lúcio).
	Do Poder Público	Crise político-econômica atual; Alto custo de vida na cidade.	“Nunca passei uma crise como a que nós estamos passando hoje... Passei várias! De governo mesmo! Mas como essa, não! Veio junto! A enchente, a crise, e tem que pedir força pra Deus pra gente aguentar, porque senão não aguenta!” (Camila)

Em relação às Condições Adaptativas do Sujeito, aparece como fator de risco os prejuízos à saúde, inclusive os casos de morte após a enchente, que podem ser decorrentes do choque psicológico sofrido:

A gente tava bem, daí foi dando umas dor em mim, eu fiquei agora... Agora só ando aqui dentro de casa... E saio encostada assim pra ir no médico só e já pra casa. Pro'cê ver... Pra mim foi um choque muito grande! Antes da enchente eu saía, depois da enchente eu não saí mais! Se eu saio, às vezes, é só pra ir no banco, às vezes, precisa ir assinar alguma coisa, é só pra ir lá que não tem jeito, ainda com os outros ajudando eu, encostada assim... (Maíra)

Tavares deixa explícita a sua preocupação com a saúde e a forma de enfrentamento que adotou mediante o risco iminente de perder a vida nos dias subsequentes à enchente:

Estava ainda na reconstrução, eu estava sentado numa outra sala, na sala onde eu tenho os livros, e comecei a sentir umas palpitações no coração, e tal... Eu falei: e... o que será isso, eu nunca tive isso? Daí eu fui lá na Santa Casa, era de noite já! Daí o médico fez chapa, e tal... Até me assustou, falou que eu ia precisar de marca-passos e tal... Daí no dia seguinte eu marquei uma consulta com o meu cardiologista, que já é meu médico mesmo! Daí ele examinou, examinou e falou: olha, você não tem nada! No coração você não tem nada! O que você tem agora é depressão! Resultado de depressão! Ele deu um remédio, mandou tomar um remédio, me encaminhou pra uma infectologista pra ver se a enchente, por causa da lama e tal, se não tinha causado nada, ela viu que não, falou que se dentro de 45 dias, passado o evento dentro de 45 dias, não tiver nada, não tiver nenhuma infecção, então não tem mais perigo! (Tavares)

Constata-se que os danos da enchente configuraram um risco à saúde, pois expôs esses sujeitos a situações com as quais não estavam acostumados a lidar. Contudo, Tavares tinha recursos financeiros e psicológicos para buscar ajuda, quando percebeu que havia algo de diferente consigo. Tudo indica que seu bom estado de saúde anterior atuou como elemento de proteção frente à adversidade. Uma boa avaliação sobre a própria condição de saúde é um aspecto fundamental na chamada saúde percebida, presente na ideia de envelhecimento ativo, pois demonstrar preocupação com a própria saúde representa senso de ajustamento psicológico e expectativas de continuar a viver.

Na velhice, a prevalência de incapacidade funcional, de déficit cognitivo, de doenças crônicas e de sintomas depressivos é maior entre os indivíduos mais velhos, as mulheres e os idosos com nível mais baixo de renda e de escolaridade. O apoio social informal e a maneira como o idoso percebe a própria saúde apresentam-se como recursos protetores que facilitam a adaptação dos idosos às perdas associadas ao envelhecimento (RODRIGUES; NERI, 2012, p. 2130).



Maíra narrou como um desafio de sua vida, após a enchente, ver a falência do filho. Episódio que impactou sua saúde. Podem ser observado certo desalento e tristeza, uma vez que a fábrica onde o filho trabalha foi fundada pelo seu marido e é de lá que veio o sustento de toda a sua família no passado.

Desde isso [a enchente] ele não conseguiu levantar... Ele [o filho] sempre tá... Pro'cê ver... As máquinas molhou com aquela enchente, encheu aquilo lá de água e... não sei... parece que não trabalha direito, toda vez quebra uma coisa, quebra outra... Porque na enchente, as coisa de madeira precisou fazer tudo, nossa, oi o que foi... Eu não sei nem contar mais... Eu não sei nem contar! De tanta coisa que aconteceu... (silêncio) (Maíra)

Assim, o sofrimento de Maíra vai além dos prejuízos e dificuldades enfrentadas pelo seu filho na atualidade, está relacionado às lembranças dela e ao medo da escassez de provimentos.

A perda de familiares e da comunidade, a perda de casas e de meios de subsistência, a deslocação e o desmembramento podem gerar consequências mentais graves, que afetam muitas decisões das famílias, incluindo a migração (PNUD, 2014, p. 81).

Diversos sentimentos negativos ganharam força entre os sujeitos da pesquisa, como o medo, um fator de risco com o qual passaram a conviver após a enchente:

Medo! Medo! Antes quando dava uma enchente que chegava até ali no Quatro Cantos, nem ligava! Hoje quando a água sai um pouquinho do rio, eu já fico extremamente preocupado! Isso aí, sete anos depois, isso ficou na minha cabeça! (Tavares)

Você fica apavorado e com pensamento na cabeça dia e noite: será que vai acontecer de novo? Será que vai vim de novo? Só que se a gente esperar a gente corre! Agora essa enchente pegou nós quase de surpresa, né? Ela foi quase de surpresa, né? A gente tá acostumado com enchente pequena, mas essa foi avisado já meio em cima da hora, né? Então não deu tempo de acudir as coisas, né? Porque pode encostar um caminhão e tirar as coisa e você não perder, né? Mas em cima da hora, como é que você vai fazer? (Mariana)

São Luiz do Paraitinga continua vulnerável a enchentes, em virtude de se localizar às margens do rio Paraitinga. Mudar tal vulnerabilidade apresenta-se um desafio, pois requer um equilíbrio entre questões culturais, sociais, ambientais, econômicas e afetivas, seria necessário reconstruir a cidade num outro espaço geográfico. Esta hipótese foi levantada nos momentos subsequentes à enchente, mas enfaticamente refutada pela população. Algumas medidas foram tomadas para minimizar tal vulnerabilidade, mas não sua total eliminação.

A maioria das vulnerabilidades continua a apresentar um caráter persistente - uma consequência da marginalização social, da insuficiência dos serviços públicos e outras falhas da ação política. A vulnerabilidade persistente é reflexo de profundas insuficiências nas políticas e instituições públicas, nas normas sociais e na oferta de serviços públicos, incluindo a discriminação passada e presente contra grupos em razão da raça, religião, gênero e outros elementos identitários. É igualmente reveladora da incapacidade ou indisponibilidade do Estado ou da sociedade para antecipar e proteger as pessoas vulneráveis contra choques externos severos, muitos dos quais previsíveis, ainda que não no seu impacto ou momento de ocorrência (PNUD, 2014, p. 12).

Viver com os objetos ensacados para o caso de outra enchente também é uma estratégia de enfrentamento que Mariana contou, sendo mais uma faceta do medo que se instalou nos sujeitos da pesquisa: “Eu ainda tenho tudo ali ensacado, que ainda não terminou o tempo de chuva, né? Então Deus me livre acontecer, se parar um carro aqui eu tiro muita coisa, pra não acontecer da gente perder de novo, né?” (Mariana).

Na literatura sobre envelhecimento, os termos adaptação e superação aparecem lado a lado, e embora controversos, são associados ao desenvolvimento humano. Oliveira (2015), após uma análise crítica da literatura sobre resiliência, constata que o indivíduo com características de resiliência supera as adversidades e se desenvolve por meio delas. Isso pode ser percebido na fala acima, mediante as dificuldades causadas pelo desastre. Mariana ativou uma adaptação positiva e se prepara para o caso de nova enchente se organizando para minimizar os prejuízos.

O susto foi mais um desafio: “Foi muito importante e muito o susto que a gente levou, que nós já fiquemos com expectativa assim, apavorante, que quando dá, arma uma chuva, nós já tá em desespero! Eu principalmente, fiquei muito nervosa com chuva”! (Mariana). Este sentimento pode ser justificado pelas ações do Poder Público decorrentes do evento como apresentado a seguir:

Devido à inexistência de um planejamento para a execução das reformas, a cidade continua carente de serviços básicos coletivos, também necessários ao desenvolvimento turístico, como uma coleta eficiente de lixo nos momentos de pico de visitação, uma nova rede de coleta de esgotos, um sistema viário eficiente, melhorias no calçamento no entorno do centro histórico, uma nova rede de distribuição de energia elétrica, melhoria na sinalização, além da ausência de projetos que amenizem os efeitos das enchentes que ocorrem todos os anos durante os meses de janeiro, fevereiro e março. Enfim, uma série de medidas que deveriam ser tomadas visando melhorar o cotidiano local, antes da implantação de obras de requalificação da paisagem urbana enquanto atrativo turístico. (SANTOS, 2010, p.165).

Sobre a adaptação diante da tragédia, o relato de Camila é exemplar, pois foi obrigada pelas circunstâncias a mudar seu ponto comercial, deixando para trás recordações de uma vida inteira de trabalho: “Nós ficamos cinco meses sem trabalhar! Até que nós viemos pra cá! Não foi fácil! A coisa mais difícil desse mundo”! (Camila). Esta perda do comércio que sustentava a família foi um desafio para Camila e Lúcio, lembrando que “O trabalho é uma das principais fontes de segurança das pessoas. O emprego fornece e mantém a subsistência, mas ainda mais importante para a redução da vulnerabilidade é o acesso a empregos dignos, com as necessárias proteções sociais” (PNUD, 2014, p. 20).

[...] nós estávamos lá em casa e eu vim pra cidade... A Ana encontrou comigo na rua e perguntou: o Camila, o que você está fazendo na rua? Eu falei: vou trabalhar onde? Não tenho onde trabalhar... (Camila)

Ah! Fora a dificuldade de comércio não mudou nada, né? Dificuldade de comércio mudou, porque, lógico, né? Você ter que começar de novo, não foi fácil começar de novo, eu até hoje lamento o que perdeu (Lúcio)

O retorno ao cotidiano sugere que as condições adaptativas utilizadas por estes sujeitos foram eficazes:

Eu amo a minha cidade! Como eu sou luizense nata e de coração, para mim é a mesma coisa! Não viveria fora daqui! Não consigo viver fora daqui! Eu gosto de paz, de silêncio, de observar a natureza! Dessas coisas! De música de leitura, sabe? Até de trabalhos manuais... Eu gosto de um crochezinho... Pra mim está ótimo, não precisa vida melhor! (Vilma)

Mas eu falo pro'cê: continuo com a mesma vida que eu tinha antes, quer dizer! É cidade calma, essa pracinha aí pra gente descansar, os amigos já diminuíram bastante, mas de modo geral é o que eu falei pra você, só tenho que agradecer a Deus, porque por tudo recuperado, Deus ajudou muito! (Luiz Hugo)

Certeau (1996) parte da ideia de que o cotidiano, apesar de ser maçante e cansativo devido a sua repetitividade, é importante para a sensação de realização e prazer nas pessoas. É o cotidiano que nos dá diariamente a sensação de que vencemos, de que as tarefas foram cumpridas e que mais um passo pode ser dado.

Outro fator de proteção subjetivo relativo à vida após a enchente é a fé, um facilitador das condições adaptativas do sujeito:

Torço para que demore os mesmos 100 anos da maior enchente que teve aqui que, segundo consta, em 1886 por aí, não sei, mais ou menos, que as águas chegaram na porta, na calçada da Igreja ali, né? Essa não! Essa foi na Igreja! Não foi brincadeira! Que não ocorra mais, se Deus quiser! Mas... acho que tá... Já choveu bastante esses tempos aí, não ocorreu nada, quem

sabe que Deus vai ter dó da gente! Vamos ver... Esperemos! Rezemos!!!  
(Luiz Hugo)

Os idosos tendem a se aproximar das práticas religiosas para aumentar sua compreensão sobre sua vida e facilitar a integração do ego (NERI, 2013). Assim, a religião configura-se um fator de proteção num momento crítico, do qual se pode lançar mão como estratégia de enfrentamento.

Não é brincadeira não! É difícil! Então eu não tenho como dizer... Acho que minha mulher tá certa! É o Espírito Santo! Quer dizer, é que nós temos fé, quer dizer, graças a Deus, né? Tamo aí agora! Tudo normalizado! Graças a Deus! (Luiz Hugo)

A esperança de que o evento não se repita é uma estratégia de enfrentamento que tangencia a vida após a enchente: “Esperamos em Deus que não aconteça outra”! (risos) (Mariana). Os risos expressos por Mariana ao reconhecer que não está livre de uma nova enchente podem demonstrar nervosismo e medo.

Quando a prevenção não é possível, os efeitos podem ser atenuados através do reforço das capacidades de resposta e da preparação. As catástrofes naturais não podem ser evitadas, mas os sistemas ambientais e a atividade sísmica podem ser monitorizados, e os sistemas de alerta precoce podem salvar vidas. (PNUD, 2014, p. 15).

A aceitação dos eventos de vida surge como uma estratégia de enfrentamento, exemplificada da seguinte maneira:

Mas acabou tudo, passou tudo, nós estamos vivendo do mesmo jeito, a nossa mocidade está aí vivendo, estudando, trabalhando, com um pouco de dificuldade... Que São Luiz já era um núcleo mesmo sem muita oferta de trabalho. Mas nós estamos vendo que está havendo progresso! (Vilma)

Tal estratégia também é ilustrada na fala de Mariana, que, por residir próxima ao rio Paraitinga já está acostumada com enchentes, tanto que construiu um piso mais alto em sua residência para não precisar ficar desabrigada durante as cheias comuns. Na tentativa de se abrigar neste segundo andar, Mariana e seu marido se sentiram em risco de morte, mas é possível perceber que houve a aceitação deste evento de vida. A gratidão também é uma estratégia de enfrentamento que marca a vida após a enchente, pois “Mesmo na presença de perdas, que podem ser reduzidas ou ampliadas de acordo com as condições da pessoa, o ser humano sempre aspirou a viver longamente, com autonomia e com boa saúde, tendo uma boa velhice” (RESENDE; NERI, 2009, p.769).

Graças a Deus saímos pela janela, por cima da casa, aí erguemos o fio pra poder passar, foi muito susto. O susto porque a gente nunca esperava uma coisa dessas, né? Mas graças a Deus, Deus guardou a vida de todo mundo aqui em São Luiz, né? Não aconteceu nenhum morto, não morreu ninguém, então a gente levou essa queda muito grande, né? Foram grandes os prejuízos, mas isso aí a gente consegue outro, né? Todo mundo levou prejuízo, isso aí não foi só a gente. (Mariana)

Albuquerque (2008) ressalta a necessidade de preparar a comunidade para os possíveis riscos, afim de mitigar seus efeitos. Em São Luiz do Paraitinga, essa preparação existe de maneira não sistematizada. A comunidade convive com os efeitos das enchentes esporadicamente e foi a responsável pelo salvamento das pessoas através dos “Anjos do Rafting”.

O suporte social do idoso é muito importante para facilitar sua adaptação neste processo de enfrentamento. Os recursos sociais ajudam a proteger os idosos de sentimentos negativos, depressão e estresse. O sentimento de pertencimento para indivíduos inseridos no seio familiar é importante para boa saúde psicológica e qualidade de vida. Além da família, o suporte social pode ser oferecido por amigos e colegas de atividades como grupos de terceira idade e promove sentimentos positivos, constituindo-se, também, como uma estratégia de enfrentamento. Infelizmente muitos idosos não dispõem de uma rede de suporte social mínima, e acabam sofrendo com o abandono e distância dos familiares (ROCHA; CIOSACK, 2014, p.95).

Recomeçar foi um desafio que exigiu recursos financeiros e psicológicos para enfrentar a situação: “Tivemos que comprar tudo! Tudo! Desde a primeira coisa que a dona de casa usa: uma colherinha, tinha que comprar! Um copinho, tinha que comprar”! (Luiz Hugo).

Talvez a valorização pela qual passou São Luiz do Paraitinga e está passando, se deve ao processo de valorização do local em contraposição ao global.

[...] ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a *diferença* e com a mercantilização da etnia e da “alteridade”. Há, juntamente com o impacto do “global”, um novo interesse pelo “local”. A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de “nichos” de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como “substituindo” o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre “o global” e “o local”. (HALL, 2005, p. 77, grifos do autor).

Esta perspectiva pode se juntar à de Halbwachs (1990), quando lembra que para Auguste Comte a estabilidade das coisas que estão ao nosso redor dá segurança para que sentir emoções variadas sem perder a sanidade. Nossas memórias se apoiam nesse cenário imóvel, até mesmo algumas patologias são diagnosticadas mediante o não reconhecimento do

espaço; os seres humanos sentem-se perdidos se não reconhecerem o espaço onde vivem. As nossas localidades refletem quem somos e nossos espaços são refletidos em nosso comportamento, portanto, alterações espaciais interferem na identidade do sujeito.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar a ‘identidade’, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (LE GOFF, 1982, p. 57).

A negligência do Poder Público e a falta de recursos dos proprietários dos imóveis para realizar a preservação desses, faz com que muitos deles deixem-nos caírem, vendam ou realizem obras emergenciais sem os cuidados necessários para a preservação histórica.

Foram iniciadas uma série de intervenções urbanas na cidade, em áreas que sustentavam ricas práticas de sociabilidade local, como a Praça Oswaldo Cruz e o Mercado Municipal, sem levar em conta que estas áreas terão suas funções e seus usos cotidianos alterados, podendo desencadear um resultado inverso do esperado pelo poder público, ou seja, o desmantelamento de grande parte da expressão cultural local que, baseada em práticas cotidianas tradicionais expressavam um modo de vida que funcionava também como um atrativo turístico do lugar. Sua vida simples e pacata, as rodinhas de contadores de causos, o pouco movimento de automóveis e transeuntes são tão atrativos ao turista dos grandes centros urbanos quanto uma procissão religiosa, embora sejam práticas locais negligenciadas pelo poder público. (SANTOS, 2010, p.163).

Mudar de hábitos foi outro desafio a ser enfrentado na vida após a enchente, pois os recursos parcos exigiam sacrifícios em prol da sobrevivência:

É você não saber que lado você vai, no que você pega, diminuir todos os gastos porque não sabia como a gente ia sobreviver... O desafio máximo foi ficar sem... Nunca aconteceu ficar parado! Todos os dias o Zé, principalmente, lá na pensão era 5h da manhã ele levantava pra trabalhar! 6h a pensão tava aberta! E nós ficar... 6 horas, 6h30, o Zé levantava do mesmo jeito! Sabe, fazer o quê? (silêncio) A gente tinha que tá regravando tudo essas coisas com medo de... não saber o que vai acontecer amanhã... Então esse foi um desafio muito grande nas nossas vidas! Nós nunca passamos por isso, nunca! (silêncio) (Camila)

Tal mudança de hábitos agravou ainda mais a situação de vulnerabilidade de Camila e sua família, pois o local de trabalho de onde ela e sua família tiravam o sustento foi totalmente destruído pela “Grande Enchente de 2010”, deixando-os sem recursos para reagir. “Quando a adversidade bate à porta, têm de recorrer a estratégias de resposta perniciosas, como, por exemplo, cortar na alimentação ou reduzir os gastos com a saúde e a educação das crianças” (PNUD, 2014, p. 17).

Mas considerar-se vencedor emerge como resultado de um enfrentamento eficaz:

Mas deu tudo certo! Nós vencemos, deu tudo certo, tamo aqui, sem ajuda de ninguém! Prefeitura não deu uma ajuda, não ajudou em nada! Fez todo mundo ir assinar lá, porque vinha uma ajuda! O que? Nada, nada, nada! Não teve ajuda de ninguém! (Maíra)

Esta postura de Maíra, que se considera uma vencedora sem auxílio externo, reflete estes novos idosos, ativos e enfrentando suas vidas de maneira ativa. A resiliência desenvolve-se no idoso quando esse se sente cuidado e respeitado na sua independência, podendo cuidar de si mesmo quando for capaz, permitindo que os fatores de proteção, como humor, iniciativa, independência e criatividade se sobreponham aos fatores de risco, como pobreza extrema, privação e estresse continuado.

Considerando-se que o envelhecimento e a urbanização são duas tendências mundiais, torna-se urgente, por parte do poder público e da sociedade, alterar os referentes culturais em relação à população idosa que reside em áreas urbanas, alicerçados sobre uma nova visão sobre o envelhecimento (BODSTEIN et al., 2014, p. 168).

Sobre as categorias relacionadas a viver com pessoas significativas e relações positivas, ilustra-se com o depoimento de Luiz Hugo, a respeito da reconstrução de sua residência, tal qual anterior à enchente:

Se estou aqui hoje eu ressalto com tranquilidade que foi a minha mulher! Ela nunca perdeu a esperança! Então eu acho que ela foi a mola mestra da recuperação da casa, porque eu não tinha... Tava tão feia a coisa que eu não tinha muita esperança não! Essa é a realidade! Ela nunca perdeu a esperança! Se tá hoje isso aí, é ela! 90%! Eu fui o coadjuvante!!! (Luiz Hugo)

Goldstein e Siqueira (2000) fazem uma análise quanto à questão de gênero no envelhecimento e apontam que as mulheres têm desvantagem em relação aos rendimentos dos quais dispõem na velhice, mas têm vantagem quando o assunto é relações familiares e sociais. Elas não deixam de atuar em seus papéis mesmo aposentadas; os homens têm mais resistência em participar de atividades sociais promovidas para os idosos e sentem-se destituídos de seu papel de provedores; as mulheres são sobrecarregadas no papel de cuidadoras e a velhice pode ser considerada um fato social eminentemente feminino, uma vez que o percentual de mulheres que chegam à velhice é superior ao de homens.

A calma das mulheres e seu protagonismo diante do evento ocorrido sobressaíram em diferentes entrevistas, sobretudo, nas falas masculinas, como a de Luiz Hugo, que refere à sua esposa a iniciativa em deixar o imóvel durante o alagamento bem como a persistência na

reconstrução de sua casa. Ou ainda na fala de Tavares, que atribui às mulheres que passavam na rua a preservação de parte de seu mobiliário e de seus livros, bem como na fala de Mariana, quando narrou que ficou na janela sinalizando com a vela para que os “Anjos do *Rafting*” os localizassem em meio à escuridão da madrugada.

A questão de gênero pode ser vislumbrada no relato de Lúcio, de que sua esposa teve um ataque de nervos e precisou de socorro médico:

Ficou... ficou um sinal de... de... doença, como a Marta minha esposa tem ainda! Umas feridas no corpo que foi causo da enchente! Nervo! Porque quando ela foi pro hospital ela foi com os nervos quase que encolhido assim... Ficou nervosa, né? Eu que tinha que ficar, mas ela que ficou! Isso trouxe até hoje, a gente lamenta, né? Sei lá! Falam que é da enchente! Porque o nervo é duro, né? O nervo não é fácil não! Pra controlar... é brabo! (Lúcio)

Aqui é possível inferir que Lúcio se considera o responsável pelas provisões da família e não entende o motivo de sua esposa ter ficado nervosa, já que não recairiam sobre ela os prejuízos da enchente. Pode ser associada à questão de gênero, na relação Homem = provedor X Mulher = dependente. Independentemente disso, sua esposa carrega as consequências desta situação de vulnerabilidade:

Quando os indivíduos experimentam a vulnerabilidade e as suas vidas são persistentemente limitadas no rescaldo de um choque, as suas capacidades podem ser prejudicadas a longo prazo, e esse agravamento das condições, sobretudo para as crianças e as mulheres, podem ter consequências intergeracionais (PNUD, 2014, p. 18).

Fazendo uma análise pautada no uso da pessoa gramatical utilizada pelo narrador, aponta que os que relatam em 1ª pessoa o ocorrido, se abriram mais para a entrevista e parece terem revelados aspectos íntimos sem se sentirem constrangidos, se colocando por vezes como heróis. Os que narraram majoritariamente em 3ª pessoa, sugerem maior dependência durante o processo de salvamento. Foi curioso notar que a única entrevistada que não teve sua residência diretamente atingida pela enchente falou como se não tivesse vivenciado a enchente, narrando-a com certo distanciamento. Talvez por isso seja a que concedeu entrevista mais curta, 15 minutos, e que exigiu da pesquisadora vários incentivos na expectativa de que o diálogo ocorresse com alguma naturalidade. Seria a forma adotada por Tatiana para compartilhar sua experiência, como exemplificado a seguir: “Porque, assim, tudo que **você** tinha em casa **você** usou pra acolher as pessoas, daí **você** acabou ficando sem nada e



teve que pegar doação também! Mesmo não tendo pego a sua casa, a enchente!” (Tatiana, grifos nossos).

Sobre isso, lembram-se das considerações de Thompson (1992) em “A memória e o eu”, observa que os idosos do sexo masculino narram sua trajetória na primeira pessoa do singular, demonstrando protagonismo em sua vida. As mulheres narram na primeira pessoa do plural, deixando claras suas relações familiares e como a individualidade é pouco característica do gênero feminino.

Como condições adaptativas do ambiente, apareceu também a necessidade de providenciar uma nova residência. Alguns sujeitos passaram a pagar aluguel, o que requer um gasto financeiro bem como um desgaste psicológico, pois significa que a casa própria não está habitável: “Depois, alugamos uma casa, ficamos três anos nessa casa, até arrumar essa aqui”! (Luiz Hugo). Outros sujeitos dependeram de sua rede social e passaram a morar “de favor”, outro desgaste psicológico:

Então, nós fomos na casa do Tadeuzinho, o irmão dele! Tomar banho, lavar roupa, tudo ali! Porque lá era água fria, na casa onde nós estávamos, era água gelada! Que era semiconstruída, né? Não tinha nem chuveiro, era um caninho, só! Daí dali a gente começou a fazer comida na creche. (Camila)

A reconstrução da cidade foi mais um desafio que dividiu as opiniões: alguns consideram que a cidade já voltou ao normal, outros consideram que ela ainda não foi reconstruída totalmente: “Não tem muito o que falar, porque a cidade ainda não foi construída até agora, de verdade, né? Ficamos sem... Como você vê, a praça que não foi reconstruída bem até agora... Porque eu não sei... Mas é isso”! (Lúcio).

Neves (2016) observou que os primeiros discursos logo após o fato traziam características que depois foram suprimidas pelas narrativas contaminadas pela veiculação midiática, quando as vítimas da enchente tiveram a oportunidade de narrá-los. A queda da Igreja e o alagamento do mercado realmente abalaram a população, mas o discurso oficial começou a se fortalecer nesse caminho.

Para Le Goff (1982), a memória foi transformada pelos acontecimentos históricos, como a invenção da escrita, a partir da eternização das lembranças em textos escritos, mudou o sentido de memorizar, alterando profundamente a memória. A memória coletiva foi transformada pela imprensa, selecionadas para tal, escrevendo uma história seletiva e excludente, na qual a memória coletiva se apoia. Portanto, passou a lembrar-se não mais do que é significativo para seu povo e sua cultura, mas o que é significativo para os dominantes, que escolhem o que será eternizado nas impressões.

No discurso aparecia também o objetivo de reconstruir a cidade, ou seja, fundamentar novamente o espaço que tangencia as memórias dos envolvidos. Nesse sentido, vários sujeitos, como a fala de Vilma, refletem a necessidade de rever seu ambiente da mesma maneira como era antes da enchente, demonstrando uma certa dificuldade de adaptação positiva.

Só senti o Grupo Escolar não ser reconstruído lindo como ele era! Que ali eu passei trinta anos da minha vida! E é um ponto de referência do luizense! A Igreja, graças a Deus, foi reconstruída. Graças ao esforço também do nosso governador, que fez muito por São Luiz, né, Geraldo Alckmin! Mas o Grupo Escolar... esse foi uma tristeza! Poderia ser feito nos moldes que foi, mas externamente seguindo o que ele era! Então, essas coisinhas a gente ainda sente! Ainda acho que a cidade ainda tá um pouco... Ainda não voltou bem o que ela era, ainda não voltou mesmo! (Vilma)

O prédio do Grupo Escolar ao qual Vilma se refere localizava-se ao lado da Igreja Matriz e sediou o primeiro Grupo Escolar a entrar em funcionamento no Estado de São Paulo, em 30 de novembro de 1895. No seu lugar hoje abriga-se a Biblioteca Municipal, mas a arquitetura modernizou-se, com a instalação de elevador para facilitar a acessibilidade de cadeirantes e um auditório no seu interior. Somente a massa da construção se manteve, o que gera desconforto em muitos habitantes do município, principalmente os que não puderam alterar suas residências devido ao fato de fazerem parte do conjunto histórico arquitetônico do município. As necessidades dos munícipes não foram consideradas, fato recorrente em regiões tombadas: “Trabalhando na criação de cenários, o poder público deixa de cumprir sua função de garantir o exercício da cidadania da população local, já que passa a trabalhar em função das aspirações de um mercado externo ao lugar.” (SANTOS, 2010, p.167).

Segundo Le Goff (1982), os memoriais servem para perpetuar lembranças selecionadas pelos órgãos do governo como sendo importantes para a memória coletiva. A reconstrução da biblioteca exemplifica o desrespeito ao qual foram submetidos pelo poder público. Assim, o órgão ao qual compete a fiscalização das construções e reformas (CONDEPHAAT) foi o responsável pela reconstrução do prédio em questão, mas não respeitou as regras que inflige aos munícipes em seus imóveis particulares.

Segundo Santos (2010), o tombamento apresenta-se como a melhor maneira de preservação do patrimônio. Chama a atenção ainda à revalorização que os imóveis sofrem, além, é claro, da sua ressignificação. As políticas de preservação geram situações de contradição, já que os envolvidos se dividem entre os que apoiam e os que rejeitam; entre os

que tiram proveito e os que se sentem prejudicados, ou, ainda, os que apoiam por valorização cultural/intelectual e os que apoiam por valorização capitalista.

Vilma também narrou seu incômodo, pois, assim como Lúcio, entende que a reconstrução da cidade até hoje não foi concluída. Expôs também sua discordância com os projetos que preveem mudanças na cidade:

Esse lado aqui da praça! Que deveria ser mantido como ele era, porque é um quadrilátero perfeito! Por que fazer rua ali? Não vai servir pra nada! Na minha opinião... Agora, talvez sirva no futuro... Com o desenvolvimento, com a explosão demográfica, não é? Talvez sirva no futuro! Mas eu não faria! Deixaria como ela era! Fechadinha! (Vilma)

Cifelli (2009, p. 120) explica tal comportamento da seguinte forma:

Ao se constituírem em atributos singulares do espaço, pode-se considerar os bens patrimoniais como um conjunto de objetos antigos, cuja dimensão formal e os elos de significação ligados à memória, identidade, tradição e pertença estabelecidos entre tais bens e a sociedade tornam-se fatores de distinção entre o objeto antigo e o objeto moderno. No entanto, tais objetos incorporam-se à dinâmica do presente ao transformarem-se em mercadorias destinadas ao consumo turístico, adaptando-se à lógica mercantil por meio do processo de refuncionalização, que transforma sítios urbanos tombados em estabelecimentos destinados ao atendimento de turistas e visitantes.

As falas de Lúcio e Vilma são de quem defende a cidade para o bem-estar dos habitantes e não compreende as políticas que privilegiam o turista.

Para Dvorak (2008), o patrimônio corre risco quando já não abriga mais a função para o qual foi construído. Para ele, todo e qualquer ser social deve ser imbuído de “comiseração por todo e qualquer passado histórico”. Defende que preservar é um dever moral, que deve ser ensinado hereditariamente, já que compreende que as obras de arte e os monumentos históricos garantem à sociedade atual um sentido de pertencimento. A partir do momento em que um bem é considerado tombado ele é de responsabilidade do Estado, que se não desempenhar as funções de zelo necessárias, pode ter a situação de tombamento revertida. Dvorak (2008) compreende que é um problema sério o fato de que a conservação histórica do patrimônio pode não atender às necessidades da população.

Neves (2016) ao analisar as relações humanas com o espaço que elas ocupam, ressalta que a vida das pessoas confere sentido e significado ao espaço, mas que o espaço também limita e organiza as relações pessoais. Segundo o autor, as ruínas do centro histórico – praça, casarões e Igreja Matriz – representam a perda da memória e a confusão de referências para a população, pois são os símbolos do Poder Político, religioso e familiar.

Ter que lidar com essas perdas que em geral depauperam e até exaurem os recursos internos e externos do indivíduo. Além disso, se os idosos tiverem que lidar com muitas perdas, eles terão menos reservas disponíveis para investir em seu desenvolvimento. Isto não significa, no entanto, que os fatores protetores não operam na velhice, ou que os recursos estão completamente esgotados (STAUDINGER; MARSISKE; BALTES, 1995, p. 201).

A perspectiva de compreensão de Le Goff (1982) de que a Igreja dominou o intelecto da população a partir da Idade Média, pode ser vislumbrada nos depoimentos dos sujeitos da presente pesquisa, que salientam o impacto da queda da Igreja Matriz como momento de profundo desamparo, colocando-o em maior relevância do que seus sofrimentos pessoais.

A crise político-econômica atual também aparece na entrevista de Camila como um desafio a ser enfrentado, agravando ainda mais os problemas decorrentes da catástrofe, aqui analisada como uma condição adaptativa do Poder Público.

Nunca passei uma crise como a que nós estamos passando hoje... Passei várias! De governo mesmo! Mas como essa não! Veio junto! A enchente, a crise, e tem que pedir força pra Deus pra gente aguentar, porque senão não aguenta! (Camila)

O alto custo de vida na cidade aparece como outro desafio a ser enfrentado pelos sujeitos da pesquisa: “Mas eu peço muito pra Deus não deixar vir mais enchente, porque tá muito difícil a vida aqui em São Luiz, né? Não tem emprego, as coisas tá muito caro, leva um prejuízo não tem como né?...” (Mariana).

Ao abordar o tempo, Le Goff (1982) indica que as sociedades consideram tempos passados e futuros como sendo tempos melhores do que a atualidade. De maneira geral, considera-se que a vida após a enchente foi regulada pelo retorno ao cotidiano, enfrentando as dificuldades impostas pela “Grande Enchente de 2010” com os recursos que cada sujeito tinha disponível, sobretudo os pautados nas relações de coletividade, características do caipira.

Halbwachs (1990, p. 80) diz que os moradores de municípios pequenos contam com um maior apoio das memórias dos seus conterrâneos que os indivíduos que vivem em municípios maiores. Em localidades menores, os indivíduos se observam mais frequentemente, portanto, compartilham de mais informações da memória coletiva, já que as atitudes de cada um deles repercutem mais diretamente no cotidiano da localidade. Ainda segundo o autor, a história não é memória, pois, a história tem maior conotação política e serve aos ideais em voga naquele momento, porquanto história é o que ficou perpetuado em livros e memória é o que ficou registrado na cabeça dos sujeitos envolvidos direta ou

indiretamente no fato. A história ocupa-se de uma descontinuidade, problematiza-a e ressalta elementos que a memória não se atentou, tentando reconstruir o passado de maneira crítica, mas consciente do risco que isso traz. A história, baseada em teorias e conceitos já postulados, questiona e problematiza a memória. A história não tem condições de ser a memória coletiva universal, já que a memória coletiva limita-se a um grupo que convive em determinado tempo e espaço, ela é o recorte da sociedade escolhido pelos autores dos livros para ser eternizado em palavras impressas, já que as palavras faladas e as memórias morrem juntamente com seus portadores. A memória é um fenômeno sempre atual e pode ser contraditória.

A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro, e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que lhe é, frequentemente, bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas (HALBWACHS, 1990, p. 88).

O processo de tombamento de São Luiz do Paraitinga teve início em 1969 e só foi concluído em 1982, pelo governo estadual (CONDEPHAAT); e em 2011, pelo federal (IPHAN). Durante o processo, muitas fachadas foram alteradas, iniciando o processo de descaracterização do chamado “centro histórico do município”. Não foi somente o patrimônio arquitetônico do município considerado tombado pelo órgão estadual, mas seu entorno ecológico, sua paisagem, o que foi ainda mais afetado durante estes anos que a parte de arquitetura.

Le Goff (1982) salienta que os instrumentos de perpetuação da memória são alimentados pela memória humana.

A memória, à qual a história chega, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado apenas para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para libertar e não para escravizar os homens. (LE GOFF, 1982, p. 59).

Santos (2010) chama a atenção para a necessidade de uma política educacional para conscientização dos munícipes em relação à preservação e valorização do patrimônio luizense, sendo este tanto patrimônio material quanto intangível. Aponta ainda o fato de que o tombamento se restringe à preservação das fachadas, permitindo alterações no interior dos prédios. Com base em conceitos desenvolvidos pela Escola de Viena, o patrimônio deve ser preservado, porém, seu uso deve atender às necessidades do proprietário, pois a sociedade é dinâmica e, portanto, suas precisões se alteram com o tempo.

Segundo Santos (2010), o poder público local é omissivo às suas obrigações, realizando apenas atitudes para a espetacularização do patrimônio local, com vistas à obtenção de lucro através do turismo, sem promover uma preservação – de fato – bem como uma política de educação da população. Para este autor, os lucros obtidos com o turismo deveriam ser revertidos mais veementemente para o desenvolvimento do município, inclusive seu desenvolvimento intelectual.

“Aqueles que apresentam menor capacidade para lidar com choques e para se ajustar à velocidade das mudanças são os que menos estão envolvidos na definição da regulamentação, das normas e das metas da governação mundial.” (PNUD, 2014, p. 119).

Por último, lembra-se que no Brasil não se reconhece que existam situações de desastre no território, pois é senso comum pensar que desastres são furacões, terremotos e questões sociais e epidemiológicas, como a AIDS. Questões naturais, como enchentes e secas, são também desastres com impactos sociais, econômicos, ambientais, submetendo a população à situação de vulnerabilidade, e requerem estudos interdisciplinares, participação da comunidade na prevenção e salvamento, além de interferências governamentais na mitigação dos danos, já que “Os impactos destes desastres sobre a saúde das populações não se restringem somente aos de curto prazo e registrados nos períodos imediatamente após os mesmos, mas envolvem também efeitos de médio e longo prazos” (FREITAS et al., 2014, p. 3646). Nesse sentido, deixa-se de olhar para a resiliência social de uma população frente a esses eventos críticos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo investigar o processo de resiliência de um grupo de idosos que vivenciou a “Grande Enchente de 2010” em São Luiz do Paraitinga e o significado que lhe atribuíram.

Foi possível conhecer como os idosos vivenciaram o momento e o período que se seguiu à enchente, bem como os desafios que encontraram e as formas com as quais lidaram com eles. Verificou-se que foi um evento crítico na vida dos sujeitos participantes da pesquisa, pois requereu mudanças de atitudes e ressignificações de vida. A “Grande Enchente de 2010” foi um evento inesperado, caracterizado como catástrofe, de proporções capazes de despertar o medo e paralisar os sujeitos quanto à reação para buscar a sobrevivência, tornando essencial a solidariedade, típica de sociedades comunitárias, como mostraram os relatos colhidos nesta pesquisa.

Foi possível identificar que a vida cotidiana anterior à enchente era pacata e as pessoas dispunham de tempo para viver calmamente, cuidando da saúde e cultivando relações de amizade, entre outros aspectos, características importantes no processo de resiliência dos sujeitos. Os idosos narraram que viver em São Luiz do Paraitinga é muito bom, mas a cidade não apresenta oportunidades para os jovens. Essa afirmação é recorrente nas entrevistas em relação ao dia a dia anterior ao desastre, mas que permanece até os dias atuais. Observou-se que atualmente no cotidiano da vida urbana há maior individualismo, o que não era comum nas sociedades rurais, que viviam comunitariamente. São Luiz do Paraitinga, por ser um município pouco urbanizado, ainda guarda muito das relações de comunidade, como ressaltado pelos sujeitos sobre as contribuições que receberam para não perecerem durante os dias de devastação da enchente.

Ressaltaram também que, mesmo em situação de penúria, ajudaram outros mais necessitados na medida em que podiam, evitando que as consequências do evento fossem ampliadas. A intensa solidariedade foi percebida em todas as falas, no entanto, também emergiu a percepção de que os sujeitos não se sentiram devidamente amparados pelo poder público, bem como consideraram insuficiente a ajuda que receberam de pessoas próximas. Assinalam o valor das doações de desconhecidos que vieram de locais distantes e sem nenhuma identificação, somente pela comoção que a catástrofe exerceu sobre as pessoas do país todo. Considera-se que o não reconhecimento do auxílio foi um meio de salientar seu protagonismo em superar as adversidades do evento, porém, no decorrer de suas falas constatam-se contradições que aos poucos revelam as ajudas que receberam. Essa negativa

inicial pode ser decorrente do tamanho da necessidade enfrentada, que os fazia pensar que a ajuda significativa deveria ser muito maior do que as recebidas por eles no momento. Porém, o distanciamento dos fatos permitiu reconhecer que todo o município vivia uma situação de calamidade, que limitava a ajuda ofertada, fazendo-os valorizar os pequenos gestos solidários ocorridos durante o evento. Foi enfatizado ainda que receberam inclusive coisas desnecessárias, que por vezes passaram adiante tais objetos, dando continuidade à rede de solidariedade desencadeada pela “Grande Enchente de 2010”.

Mesmo quem não teve sua residência atingida precisou fazer uso das doações que chegaram à cidade, pois, além de abrigarem desalojados, não havia onde comprar novos produtos, bem como era difícil deixar a cidade para fazer compras em outro lugar.

Os idosos, comumente, têm uma rede de apoio social limitada, por vezes cabendo à família e, em muitos casos, somente a um ente familiar, os cuidados com os que não conseguem realizar sozinhos suas atividades de vida diária. Nesta pesquisa, constatou-se que a rede social mais ampla existente no município analisado proporcionou o salvamento dos sujeitos. A população de São Luiz do Paraitinga é frequentemente referida como uma “família”, e foi essa família que atuou no salvamento dos idosos. Mais de um entrevistado narra ter sido salvo pelo *rafting* graças à observação de conhecidos que perceberam sua falta, pedindo que o resgate fosse até a residência do sujeito.

De forma metafórica, São Luiz do Paraitinga foi um idoso socorrido pela família formada por outras cidades do Vale do Paraíba, referidas durante a enchente como “cidades irmãs”, compondo uma rede de apoio crucial para a sobrevivência mediante à catástrofe.

Durante as entrevistas foi possível perceber que os sujeitos que vivem em contato com um maior número de pessoas têm mais disposição e apresentam sentimentos positivos ao narrarem sua história. Aqueles que vivem em maior nível de isolamento, cuja rede social é menor, apresentaram narrativas mais tristes e depressivas.

Como impactos do evento em relação à saúde, constataram-se alguns casos de doenças atribuídas ao contato com a água da enchente. O impacto psicológico revelou-se por meio das falas sobre o cotidiano atual, no qual os sujeitos narraram viver em constante medo de uma nova catástrofe como a de 2010.

Quanto ao papel da Memória Individual e da Memória Coletiva no enfrentamento dos eventos críticos, verificou-se a reconstrução da cidade nos moldes em que era antes da enchente, assegura aos entrevistados conforto para lidar com as questões individuais, ou seja, a reconstrução do espaço atua como elemento que fortalece a resiliência social desta comunidade.



O pressuposto de que a resiliência dos munícipes, de maneira geral, se apoiava na herança dos mutirões realizados para o trabalho no campo, foi rechaçado após a análise das entrevistas. O mutirão é um trabalho solidário que não funciona como um socorro, pois além de trabalho, carrega a ideia de festa, na qual o “patrão” serve comida aos seus companheiros e todos cantam o “brão<sup>12</sup>”. Aproveitam o momento para matar as saudades dos companheiros que residem em bairros distantes e se juntam nos momentos de mutirão. O mutirão exige um preparo do patrão e de sua família para receber os companheiros que irão trabalhar. Sendo assim, o auxílio recebido pelos moradores de São Luiz do Paraitinga para que se recuperassem da “Grande Enchente de 2010” não pode ser categorizado como um mutirão, já que os “patrões” não convidaram os camaradas para o trabalho, tampouco lhes prepararam refeições, nem mesmo o trabalho foi desenvolvido num clima de festa e entoando cantos de “brão”.

Constatou-se também, que o estilo de vida do caipira, acostumado a viver com o mínimo e amparado pela vida comunitária sugere ter sido fundamental na construção da resiliência desses sujeitos, que reagiram à catástrofe e seguem suas vidas sendo solidários e atribuindo valores religiosos às suas relações.

Os depoimentos apontam que a resiliência dos sujeitos entrevistados se apoia no coletivo, no espírito de ajuda mútua e na religiosidade como elemento cultural; neles os valores éticos e solidários se sobrepõem às práticas religiosas no sentido de cerimônia.

A “Grande Enchente” dividiu a história da cidade e os sujeitos referem-se às mudanças arquitetônicas, sobretudo no entorno da Praça Dr. Oswaldo Cruz, onde ainda é possível ver os espaços vazios decorrentes da queda de alguns casarões. Esse aparente desmazelo na reconstrução é apontado com tristeza pelos entrevistados, que gostariam de ver tudo como era antes da enchente, assim como foi reconstruída a Igreja Matriz. O despovoamento da Praça Dr. Oswaldo Cruz também é decorrente do evento, pois após a enchente poucas famílias retornaram para suas residências na praça, mudando a forma de uso da maior parte dos imóveis.

Ver os prédios históricos caindo e ouvir o barulho decorrente de tais quedas promoveu sentimentos de desamparo e tristeza entre os entrevistados, portanto, rever o cenário anterior à enchente pode devolver-lhes certo conforto.

Outra expectativa recorrente nos discursos é que não haja outra enchente dessas proporções. Os entrevistados dizem que Deus não repetiria esse fato dentro da mesma geração

---

<sup>12</sup> Canto de trabalho dos mutirões rurais de São Luiz do Paraitinga-SP (MATTOS, 2015).

e confiam também nas obras que foram realizadas para evitar novas enchentes grandes e minimizar o impacto das pequenas. Há uma preocupação com o futuro e se o poder público se organizou para defender a população de futuras cheias, através de mecanismos que prevejam e alertem sobre essas enchentes, com tempo hábil para retirar os pertences e evitar o risco de morte eminente ao qual estiveram expostos em 2010. As promessas do poder público em ajudar são cobradas pelos entrevistados.

Por último, morar em São Luiz do Paraitinga, para esses sujeitos, assume uma conotação psicológica e social de viver em uma grande família, envolto em relações de solidariedade que se baseiam em sentimentos de religiosidade enquanto componente da cultura caipira. Mediante este desastre natural, a própria comunidade se salvou, as vítimas foram as protagonistas da reconstrução e a memória se reconforta num ambiente estável, capaz de despertar os sentimentos compartilhados por todos que vivem e viveram cercados pelo “quadrilátero perfeito” formado pelos casarões do tempo do café no município. Os luizenses amam São Luiz do Paraitinga em sua aparência e em sua essência, formada pelas pessoas que se conhecem e se ajudam. Todos estes elementos desempenham importante papel no processo de resiliência pessoal e social, baseado na fraternidade e na coletividade.

Considera-se que essa pesquisa provocou nos idosos participantes uma reflexão sobre suas experiências na enchente, promovendo sua ressignificação, porém, novas investigações seriam necessárias para confirmar tal ressignificação, ficando como apontamento para futuros estudos.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, E. M. *Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas*. (Dissertação de Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca-ENSP; Rio de Janeiro/RJ: Ministério da Saúde-Fiocruz. 2009.
- ALBUQUERQUE, F.J.B. A psicologia social dos desastres: existe um lugar para ela no Brasil?. In: ZANELLA, AV., et al., (Org.) *Psicologia e práticas sociais* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 221-228, 2008.
- ALMEIDA, L.R. O incidente crítico na formação e pesquisa em educação. São Paulo: *Educação e Linguagem*. Vol. 12, N. 19. Jan-Jun. 2009.
- ANSARA, S.; DANTAS, B.S.A. Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva. São Paulo: *Althenea Digital*. Março, 2015.
- ARAÚJO, D.; CÔRTE, B. Como a mídia, no Brasil, apresenta o mercado de trabalho para pessoas com 60+? In: FONSECA, S. C. (Org). *O envelhecimento ativo e seus fundamentos*. São Paulo: Portal Edições, 2016.
- ÀRIES, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- BARBOSA, A.A.; OLIVEIRA, G.M.; OLIVEIRA, T.J. Histórico de enchentes em Itajubá – MG. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, n. 4. Jul – Dez 2015.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUMAN, Z. *Medo líquido*. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- BEAUVOIR, S. *Velhice: II – As relações com o mundo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BÉDARIDA, F. Tempo presente e presença da história. IN: Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BELLATO, R.; ARAÚJO, L.F.S.; FARIA, A.P.S.; SANTOS, E.J.F.; CASTRO, P.; SOUZA, S.P.S.; MARUYAMA, S.A.T. A história de vida focal e suas potencialidades na pesquisa em saúde e em enfermagem. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 2008. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n3/v10n3a32.htm>
- BODSTEIN, A.; LIMA, V. V. A.; BARROS, A. M. A. A vulnerabilidade do idoso em situações de desastres: necessidade de uma política de resiliência eficaz. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, v. XVII, n. 2, p.157-174, abr.-jun. 2014.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, C.R. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRANDÃO, V.M.A.T. (Org.). *Labirintos da memória: quem sou eu?* São Paulo: Portal Edições, 2016.

BRANDÃO, V.; CÔRTE, B. Cinema e memória: recursos de aprendizagem ao longo da vida. In: In: FONSECA, S. C. (Org). *O envelhecimento ativo e seus fundamentos*. São Paulo: Portal Edições, 2016.

BRANDÃO, V.M.A.T. Longevidade e espiritualidade: narrativas autobiográficas. Centro Universitário São Camilo; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

BUENO, E.M.; CANINEU, P.R. Os desafios do envelhecer na rua. IN: FONSECA, S.C.(org). *O envelhecimento ativo e seus fundamentos*. São Paulo: Portal Edições, 2016.

CALVETTI, P.U.; MULLER, M.C; NUNES, M.L.T. Qualidade de vida e bem estar espiritual em pessoas vivendo com HIV/AIDS. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 3, p. 523-530, jul./set. 2008.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

CENTRO INTERNACIONAL DE LONGEVIDADE BRASIL. Envelhecimento ativo: um marco político em resposta à revolução da longevidade. Rio de Janeiro, 2015.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis–RJ: Vozes, 1996.

CIFELLI, G. A refuncionalização turística do patrimônio cultural: os novos usos do território apropriado pelo turismo em Ouro Preto – MG. *Geografia, turismo e patrimônio cultural*, São Paulo, Annablume, p. 113-138, 2009.

CYRULNIK, B.; CABRAL, S. Resiliência: ações pela reinstauração de um futuro. In: COIMBRA, R. M.; MORAIS, N. A. *A resiliência em questão: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção*. Porto Alegre: Artmed, 2015.

COIMBRA, R. M.; MORAIS, N. A. *A resiliência em questão: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção*. Porto Alegre: Artmed, 2015.

COLLUS, D.O.; TÓTORA, S. Envelhecer longe de casa: aspectos culturais e sociais de refugiados na cidade de São Paulo. In: FONSECA, S. C. (org). *O envelhecimento ativo e seus fundamentos*. São Paulo: Portal Edições, 2016.

COUTO, M.C.P.P. *Fatores de Risco e de Proteção na Promoção de Resiliência no Envelhecimento* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande Do Sul - Instituto de Psicologia - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Porto Alegre, 2005.

DENZIN, N. K. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEPS, V.L. Atividade e bem estar psicológico na maturidade. In: NERI, A.L. (Org). *Qualidade de vida e idade madura*. Campinas-SP: Papirus, 1993.

- DVORÁK, M. *Catecismo da preservação de monumentos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- ERBOLATO, R.M.P.L. Gostando de si mesmo: a auto-estima. In: NERI, A.L.; FREIRE, S.A. (org). *E por falar em boa velhice*. Campinas-SP: Papyrus, 2000.
- FARIAS, R.G; SANTOS, S.M.A. Influência dos determinantes do envelhecimento ativo entre idosos mais idosos. *Texto Contexto em Enfermagem*, Vol.1, N.21, p. 167-176. Florianópolis, jan-mar, 2012.
- FAZENDA, I. *Dicionário em construção: interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2002.
- FERREIRA, C. L.; SANTOS, L. M. O.; MAIA, E. M. C. Resiliência em idosos atendidos na Rede de Atenção Básica de Saúde em município do nordeste brasileiro. *Revista Escola de Enfermagem*, Vol. 46, N. 2, USP, 2012.
- FONSECA, S. C. (Org). *O envelhecimento ativo e seus fundamentos*. São Paulo: Portal Edições, 2016.
- FONTES, A. P.; FATTORI, A.; D'ELBOUX, M. J.; GUARIENTO, M. E. Resiliência psicológica: fator de proteção para idosos no contexto ambulatorial. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. V. 18, N.1. Rio de Janeiro, 2015.
- FORTES, T. F. R.; PORTUGUEZ, M. W.; ARGIMON, I. I. L. A resiliência em idosos e sua relação com variáveis sociodemográficas e funções cognitivas. *Estudos de Psicologia*, Campinas-SP, V. 26, N. 4, outubro-dezembro 2009.
- FREIRE, S.A. Envelhecimento bem-sucedido e bem-estar psicológico. In: NERI, A.L.; \_\_\_\_\_ (org). *E por falar em boa velhice*. Campinas-SP: Papyrus, 2000.
- FREITAS, C.M. et al. Desastres naturais e saúde: uma análise da situação do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. V. 19, N.9, p. 3645-3656, 2014.
- GALVANI, C.; SILVEIRA, N.D.R. Longevidade e Psicomotricidade: envelhecer com qualidade de vida. In: FONSECA, S. C. (Org). *O envelhecimento ativo e seus fundamentos*. São Paulo: Portal Edições, 2016.
- GIL, G.; MERCADANTE, E.F. Vigilantes da Memória: Programa Intergeracional Multidisciplinar de Estimulação Cognitiva. In: FONSECA, S. C. (Org). *O envelhecimento ativo e seus fundamentos*. São Paulo: Portal Edições, 2016.
- GOLDSTEIN, L.L. No comando da própria vida: a importância de crenças e comportamentos de controle para o bem-estar na velhice. In: NERI, A.L.; FREIRE, S.A. (Org). *E por falar em boa velhice*. Campinas-SP: Papyrus, 2000.
- GOLDSTEIN, L.L.; SIQUEIRA, M.E.C. Heterogeneidade e diversidade nas experiências de velhice. In: NERI, A.L.; FREIRE, S.A. (Org). *E por falar em boa velhice*. Campinas-SP: Papyrus, 2000.

GOLDSTEIN, L.L. Desenvolvimento do adulto e religiosidade: uma questão de fé. In: NERI, A.L. (Org). *Qualidade de vida e idade madura*. Campinas-SP. Papyrus, 1993.

GONÇALVES, I.C.S.; FONSECA, S.C. Oficina de Memória: prática social de oportunidade para o envelhecimento ativo. In: FONSECA, S. C. (Org). *O envelhecimento ativo e seus fundamentos*. São Paulo: Portal Edições, 2016.

GURGEL, L. G.; PLENTZ, R. D. M.; JOLY, M. C. R. A.; REPPOLD, C. T. Avaliação da resiliência em adultos e idosos: revisão de instrumentos. *Estudos de Psicologia*. Campinas-SP. V. 30, N.4, p. 487-496. Outubro-dezembro 2013.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARARI, K.; LOPES, R.G.C. Envelhecer com as mãos no barro: narrativas sobre um viver criativo. In: FONSECA, S. C. (Org). *O envelhecimento ativo e seus fundamentos*. São Paulo: Portal Edições, 2016.

INFANTE, F. A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In: MELILO, A.; OJEDA, E.N.S.(Eds.). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. São Paulo: Artmed, p. 23-38, 2005.

IZQUIERDO, I.A.; MYSKIW, J.C.; BENETTI F.; FURINI, C.R.G. Memória: tipos e mecanismos – achados recentes. *Revista USP*, n. 98, São Paulo, Jun., Jul., Ago. 2013.

IZQUIERDO, I. *Questões sobre memória*. São Leopoldo – RS: Unisinos, 2004a.

IZQUIERDO, I. *A arte de esquecer*. Cérebro, memória e esquecimento. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2004b.

KAUARK, F.S.; MANHÃES, F.C.; MEDEIROS, C.H. *Metodologia da Pesquisa: um guia prático*. Itabuna – BA: Via Litterarum, 2010.

KHOURY, H.T.T.; GUNTHER, I.A. Processos de auto regulação no curso de vida: controle primário e controle secundário. *Revista Psicologia: Reflexão e crítica*. Vol. 22, nº1, Porto Alegre, 2009.

LAKATOS, E.; MARCONI, M.A.; *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARANJEIRA, C.A.S.J. *Do vulnerável ser ao resiliente envelhecer: revisão de literatura*. *Psic.: Teor. e Pesq.*, v. 23, n. 3, p. 327-332, Brasília, Jul-Set 2007.

LEÃO, M.A.B.G.; *Oficina de Revisão de Vida e Bem-Estar Subjetivo em Mulheres Idosas: Um estudo sobre um método de intervenção psicológica*. (Tese de Doutorado). Universidade de Campinas-Faculdade de Ciências Médicas. Campinas-SP, 2005.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1982.

LOPES; S.R.A.; MASSINELI, C.J. Perfil e nível de resiliência dos cuidadores informais de idosos com Alzheimer. *Aletheia*, N. 40, Jan-Abr., 2013.

MALAGÓN - OVIEDO, R.A.M.; CZERESNIA, D. O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial. *Interface*. V. 19, N.56, Botucatu-SP, 2014.

MATTOS, R.M. Brão: o canto de trabalho dos mutirões rurais de São Luiz do Paraitinga. *Revista de Ciências Humanas*. Vol. 15, N. 2, Viçosa – MG, Jul.-Dez., 2015.

MESSY J. *A pessoa idosa não existe*. Uma abordagem psicanalítica da velhice. São Paulo: Editora Aleph. 1999.

MELLER, V. Primeiros auxílios psicológicos para indivíduos envolvidos em situações emergenciais e desastres. *Diaphora*, v. 15. Porto Alegre, Jan-Jul 2015.

MIRABELLI, S.C.S.; FONSECA, S.C. Educação permanente: diálogo com o contexto globalizado e impacto na vida de idosos. In: FONSECA, S. C. (org). *O envelhecimento ativo e seus fundamentos*. São Paulo: Portal Edições, 2016.

MORADEI, N.S. *A grande enchente de São Luiz do Paraitinga* – 2010. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2016.

NEVES, L.R.; *Psicossociologia urbana: catástrofe socioambiental de enchente – um estudo de caso*. Curitiba: Juruá, 2016.

NERI, A.L.; Conceitos e teorias sobre o envelhecimento. In: *Neuropsicologia do envelhecimento* [recurso eletrônico]: uma abordagem multidimensional. Leandro F. Malloy-Diniz; Daniel Fuentes, Ramon M. Cosenza – Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2013.

OLIVEIRA, E.T. *Análise e desenvolvimento do conceito de resiliência no envelhecimento*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará – Programa de pós-graduação em Enfermagem. Fortaleza – CE, 2015.

OLIVEIRA, M.A.; REIS, V.L.; ZANELATO, L.S.; NEME, C.M.B.; Resiliência: Análise das Publicações no Período de 2000 a 2006. *Psicologia ciência e profissão*, v. 28, n.4, p. 754-767, 2008.

Organização Mundial de Saúde (OMS). *Relatório mundial de envelhecimento e saúde*. Genebra, Suíça, 2015.

ONU-Mulheres – *Princípios de empoderamento das mulheres*. Disponível em: [www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/documentos-de-referencia/](http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/documentos-de-referencia/)

PINTO, A.S.R. *Personalidade, resiliência e atitudes face ao envelhecimento em idosos do meio urbano e meio rural*. Mestrado Integrado em Psicologia. (Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/ Núcleo de Psicologia Clínica Dinâmica). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

PINHEIRO, D.P.M.; A resiliência em discussão. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 67-75, 2004.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Sustentar o progresso humano*: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. New York, 2014.

RESENDE, M. C.; NERI, A.L. Ajustamento psicológico e perspectiva de velhice pessoal em adultos com deficiência física. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 4, p. 767-776, out./dez. 2009.

ROCHA, A. C. A. L.; CIOSAK, S. I. Doença Crônica no Idoso: Espiritualidade e Enfrentamento. *Revista Escola de Enfermagem*, USP, 2014.

RODRIGUES, T.S.; MERCADANTE, E.F. Seicho no Ie: idosos migrantes de religiões. In: FONSECA, S. C. (org). *O envelhecimento ativo e seus fundamentos*. São Paulo: Portal Edições, 2016.

RODRIGUES, N. O.; NERI, A. L. Vulnerabilidade social, individual e programática em idosos da comunidade: dados do estudo FIBRA, Campinas-SP: *Ciência & Saúde Coletiva*, v.17, n.8, p. 2129-2139, 2012.

SANTOS, C.M.P. Versões e contravenções: as contradições do tombamento e a refuncionalização do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP. *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annalube, 2010.

SANTOS, D.M. *Os sentidos da patrimonialização no processo de reconstrução de São Luiz do Paraitinga*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Taubaté - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano, Formação, Políticas e Práticas Sociais. Taubaté-SP, 2016.

SANTOS, J.R.C.C. *A cultura como protagonista do processo de reconstrução da cidade de São Luiz do Paraitinga/SP*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de História Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo, 2015.

SOUSA, C.S.; RODRIGUEZ-MIRANDA, F.P. Envelhecimento e educação para resiliência no idoso. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 33-51, jan./mar. 2015. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>

SOUSA, F.G.M.; ERDMANN, A.L. Vulnerabilidade: análise de conceito para apoiar as práticas de cuidado em saúde. *Revista Investigação Qualitativa em Saúde*. V.1, 2015.

STAUNDINGER, U. M.; MARSISKE, M. e BALTES, P. B. Resiliência e níveis de capacidade de reserva na velhice: perspectivas da teoria de curso de vida. In: NERI, A. N. *Psicologia do envelhecimento*. Campinas-SP: Papyrus, 1995.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

WOODS, Peter. *Critical events in teaching and learning*. London: The Falmer Press, 1993.



## ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: **Resiliência de idosos: Memórias sobre a enchente de 2010 em São Luiz do Paraitinga**

**Orientador:** Prof. Dr(a). Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão.

O Sr(a) está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador(a) responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

### **Informações sobre a pesquisa:**

**Título do Projeto:** Resiliência de idosos: Memórias sobre a enchente de 2010 em São Luiz do Paraitinga

**Objetivo da pesquisa:** Investigar os impactos da enchente de 2010 sobre um grupo de idosos de São Luiz do Paraitinga.

**Coleta de dados:** a pesquisa terá como instrumento de coleta de dados uma entrevista individual que será realizada com 10 idosos habitantes de São Luiz do Paraitinga que vivenciaram o evento da enchente de 2010 no município citado.

**Destino dos dados coletados:** o(a) pesquisador(a) será o responsável pelos dados originais coletados por meio das entrevistas, permanecendo de posse dos mesmos por um período não inferior a 5 (cinco) anos, quando então os mesmos serão destruídos. Os dados originais serão guardados, tomando-se todo o cuidado necessário para garantir o anonimato dos participantes. As informações coletadas no decorrer da pesquisa, bem como os conhecimentos gerados a partir dos mesmos não serão utilizadas em prejuízo das pessoas ou da instituição onde a pesquisa será realizada. Os dados coletados por meio de entrevista serão utilizados para a dissertação a ser apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté (SP), bem como para divulgar os dados por meio de publicações em periódicos e/ou apresentações em eventos científicos.

**Riscos, prevenção e benefícios para o participante da pesquisa:** o possível risco que a pesquisa poderá causar aos voluntários é que os mesmos poderão se sentir desconfortáveis, inseguros ou não desejarem fornecer alguma informação pessoal solicitada pelo pesquisador, por meio da entrevista. Com vistas a prevenir os possíveis riscos gerados pela presente pesquisa, aos participantes ficam-lhes garantidos os direitos de anonimato; de abandonar a qualquer momento a pesquisa; de deixar de responder qualquer pergunta que ache por bem assim proceder; bem como solicitar para que os dados por ele fornecidos durante a coleta não sejam utilizados. O benefício esperado com o desenvolvimento da pesquisa será o fato de oferecer aos participantes e à comunidade acadêmica maiores informações e conhecimentos acerca dos aspectos que compõem a compreensão dos impactos da enchente de 2010 sobre o cotidiano de vida de um grupo de idosos de São Luiz do Paraitinga. Cabe aqui ressaltar também que, pelo aspecto interdisciplinar que se pretende abordar no presente estudo, os conhecimentos gerados por meio da pesquisa poderão despertar o interesse de profissionais, instituições, pesquisadores e fundamentar estudos em outras áreas do conhecimento no que diz respeito ao presente objeto de pesquisa. Contudo, os principais benefícios do presente estudo poderão se apresentar somente ao final do mesmo, quando das conclusões do mesmo.

**Garantias e indenizações:** fica garantido o direito às indenizações legalmente estabelecidas aos indivíduos que, por algum motivo, sofrerem qualquer tipo de dano pessoal causado pelos instrumentos ou técnicas de coleta de

dados. Os participantes têm o direito de serem informados a respeito dos resultados parciais e finais da pesquisa, para isto, a qualquer momento do estudo, terão acesso aos pesquisadores responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de suas dúvidas.

**Esclarecimento de dúvidas:** a investigadora é mestrandista da Turma 2016 do Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté (SP), Leda Nardi, residente no seguinte endereço: Rua Bernardo Joaquim Dias, 110, Benfica, São Luiz do Paraitinga, podendo também ser contatado pelo telefone (12) 991331291, inclusive a cobrar. A supervisão da presente pesquisa será feita pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, situado na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – Bairro: Centro, Taubaté-SP, no telefone: (12) 3625-4217.

A presente pesquisa não acarretará quaisquer tipos de ônus e/ou despesas aos participantes, sendo os dados coletados nas dependências da Residência ou outro local de escolha do entrevistado, em horário condizente com as disponibilidades dos mesmos. Da mesma forma fica aqui esclarecido que a participação no presente estudo é em caráter voluntário, não havendo nenhum tipo de pagamento pela sua participação no mesmo, ficando excluídas as indenizações legalmente estabelecidas pelos danos decorrentes de indenizações por danos causados pelo pesquisador.

As informações serão analisadas e transcritas pela pesquisadora, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante. O anonimato será assegurado em todo processo da pesquisa, bem como no momento das divulgações dos dados por meio de publicação em periódicos e/ou apresentação em eventos científicos. O depoente terá o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo. A sua participação dará a possibilidade de ampliar o conhecimento sobre os impactos de um evento sobre o cotidiano de vida de idosos.

#### DECLARAÇÃO:

Declaro que li e que compreendi todas as informações contidas neste documento, sanei todas as minhas dúvidas, junto ao pesquisador, quanto a minha participação no presente estudo, ficando-me claros, quais são os propósitos da presente pesquisa, os procedimentos a serem realizados, os possíveis desconfortos e riscos, as garantias de não utilização das informações em prejuízo das pessoas no decorrer e na conclusão do trabalho e da possibilidade de obter esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a minha participação não será paga, bem como não terei despesas, inclusive se decidir em desistir de participar da pesquisa.

Concordo em participar desse estudo podendo retirar meu consentimento a qualquer momento, sem necessidade de justificar o motivo da desistência, antes ou durante a pesquisa, sem penalidades, prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido.

São Luiz do Paraitinga, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

Nome do Participante: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Leda Nardi

Pesquisador(a) Responsável

Declaramos que assistimos à explicação do(a) pesquisador(a) ao participante, que as suas explicações deixaram claros os objetivos do estudo, bem como todos procedimentos e a metodologia que serão adotados no decorrer da pesquisa.

---

Testemunha

---

Testemunha

## ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Vivências e saberes sobre a enchente de 2010 em São Luiz do Paraitinga: resiliência de idosos **Pesquisador:** LEDA NARDI **Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 61579616.0.0000.5501

**Instituição Proponente:** Universidade de Taubaté

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.820.319

#### **Apresentação do Projeto:**

A pesquisa busca levantar, a partir do episódio acontecido, em 2010, na cidade de São Luiz do Paraitinga, que foi afetada por enchente. Pesquisará com um grupo de 10 idosos. A coleta será com entrevista semiestruturada.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Investigar as repercussões da enchente de 2010 em São Luiz do Paraitinga na vida e no cotidiano de um grupo de idosos

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Segundo a autora "Os riscos são mínimos, já que os entrevistados serão ouvidos somente em relação ao que desejam compartilhar, em local de escolha dos mesmos e acompanhados por quem desejarem, além do que, o assunto não é polêmico." E como benefícios "Contribuir para a promoção de uma velhice bem sucedida, através da ressignificação dos eventos vividos, o que lhes atribui valor."

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Projeto bem delineado.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O TCLE é adequado. Interessante que garante ao participante que ele terá acompanhante durante a

## Continuação do Parecer: 1.820.319

entrevista e, de testemunhas que também assinarão o termo.

### Recomendações:

Projeto atende ao estabelecido para análise.

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté recomenda a entrega do relatório final ao término da pesquisa.

### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O cronograma está adequado, com a etapa de coleta prevista para dezembro de 2016.

### Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião de 11/11/2016, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_803356.pdf	02/11/2016 17:18:24		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcleassinado.docx	02/11/2016 17:17:08	LEDA NARDI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOcompleto.pdf	20/10/2016 00:31:36	LEDA NARDI	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	20/10/2016 00:27:57	LEDA NARDI	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	20/10/2016 00:10:40	LEDA NARDI	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostopdf.pdf	20/10/2016 00:04:06	LEDA NARDI	Aceito

### Situação do Parecer:

Aprovado

### Necessita Apreciação da CONEP:

Não

## **Continuação do Parecer: 1.820.319**

TAUBATE, 11 de Novembro de 2016

---

**Assinado por:**  
**Maria Dolores Alves Cocco**  
**( Coordenador )**

## **APÊNDICE I – Roteiro da Entrevista**

1. Me conte como foi para o Sr(a) a enchente de 2010?
2. Como era viver em São Luiz do Paraitinga antes da enchente?
3. Quais foram os desafios que a enchente trouxe para sua vida pessoal?
4. Como enfrentou estas questões?
5. Como a enchente repercutiu na sua vida pessoal?